



Widia Suerlândia Marinho Paiva

**Institucionalização e Infância:  
vivências e representações das crianças**

UMinho | 2012



**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Widia Suerlândia Marinho Paiva

**Institucionalização e Infância:  
vivências e representações das crianças**

Janeiro de 2012



**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Widia Suerlândia Marinho Paiva

**Institucionalização e Infância:  
vivências e representações das crianças**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Sociologia da Infância

Trabalho realizado sob a orientação da  
**Professora Doutora Natália Fernandes**

Janeiro de 2012

## DECLARAÇÃO

**Nome:** Wídia Suerlândia Marinho Paiva

**Endereço electrónico:** aswidia@gmail.com

**Título da dissertação de mestrado:** Institucionalização e infância: vivências e representações das crianças.

**Orientadora:** Professora Doutora Natália Fernandes

**Ano de Conclusão:** 2012

**Designação do Mestrado:** Sociologia da Infância

### Declaração:

É autorizada a reprodução parcial/integral desta Dissertação, exceto os desenhos das crianças, assim como a consulta apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Universidade do Minho, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Wídia Suerlândia Marinho Paiva

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta dissertação às crianças com quem compartilhei o sonho da presente investigação que perspetivou um novo olhar para a forma de ouvir, ver e compreender os movimentos, sorrisos, brincadeiras, mas também os silêncios das crianças que vivem em contexto de instituição de acolhimento.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço o apoio ímpar do meu marido ERIVAN JÚNIOR e da minha filha ANA CLARA, que realizaram uma travessia junto comigo para lugares desconhecidos, que exigiu um exercício constante de aprendizagem e apoio mútuo que se revelou rico de possibilidades de trocas de experiências e afectos.

Agradeço à professora Natália Fernandes pela sua dedicação, incentivo e pelos conhecimentos construídos e compartilhados durante as orientações. Pelo seu respeito e compromisso com a garantia de direitos das crianças que ultrapassam o discurso académico e está presente na sua forma de viver.

Agradeço à instituição de acolhimento e aos seus profissionais, que concederam todas as condições para a realização desta investigação.

Agradeço à minha entidade patronal, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, que apoiou a realização desta investigação.

Agradeço a todos amigos que contribuíram para a realização desta investigação, pois as amizades novas e antigas se constituíram uma importante rede de apoio em meio à angústia do desconhecido, a euforia da conquista e a responsabilidade do conhecimento.

Agradeço ainda aos meus pais pela estimada generosidade com quem sempre acreditaram em meus sonhos, mesmo quando estes beiravam a utopia.

## RESUMO

A institucionalização das crianças constitui-se como uma das respostas da sociedade para as proteger em situações de violação dos seus direitos. A necessidade de compreender as crianças institucionalizadas como sujeitos de direitos, competentes, ativos e com voz nas decisões que afectam as suas vidas, assume um especial significado para estas crianças se considerarmos que as implicações da institucionalização nas suas vidas não se limitam ao período da sua vivência no contexto da instituição, iniciando-se antes da institucionalização e, muito possivelmente, continuando após a sua desinstitucionalização.

Esta investigação teve por objetivo estudar qual o significado que as crianças institucionalizadas atribuem a uma instituição de acolhimento, a partir da sua voz. O trabalho de campo realizou-se num Lar de Crianças e Jovens, com 21 crianças de ambos os sexos, com idade entre os 6 aos 11 anos. A investigação é de carácter qualitativo, tendo recolhido a informação através da observação participante, entrevista-conversa, registro em vídeo e desenhos. As informações analisadas foram discutidas e interpretadas, tendo como quadro de referência teórico a sociologia da infância. Os resultados obtidos, a partir da voz da criança, indicam que é necessário que as instituições se constituam enquanto medidas de carácter provisório e excepcional, que substituam as tendências assistencialistas de atendimento à infância por ações de carácter participativo e que direccionem os esforços para a prevenção das situações que desencadeiam a institucionalização de crianças. De destacar ainda, que a conclusão desta investigação, revela, entre outros aspetos, a necessidade de se evitar a institucionalização prolongada de crianças, pois a vivência institucional prolongada, viola o direito fundamental das crianças à convivência familiar.

**Palavras-chave:** Criança, Institucionalização, Acolhimento Institucional, Direitos.

## **ABSTRACT**

The institutionalization of children is one of the responses adopted by society to protect them in situations where their rights are violated. However, the lives of institutionalized children is not limited to the period of their experience in the context of the institution, begins, prior to its institutionalization and, quite possibly, will continue after its institutionalization. Therefore, there is the need to understand them as subjects of rights and also as competent and active actors whose voices need to be incorporated in decisions that affect their lives. This research intended to study the meanings that the institutionalized children attach to a care institution. The fieldwork took place in a residential care institution, with 21 children, boys and girls, aged 6 to 11 years. The research had a qualitative focus, having collected the information through participant observation, interview, conversation, record video and drawings. The information analyzed was discussed and interpreted, within the theoretical framework of the sociology of childhood. The results obtained from the children's voices, indicate that institutions need to be considered as temporary and exceptional measures, and also need to replace traditional trends in welfare services for children, through participatory dynamics and activities that consider children as active actors in their lives. Finally, our research reveals, among other things, the need to avoid prolonged institutionalization of children, as long institutional experience, because this kind of approach violates children's fundamental right to family life.

**Keywords:** Children, Institutionalization, Residential care, Rights.

## RÉSUMÉ

L'institutionnalisation des enfants est l'une des réponses, adoptée par la société à les protéger dans des situations où leurs droits sont violés. Cependant, la vie de l'enfant n'est pas confinée à institutionnalisée période de ses expériences dans le contexte de l'institution, il commence, avant son l'institutionnalisation et, très probablement, se poursuivra après la désinstitutionnalisation. Par conséquent, la nécessité de le comprendre comme un sujet de la loi, compétent, actif et d'une voix qui mérite d'être posée au participer aux décisions qui affectent leurs vies. Cette enquête a été but d'étudier le sens que les enfants institutionnalisés attacher à un établissement d'accueil de ses voix. Le travail de terrain a eu lieu dans un foyer pour enfants et les jeunes, avec 21 enfants des deux sexes, âgés de 6 à 11 ans. La recherche est par nature qualitatives, la collecte d'informations par l'observation, Conversation entrevue, d'enregistrer des vidéos et des dessins. Les informations analysées ont été discutés et interprétés, avec le cadre théorique pour sociologie de l'enfance. Les résultats obtenus par la voix de l'enfant, indiquent que les institutions ont besoin d'être constituée comme une mesure de tendances de remplacer provisoire et exceptionnel services de protection de l'enfance du personnage de stock participative et directe des efforts pour la prévention des situations qui déclencher l'institutionnalisation des enfants. Il convient de noter également que le réalisation de cette enquête révèle, entre autres choses, la nécessité de d'éviter l'incarcération prolongée des enfants, parce que l'expérience prolongée institutionnels, violent le droit fondamental à la vie familiale.

**Mots-clés:** Les enfants, l'institutionnalisation, accueil institutionnel, droits



# ÍNDICE GERAL

<i>DEDICATÓRIA</i> .....	<i>i</i>
<i>AGRADECIMENTOS</i> .....	<i>ii</i>
<i>RESUMO</i> .....	<i>iii</i>
<i>ABSTRACT</i> .....	<i>iv</i>
<i>RÉSUMÉ</i> .....	<i>v</i>
<i>ÍNDICE DE IMAGENS</i> .....	<i>viii</i>
<i>ÍNDICE DE GRÁFICOS</i> .....	<i>viii</i>
<i>ÍNDICE DE QUADROS</i> .....	<i>ix</i>
<i>INTRODUÇÃO</i> .....	<i>1</i>
<b>CAPÍTULO I</b> .....	<b>5</b>
<b>AS MARCAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO PROLONGADA: A INFÂNCIA ESQUECIDA</b> .....	<b>5</b>
1. AS MARCAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO PROLONGADA: A INFÂNCIA ESQUECIDA. ....	6
1.1. UM BREVE OLHAR SOBRE A GÊNESE DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS EM PORTUGAL .....	6
1.2. OS (DES) CAMINHOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS: QUE ESPAÇOS PARA O EXERCÍCIO DE DIREITOS? .....	10
1.3. QUESTIONANDO AS CAUSAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS .....	12
1.4. A CRIANÇA E A VIVÊNCIA INSTITUCIONAL: ALGUNS RETRATOS .....	17
1.5. ATENDIMENTO INSTITUCIONAL: MASSIFICAÇÃO X INDIVIDUALIDADE .....	22
1.6. A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DA CRIANÇA: UMA INTERVENÇÃO ORIENTADA PARA OS SEUS DIREITOS? .....	25
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>28</b>
<b>ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO</b> .....	<b>28</b>
2. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO. ....	29
2.1. A VOZ DA CRIANÇA NA INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CRIANÇA INSTITUCIONALIZADA. ....	29
2.2. OS OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO .....	31
2.3. PRESSUPOSTOS ÉTICOS NA INVESTIGAÇÃO COM CRIANÇA. ....	32
2.5. OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA RECOLHA DE DADOS .....	35
a) <i>Observação Participante</i> .....	35
b) <i>Entrevistas-conversa</i> .....	36
c) <i>Desenhos</i> .....	39
d) <i>Registro em vídeo</i> .....	40
e) <i>Triangulação</i> .....	42
2.6. O CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO: .....	43
2.6.1. O CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO .....	43
2.6.2. RAZÕES DA ESCOLHA: UMA TRAVESSIA EM BUSCA DA INFÂNCIA .....	44
2.6.3. A ENTRADA NO TERRENO .....	46

2.6.4. O CONSENTIMENTO INFORMADO DAS CRIANÇAS .....	46
2.6.5. O LUGAR DO INVESTIGADOR: “SENTA À MINHA BEIRA” .....	47
2.6.6. UMA PRIMEIRA DEVOLUÇÃO AS CRIANÇAS: “É PARA TI” .....	48
2.6.7. CARATERIZAÇÃO DO CONTEXTO: .....	49
2.6.8. CARATERIZAÇÃO DAS CRIANÇAS: .....	51
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>61</b>
<b>ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>61</b>
<b>OS CONTORNOS DOS CAMINHOS DAS CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS .....</b>	<b>61</b>
1. EM BUSCA DA INFÂNCIA INSTITUCIONALIZADA: O PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS. ....	62
3. 1. A REPRESENTAÇÃO DO LUGAR ONDE VIVE: SIGNIFICADO E VIVÊNCIA.....	63
3.1.1. A RELAÇÃO DA CRIANÇA COM O ESPAÇO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO: “UM COLÉGIO” .....	63
3.2. O QUOTIDIANO: <i>VIVENDO EM CONTEXTO DE INSTITUIÇÃO</i> . ....	69
3.2.1. A ROTINA: <i>O TOQUE DA CAMPAINHA</i> . ....	69
3.2.2. AS AJUDANTES DE AÇÃO EDUCATIVA: <i>O CUIDADOR DIRETO DA CRIANÇA</i> . ....	72
3.2.3. AS CRIANÇAS E A NORMATIVIZAÇÃO: “EU DISSE SIM.” .....	75
3.2.4. O ESPAÇO DA BRINCADEIRA NA ROTINA DA INSTITUIÇÃO: “VAMOS BRINCAR”. ....	77
.....	78
3.3 - AS RELAÇÕES QUE AS CRIANÇAS ESTABELECEM COM SEUS PARES.....	80
3.3.1 - A AMIZADE: <i>UM IMPORTANTE ELO DE SOLIDARIEDADE</i> . ....	80
3.3.2. ENTRE A PROTEÇÃO E A AUTORIDADE: “VOU CHAMAR A MINHA IRMÃ”. ....	82
3.4. O TEMPO DE PERMANENCIA NA INSTITUIÇÃO: <i>A CRIANÇA COMO OBJETO DE CONTROLO?</i> .....	84
3.4.1. A CRIANÇA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO PROLONGADA: “NUNCA VOU EMBORA NA VIDA.” .....	84
3. 5. O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR: <i>UMA ALTERNATIVA PARA A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DA CRIANÇA?</i> .....	87
3.5.1 . O DIREITO A RECEBER E (NÃO) TER VISITAS DA FAMÍLIA: “TU QUERIAS TER ESSA SORTE” .....	87
3.5.2. A REALIDADE VIVIDA PELOS GRUPOS DE IRMÃOS: <i>UMA SEPARAÇÃO NÃO CONSENTIDA PELA CRIANÇA</i> .....	90
3.5.3. O DIREITO A CONVIVER COM A FAMÍLIA DE ORIGEM: <i>DE ONDE SE VEM. PARA ONDE SE VAI?</i> .....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	103
<b>ANEXOS .....</b>	<b>116</b>
PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO .....	117
CONSENTIMENTO INFORMADO.....	119
GUIÃO DE ENTREVISTA (CRIANÇAS) .....	120
GUIÃO DE ENTREVISTA (DIRECTOR TÉCNICO).....	121
GUIÃO DE ENTREVISTA (AJUDANTE DE AÇÃO EDUCATIVA) .....	122
GRELHA DE RECOLHA DE INFORMAÇÕES .....	123

## ÍNDICE DE IMAGENS

Desenho nº 1 .....	64
Desenho nº 2 .....	64
Desenho nº 3 .....	65
Desenho nº 4 .....	65
Desenho nº 5 .....	66
Desenho nº 6 .....	67
Desenho nº 7 .....	68
Desenho nº 8 .....	68
Desenho nº 9 .....	73
Desenho nº 10 .....	73
Desenho nº 11 .....	74
Desenho nº 12 .....	78
Desenho nº 13 .....	79
Desenho nº 14 .....	88
Desenho nº 15 .....	93
Desenho nº 16 .....	94
Desenho nº 17 .....	95

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1 .....	18
Gráfico nº 2 .....	19
Gráfico nº 3 .....	52
Gráfico nº 4 .....	53
Gráfico nº 5 .....	54
Gráfico nº 6 .....	55
Gráfico nº 7 .....	56

Gráfico nº 8.....	56
Gráfico nº 9.....	57
Gráfico nº 10.....	58

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº 1: Caraterização do Espaço Físico do Lar de Crianças e Jovens: .....	49
Quadro nº 2: Caraterização da Equipa Educativa do Lar de Crianças e Jovens e CAT	50
Quadro nº 3: Caraterização da Equipa Técnica do Lar de Crianças e Jovens e CAT ..	51
Quadro nº 4: A criança e o seu grupo de irmãos .....	59

## INTRODUÇÃO

Início este trabalho com as palavras de Guimarães (2007, p.59) que diz, “Toda criança está predestinada a ser feliz, infinitamente feliz”, em contraponto com a realidade das duras experiências que afetam a vida de algumas crianças, que são duplamente vitimizadas pela violência intra-familiar e pelas vivências numa instituição de acolhimento. Perguntamo-nos, então, onde está a fada que permite a realização dos sonhos? Onde está o caçador que salva o Capuchinho Vermelho das garras do lobo que desejava se apropriar de sua inocência? Sabemos, ainda, que não existe a fada azul, que penalizada por todo o sofrimento de Pinóquio lhe devolve com seus encantos o direito à vida (Guimarães, 2007, p.59).

A análise das experiências de vida de muitas crianças que vivem em instituições não deixa lugar para a fantasia, ternura ou para os contos de fadas, reclamando estas crianças um atendimento individualizado, sobretudo, para garantir o seu retorno ao convívio familiar de forma célere e segura.

A colocação de uma criança numa instituição de acolhimento, por si só, não é a solução para o problema da violação dos seus direitos, sendo necessário, de entre várias ações, prevenir as situações que desencadeiam a institucionalização de crianças.

É preciso compreender que a proteção de crianças em situação de risco, é um direito que não se contrapõe à sua colocação em instituições de acolhimento, a qual deve ser utilizada em casos excepcionais e de forma provisória, com o propósito da reinserção familiar.

Todavia, não é raro encontrarmos crianças em situação de risco pessoal e social que já perderam os vínculos familiares, ou casos em que esses vínculos são já muito frágeis, o que torna difícil uma reintegração familiar mais imediata, situação que exige uma dedicação maior e uma atuação mais presente e incisiva das equipes técnicas que trabalham nas instituições de acolhimento, para promover a reinserção familiar daqueles que estão institucionalizados.

A instituição de acolhimento surgiu na história da humanidade sob a máscara de uma alternativa para solucionar o problema da infância desvalida e atravessou séculos sob fortes questionamentos e críticas no que concerne à sua existência e aos seus fundamentos.

Na atualidade permanece questionável o seu papel e finalidade, justamente, porque não ataca as verdadeiras causas dos múltiplos problemas que desencadeiam a institucionalização de crianças, tais como: a exclusão da social da criança e de sua família, a ausência de prevenção em relação à violência intra-familiar, de entre outras situações de violação dos direitos da criança, com a agravante de ainda excluir e negar o direito da criança a uma convivência familiar, seja família de origem ou adoptiva.

Neste exato momento, a realidade de milhares de crianças é afetada por essa resposta de proteção infantil, que tem sofrido fortes críticas pelos inúmeros constrangimentos que tem causado a aqueles atores sociais que são, em tese, a razão da sua existência.

Esta investigação tem por objetivo analisar qual o significado que as crianças atribuem a uma instituição de acolhimento, procurando com elas pistas para pensar no aprimoramento profissional daqueles que atuam com as crianças em instituições de acolhimento, para valorizar, afinal, a importância da participação das crianças na definição de políticas públicas que lhes digam respeito.

A preocupação em estudar a presente proposta de investigação a partir da voz da criança remete-nos para o pressuposto de que as crianças são atores sociais e sujeitos plenos de direitos que precisam ser inseridas no processo de produção do conhecimento sobre si mesmos. Para tanto, a investigação desenvolveu um diálogo com as crianças institucionalizadas acerca das vivências que envolvem a sua infância, os seus mundos, os que o faz mover e aquilo que lhes é significativo.

As crianças constituem um grupo social permanente na sociedade, e deste modo, o seu conhecimento acerca do significado de ser uma criança e do significado que para elas assume o seu relacionamento com outros indivíduos e grupo sociais adultos é necessário como parte da tarefa de melhorar a nossa compreensão acerca do funcionamento da ordem social infantil (Mayall, 2005, p.123).

O tema **Institucionalização e infância: Vivências e representações das crianças** é abordado, neste trabalho, em três capítulos.

O Capítulo I inicia com o enquadramento teórico realizando um breve olhar sobre a gênese da institucionalização de crianças em Portugal, onde se constata uma realidade complexa e multifacetada, permeada por uma multiplicidade de discursos e práticas que se originam no passado e que ainda mantêm parte das suas marcas no presente. Ainda neste capítulo são retratadas as principais causas que levam ao

afastamento da criança da sua família e o seu posterior encaminhamento para uma instituição de acolhimento. Este capítulo discute, ainda, o presente da institucionalização de acolhimento, avançando com a necessidade do reordenamento institucional, que necessita direcionar as suas ações sempre no superior interesse da criança, a fim de evitar que o tempo prolongado de afastamento da criança da convivência familiar não acarrete o seu abandono definitivo, exclusão e a negação de direitos pelo sistema que se propõe protegê-la.

O Capítulo II apresenta as Orientações Metodológicas, revelando as dinâmicas envolvidas no trabalho de campo com as crianças, que exigiram uma reflexão intensa e constante ao longo de todo o processo de recolha de informação, a fim de respeitar a voz da criança, no sentido de a respeitarmos enquanto ator social e sujeito pleno de direito, devendo, por isso, ser incluída no processo de produção do conhecimento sobre si mesma. Na presente investigação foi utilizado como método o estudo de caso, abordagem metodológica especialmente adequada quando procuramos estudar acontecimentos e contextos complexos em profundidade. Este capítulo remete-nos para o caminho da investigação, onde se descreve o contexto da instituição de acolhimento onde a presente investigação foi realizada, além de caracterizar a instituição e as crianças que nela participaram. Neste capítulo abordam-se, ainda, as razões da escolha da proposta de trabalho da presente investigação, o processo da entrada no terreno e o lugar do investigador.

O Capítulo III apresenta o resultado dos dados da investigação, procurando-se interrogar os contornos do lugar em que a infância institucionalizada se encontra, tendo todo o material sido recolhido através da observação participante, entrevistas-conversa, registo em vídeo, desenhos, os quais deram origem a subcapítulos onde se discute a representação do lugar onde se vive: significado e vivência; o quotidiano; as relações que as crianças estabelecem com seus pares; o tempo de permanência na Instituição; o Direito à convivência familiar, questionando se poderá ser uma alternativa à desinstitucionalização da criança.

As instituições de acolhimento são responsáveis por zelar pela integridade física e emocional de crianças que viram os seus direitos violados, sendo que “do ponto de vista ético, é a construção da felicidade, da cidadania e a garantia do direito a ter direitos, a ter espaço para atuar e ser reconhecido com justiça” (Rios, 2006, p.19).

Com a presente investigação, espera-se que o conhecimento da realidade aqui estudada, a partir das representações das crianças acerca do processo de institucionalização em que se encontram inseridas, possibilite um olhar pelo viés destes atores sociais e se evite, assim, homogeneizar a resposta da institucionalização considerando as diversas e heterogêneas necessidades das crianças.

Estudar o tema aqui proposto, que tem seus movimentos variados em ritmos e formas, implicado em uma conjuntura complexa e em permanente movimento, mostrou-se desafiador.



## **CAPÍTULO I**

### **As marcas da institucionalização prolongada: a infância esquecida**

# ***1. As marcas da Institucionalização prolongada: a infância esquecida.***

## ***1.1. Um breve olhar sobre a génese da institucionalização de crianças em Portugal***

“...se a História serve para alguma coisa, que sejamos ambiciosos: que o conhecimento das virtualidades e dos constrangimentos exercidos no passado sobre a infância, possa contribuir para orientar as escolhas e a procura de soluções para os problemas da infância que nos rodeia nos nossos dias.”

(Vidigal, 2005, p. 24)

A história revela ser longa a trajetória da institucionalização de crianças em Portugal e serem vários os (des)caminhos percorridos em nome da proteção e do cuidado de crianças.

Em Portugal as instituições de assistência à infância remontam ao século XIII com a fundação do Hospital dos Meninos Órfãos de Lisboa, tal como refere Fonte:

Integrando um movimento de solidariedade cristã para com os mais desprotegidos, a acompanhar os tempos mais conturbados da afirmação da nossa nacionalidade, a rainha D. Beatriz, mulher de D. Afonso III, fundou o Hospital dos Meninos Órfãos de Lisboa, na segunda metade do século XIII. No primeiro quartel do século seguinte, foi a vez da rainha D. Isabel, mulher do rei D. Dinis, criar o Hospital de Santa Maria dos Inocentes, em Santarém, logo seguido pela Real Casa dos Expostos, em Coimbra, duas obras de grande alcance sócio-caritativo que contribuíram para a sua santificação, como rainha que tanto se preocupou com os mais desfavorecidos. Foram os primeiros contributos da realeza portuguesa para a resolução do problema da falta de instituições de assistência, vocacionadas exclusivamente para o acolhimento e apoio às crianças abandonadas, os quais apenas poderão ser entendidos como referências duma incipiente e dispersa assistência, no âmbito do território nacional. (Fonte, 2005, p. 109)

Soares (2001, p.116) diz que Portugal tem uma longa tradição na organização e desenvolvimento de políticas públicas de proteção à infância, sendo a criação da Casa Pia de Lisboa no ano de 1780, uma das mais relevantes iniciativas governamentais voltadas para crianças carenciadas e em situação de precariedade.

Ainda segundo a autora acima referida, “As Casa das Rodas” são criadas, posteriormente, com a finalidade de acolher crianças abandonadas nas suas próprias comunidades, onde não houvesse outras instituições de apoio. No início as Rodas foram

confinadas às Misericórdias dos grandes centros urbanos, sendo no final do século XVII difundidas para outras cidades e vilas do país.

As preocupações com a “infância desvalida e abandonada” emergem, num momento, segundo Fonte (2005, p.114), em que “o crescimento da população passou a ser uma das prioridades do Estado Mercantilista”, que considerava o aumento do número de pessoas como impulso para se realizar o desenvolvimento e enriquecimento do país.

De entre as ações do Estado para o aumento da população, segundo o referido autor, estavam instituídos mecanismos legais para a preservação da vida das crianças que “pereciam” por falta de instituições de acolhimento. Neste sentido, o poder central realizou ações para solucionar a ausência de uma “rede alargada” de instituições voltada para os cuidados e criação de crianças abandonadas.

Neste cenário, Fonte (2005:144) diz que as Rodas surgem como “uma resposta do poder central ao problema da falta de instituições de apoio à infância desvalida e abandonada e inscreveram-se nos objetivos duma política populacionista.”

Rizzini (1993, p.43) refere que desde a criação das Rodas de Expostos, “as políticas de assistência às crianças em vulnerabilidade priorizaram o internamento em instituições, com pouco ou nenhum convívio comunitário e social e com favorecimento do rompimento dos vínculos familiares.”

Segundo Fonte (2005, p.118), a exposição de crianças nas rodas pela sua família poderá representar “um conjunto de estratégias que visavam envolver os poderes públicos na luta de alguns setores da população pela sua sobrevivência e no combate às situações de exclusão social, representando uma tentativa de apropriação e de usufruto de uma assistência social muito seletiva.” O mesmo autor refere ainda que as crianças se tornarem as principais vítimas de tão “inconsistente e inoperante” sistema assistencial que servia para encobrir a prática de infanticídio e ainda servia como subterfúgio para alguns pais exporem os seus filhos legítimos.

Os efeitos sociais e demográficos das políticas de proteção à infância abandonada acabaram por ficar muito aquém do esperado. Na realidade, as Rodas, ao serem estabelecidas para evitar os abortos e os infanticídios, acabaram por defraudar os seus mentores, com os elevados índices de mortalidade a impedirem que muitas delas pudessem vir a constituir uma riqueza acrescida para a Nação. Na realidade, enquanto essas medidas avulsas não fossem acompanhadas por uma ação mais interventiva e fiscalizadora das autoridades municipais, a mentalidade populacionista acabaria por colidir com uma realidade bem dramática - a perda definitiva de um número

elevado de crianças que não sobreviviam, depois de terem sido expostas pelos seus progenitores e transferidas para o domínio da assistência pública. (Fonte, 2005, p.117)

Segundo Fonte (2005) a abolição das Rodas dos Expostos deu-se após o governo determinar a realização de um estudo sobre o problema das Rodas no território nacional, tendo nomeado, para tanto, uma comissão que tinha a incumbência de procurar encontrar os meios mais adequados para prevenir as exposições de crianças, sem aumentar os infanticídios, além de definir as providências necessárias para melhorar os serviços prestados na área da infância, sem implicar, contudo, qualquer desequilíbrio orçamental. Resultou do referido estudo “um primeiro relatório, apresentado em 20 de Maio de 1863, logo seguido de um outro, bem mais circunstanciado e crítico, elaborado em 31 de Janeiro de 1867. (Fonte, 2005, p.198) ” Tais documentos serviram de fundamentação às alterações estruturais que o governo aprovou no final deste último ano, situação que resultou, conforme afirma Fonte (2005, p. 200), “em termos institucionais, a roda franca sereia substituída por um sistema de admissão justificada, com as Rodas a darem lugar aos Hospícios.”

Sobre a substituição das Rodas pelos Hospícios, Fonte (2005) esclarece que o novo modelo assistencial não rompeu de forma definitiva com o sistema anterior, pois era “tão profundo o seu enraizamento social que, passados muitos anos desde o seu encerramento, muitas pessoas ainda continuavam a designar por Rodas os Hospícios que as haviam substituído”. (Fonte, 2005, p.200)

Em 1834 são criadas as Sociedades de Casas de Asilo à Infância Desvalida de Lisboa, que tinham o objetivo de “acolher crianças de ambos os sexos, desde os primeiros meses de vida até os 7 anos, no caso dos rapazes e 9 anos no caso das raparigas, no sentido de lhes proporcionar proteção, educação moral e cívica e instrução.” (Soares, 2001, p.117)

Segundo Soares (2001, p.117) os primeiros anos do século XX testemunham um novo olhar sobre os problemas que afetam as crianças com a implantação da República. Neste período a criança começa a ser alvo de uma preocupação crescente por parte do Estado na sua proteção e na prestação de cuidados essenciais.

De acordo com Cunha (2005, p.35) a proteção à infância em Portugal foi consagrada na Lei com a criação do primeiro Tribunal para crianças, em 1911, que tinha valência para tomar medidas de proteção para a infância, nomeadamente, para internar crianças em casas de correção, reformatórios e em orfanatos.

A promulgação da Lei Proteção à Infância, em 27 de maio de 1911, veio dar visibilidade às principais medidas de proteção à infância que se pautava por duas vertentes: preventiva e educativa, sendo que para “operacionalizar esta lógica de prevenção e educação, surgiram mecanismos legalmente definidos e organizados dos quais são exemplificativas as Tutorias e os Refúgios.” (Soares (2001, p.119)

Soares (2001, p.119) esclarece que as Tutorias da Infância “assumiam-se como tribunais de menores, que pretendiam dar às crianças que estivessem envolvidas em infrações respostas adequadas, de acordo com a sua idade.” Já os Refúgios, segundo a citada autora, “eram estabelecimentos para os quais eram encaminhados os jovens para observação e retenção provisória”.

Cunha (2005, p.36) diz que em 1923 já tinha sido proclamada, em Genebra, a Primeira Declaração dos Direitos da Criança, versão que viria a ser adoptada por Portugal em 1927, situação de grande relevância para o novo olhar sobre as crianças, os seus problemas e necessidades e para a implementação de medidas de apoio e proteção.

Soares (2001, p. 135) salienta que os inúmeros documentos elaborados, desde o início do século, voltados para os direitos da criança, “são o resultado, por um lado, da crescente valorização que a infância tem vindo a assumir, e por outro lado, do reconhecimento de necessidades e respostas cada vez mais substantivas para essa categoria social.”

No decorrer da história, a ação de encaminhar para as instituições de acolhimento as crianças cujos direitos foram violados, influenciou “a formulação das políticas de atenção para a infância e também contribuiu para manter viva a crença de que o acolhimento de crianças em instituições é a medida social mais adequada em situações reconhecidas como de risco ao desenvolvimento infantil.” (Cavalcante, Magalhães & Ponte, 2007, p.332)

A história também mostra que as “políticas conservadoras são substituídas por outras políticas de cunho assistencialista, mantendo as famílias, crianças e adolescentes sob a tutela do Estado, bem como suas famílias longe das decisões judiciais.” (Alves, 2000, p.1)

A realidade das instituições que acolhem crianças em situação de risco é “complexa e multifacetada, já que conta com uma multiplicidade de discursos e práticas que se originam no passado e se entrelaçam com as construções presentes sobre esse contexto.” (Martinez & Soares-Silva, 2008, p.114)

Na atualidade, torna-se imperioso compreender, justamente, que “o desafio que se coloca às instituições que acolhem crianças consiste não apenas em afirmar a plenitude dos seus direitos nos seus contextos de vida, mas também o de, por efeito da presença das crianças e com elas, renovar as práticas organizacionais e de gestão [...]” (Sarmiento, 2000, p.27).

A análise sobre as crianças e as instituições de acolhimento precisa incluir nas suas agendas discussões referentes à cidadania da infância que consiste, segundo Sarmiento (2000, p. 27), “no reconhecimento pela sociedade de que todas as crianças são seres sociais plenos, contribuem activamente para a formação da consciência colectiva e têm consagrados um conjunto de direitos que lhes garante a participação social”.

## ***1.2. Os (des) caminhos da institucionalização de crianças: que espaços para o exercício de direitos?***

No decorrer dos séculos, a infância foi tratada e concebida de diversas formas. Pilotti e Rizzini (2009, p.17) dizem que em “todos os tempos e em qualquer parte do mundo, existiram crianças desvalidas – sem valor para e sem proteção de alguém – órfãs, abandonadas, negligenciadas, maltratadas e delinquentes.” Neste aspeto, os autores mostram que a discussão sobre a “quem caberia a responsabilidade de assisti-las é uma questão que tem acompanhado os séculos, compondo uma intrincada rede de assistência provida por setores públicos e privados da sociedade.” (idem)

A situação da criança que se encontra sob os cuidados de uma instituição de acolhimento, é parte, portanto, do quadro mais amplo de desigualdade socioeconómica, conforme aponta Carvalho (in Alberto, 2002, p. 231), “[...] parece ter subjacentes mecanismos de selecção mais associada a sua (família de) origem numa esfera socioeconómica marcada pela precariedade de meios que caracterizam os seus modos de vida e os dos respectivos núcleos familiares, do que propriamente à situação de maltrato.”

Na direcção desta discussão, Pilotti e Rizzini (2009), ressaltam que a própria “história das políticas sociais, da legislação e da assistência (pública e privada), é, em síntese, a história das várias fórmulas empregadas, no sentido de manter desigualdades sociais e a segregação das classes [...]” (p.17)

Em Portugal são expressivas as situações diagnosticadas e as intervenções efectuadas nos casos de crianças em perigo, apesar de haver um avanço de âmbito legislativo na área da promoção dos direitos e proteção das crianças em perigo (Sarmento, 2008, p.8). Para Sarmento a referida situação é decorrente de dois fatores: maior atenção pública à violação dos direitos da criança e da consequência de um agravamento da situação social junto das camadas sociais e sectores sociais menos protegidos.

Sawaia (2001, apud Oriente & Souza, 2007, p.110) considera que a exclusão é característica intrínseca da prática de institucionalizar crianças, “que denuncia e ressalta a desigualdade social, a dimensão ética da injustiça e a dimensão subjetiva do sofrimento.”

Pilotti e Rizzini (2009) na sua obra *A arte de governar crianças*, realizam uma retrospectiva das várias formas de atenção dispensada à infância no decorrer da história, referindo que as “instituições foram erguidas para ampará-las; leis foram formuladas para protegê-las; diagnósticos alarmantes demandam novos métodos para sua educação ou reeducação; experiências de atendimento foram implementadas, visando debelar o abandono e a criminalidade. (p.15)” Mas, tal situação permanece e tem afectado a vida das crianças causando-lhes sofrimento e usurpando os seus direitos de cidadania.

Fernandes (2009, p.67) afirma que “Portugal é um dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) com mais elevado índice de crianças que vivem abaixo do mínimo vital nacional, com uma taxa de 15,6%”, sendo o elevado número de crianças em situação de institucionalização, de crianças que abandonam precocemente a escola e ainda do significativo número de crianças exploradas economicamente, as expressões mais marcantes desta realidade para a autora.

A existência de crianças em contexto de pobreza e violência extrema deixa a descoberto uma das “faces mais cruéis do processo de exclusão social”(Gontijo & Medeiros, 2007, p.119) que atinge milhares de crianças em todo o mundo.

Sarmento (2003) utiliza o conceito de *exclusão social* “no sentido de privação do acesso a direitos sociais, nos domínios económico, social, cultural e da participação cívica.” (p.74). De acordo com o citado autor, a exclusão social assume as seguintes dimensões:

**A exclusão social tem uma dimensão geracional** - A exclusão social, sendo um

fenômeno que se exprime no conjunto da sociedade, tem implicações geracionais distintas. Um indicador expressivo é a taxa de pobreza infantil que mostra ser entre as crianças que existe uma maior percentagem de pobres, sendo a infância o grupo geracional mais vulnerável à fome, às epidemias, aos cataclismos naturais e à guerra, dentre outras situações de vulnerabilidade provocada pela exclusão social.

**A exclusão social tem uma natureza estrutural** - Os indicadores de exclusão têm uma origem estrutural bem definida e encontram-se muito claramente associados à desigualdade na distribuição da riqueza.

**A exclusão social tem uma expressão territorial** - A organização social originou “territórios exclusivos” que são espaços sociais retirados do domínio público e “territórios de exclusão” que são áreas geográficas e residenciais para onde foram confinadas populações em situação de precariedade económica e/ou social.

**O simbólico não é indiferente à inclusão/exclusão social** - O desenvolvimento da exclusão da infância tem desenvolvido a ideia da infância em crise, por contraponto à concepção romântica da infância. No entanto, a radicalização da imagem social da crise da infância, sem juízo crítico, acentua os fatores de exclusão, seja pela ocultação das condições estruturais onde reside a crise, seja pelo processo de acusação da vítima, através da diabolização das crianças, nomeadamente quando a referência se reporta a situações em que as crianças têm o duplo estatuto de vítimas-vitimadoras.

### ***1.3. Questionando as causas da institucionalização das crianças***

No tocante às principais causas que levam ao afastamento da criança da sua família e ao seu posterior encaminhamento para uma instituição de acolhimento, são situações classificadas como violações de direitos da criança, onde se pode apontar a violência e negligência intra-familiar como um dos fatores de maior incidência (Fante & Cassab 2007; Prada, Williams & Weber 2007; Rizzine, 2007).

Conforme apontam dados do relatório da UNICEF (2009) sobre a situação mundial da infância, muitas crianças não contam com o ambiente protector necessário



para as salvaguardar de violência, abusos, exploração, discriminação e negligência. O problema da violência contra a criança é particularmente alarmante: estima-se entre 500 milhões e 1,5 bilhão o número de crianças submetidas anualmente à violência. As consequências são perniciosas: mais tarde, muitas vítimas enfrentarão dificuldades duradouras relacionadas à sua saúde física e mental.

Para Fernandes (2001, p.115) “quando a criança é vítima de maus tratos, negligência, quando a sua integridade física e moral é posta em causa, são postos também em causa pressupostos fundamentais para que o seu projeto de vida tenha um desenvolvimento natural.”

A colocação de crianças em instituições de acolhimento, em Portugal, tem sido vista como uma medida de promoção e proteção social que deve ser utilizada em casos excepcionais, a fim de salvaguardar os interesses da criança, sempre que as condições decorrentes da convivência familiar se mostrem inadequadas ou inexistentes. Neste sentido, conforme defende Rizzini e Rizzini (2007, p. 88), o atendimento prestado pela instituição pode configurar-se como uma medida de proteção especial à criança, em situações nas quais há ameaça ou violação a qualquer um de seus direitos fundamentais.

Salienta Ferreira (2002) que as dificuldades encontradas pelos estudiosos do fenómeno da violência contra a criança “quanto à construção de uma terminologia padronizada para a sua conceituação, uma vez que os fatores que o determinam são multifacetados” (p.20).

Assim, incluiremos a definição proposta por Azevedo e Guerra (2006), em que as autoras referem a violência praticada no âmbito das relações familiares contra crianças, como:

Todo atos e/ou omissões praticados por pais, parentes ou responsável em relação à criança e/ou adolescente que sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância. Isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (Azevedo & Guerra, 2006, p.16)

A família pode ser vista como um lugar de proteção, cuidado, construção de vínculos afectivos, conflito, e também lugar de violação de direitos. Todavia, “sabe-se hoje que a criança pode ser maltratada em diferentes instituições e lugares, públicos ou privados; mas é dentro de casa, em cenário familiar, que os maus tratos são mais

frequentes e perigosos.” (Almeida et al, 1999, p.93)

Para Sarmiento (2004, p.3) as “transformações na estrutura familiar põem a descoberto o carácter mítico de algumas teses do senso-comum que vêm no núcleo familiar o espaço aproblemático e “natural” de proteção e promoção do desenvolvimento das crianças.”

Sobre as distintas modalidades de maltratar a criança, segundo Almeida et al (1999), tal situação não se distribui na sociedade de forma aleatória, mas unem-se com frequência a “variáveis ilustrativas “externas”, de natureza sociológica”, dentre os exemplos citados pelas autoras, observa-se: “a composição e forma da família em que ela reside, a posição do seu grupo doméstico na estrutura social, o perfil sócio-escolar dos adultos responsáveis pela criança, a condição de género do agressor ou da vítima.” (Almeida et al, 1999, p.111)

Azevedo e Guerra (2000) chamam a atenção para o fato da violência estrutural inerente ao modo de produção das sociedades desiguais não ser “a única forma de “fabricar crianças-vítimas”. A seu lado – e por vezes, mas não necessariamente em intersecção com ela – coexistem as relações interpessoais adulto-criança.” (Azevedo e Guerra, 2000, p.35)

Azevedo e Guerra (2000, p.26) referem-se a dois processos resultantes das diferentes formas de violência das quais as crianças são vítimas:

- Vitimação, consequência das situações de desigualdades sociais e económicas;
- Vitimização, consequência das relações interpessoais abusivas adulto-crianças.

Segundo Azevedo e Guerra (2006), a violência contra a criança verificada nas denúncias é apenas “a ponta do iceberg” das incontáveis agressões cometidas contra crianças em qualquer sociedade. O olhar sobre esse fenómeno precisa ir além das estatísticas, pois existem os casos que não são notificados e o “número deles depende do tamanho do complô de silêncio, do qual muitas vezes participam profissionais, vizinhos, parentes, familiares e até a própria vítima. (p.17)”

Para Guerra (2006, p.36), a violência ocorrida no seio familiar contra a criança “se caracteriza como uma violência intra-classes sociais, que permeia todas as classes sociais, enquanto uma violência de natureza interpessoal”, consistindo também:

- Numa transgressão do poder disciplinador de um adulto, convertendo a diferença de idade adulto-criança/adolescente numa desigualdade de poder intergeracional;

- Numa negação do valor liberdade: ela exige que a criança ou adolescente sejam cúmplices do adulto num pato de silêncio;
- Num processo que aprisiona a vontade e o desejo da criança ou do adolescente, submetendo-os ao poder do adulto, coagindo-os a satisfazer os interesses, as expectativas e as paixões deste.

Assim, segundo Guerra (2006), este tipo de violência que acontece na arena doméstica é:

- Uma violência interpessoal;
- Um abuso do poder disciplinador e coercitivo dos pais ou responsáveis;
- Um processo que pode se prolongar por vários meses e até anos;
- Um processo de completa objetualização da vítima, reduzindo-a à condição de objeto de violência;
- Uma forma de violação dos direitos essenciais da criança, portanto, uma negação de valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade, a segurança;
- Tem na família sua ecologia privilegiada.

Das modalidades de violência contra a criança, Azevedo e Guerra (2000), destacam:

**Violência Física:** emprego de força física no processo disciplinador de uma criança. Todo ato que atinja o corpo de uma criança ou adolescente é considerado Violência Física.

**Violência Sexual:** todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos (com relação de parentesco e/ou responsabilidade legal) e uma criança ou adolescente tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.

**Negligência:** representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de prover as necessidades físicas, de saúde, educacionais, higiênicas de seus filhos e/ou de supervisionar suas atividades de modo a prevenir riscos e quando tal falha não é o resultado das condições de vida além do seu controle. A negligência pode ser moderada e severa.

**Violência Psicológica:** também designada como tortura psicológica, ocorre

quando um adulto constantemente deprecia a criança, bloqueia seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental. Ameaças de abandono também podem tornar uma criança medrosa e ansiosa, representando formas de sofrimento psicológico.

**Violência Fatal:** quando a violência praticada contra crianças tem como consequência a sua morte.

A violência incide desigualmente sobre as crianças, em função de idade, pobreza, gênero, etnia, entre outros fatores. Entre as parcelas da população infantil tratadas com mais violência, destacam-se as pessoas portadoras de deficiência física ou mental e que as do sexo feminino somam a maioria.

Azevedo e Guerra (2006, p.19) revelam que os estudos internacionais demonstram que as oportunidades de tratamento para o problema oferecidas às vítimas portadoras de deficiências são, em geral, mais restritas, uma vez que exigem profissionais treinados para a abordagem conjunta de dois fenómenos: a deficiência e a violência.

Assim, implicam maiores recursos financeiros, além, evidentemente, da necessidade de que os serviços se consciencializarem acerca da importância do estabelecimento de medidas de proteção à infância.

Segundo Azevedo e Guerra (2006, p.20), o que se depreende do panorama internacional é que existem preconceitos e discriminações importantes, sendo que a opressão enfrentada pelas crianças com deficiência deve ser desafiada e os seus direitos de cidadania resgatados. Medidas de proteção efectiva dessas vítimas devem ser adoptadas, e os adultos encarregados de prover o seu bem-estar precisam actuar de forma a não sonegar esses direitos.

Para Guerra (2006, p.25) são muitos os desafios a enfrentar e inúmeros os nós na direcção de um país chamado infância, no qual crianças possam crescer sem violência no seio da família ou fora dela. Para tanto, torna-se importante direccionar ações voltadas para a prevenção de quadros de violência contra a criança, nos seguintes níveis:

1) Prevenção primária: todas as estratégias dirigidas ao conjunto da população num esforço para reduzir a incidência ou o índice de ocorrência de novos casos.

2) Prevenção secundária: envolve a identificação precoce da ‘população de risco’.

3) Prevenção terciária: dirigida aos indivíduos que já são agressores ou vítimas no sentido de reduzir as consequências adversas do fenómeno ou de evitar que o indivíduo sofra o processo de incapacidade permanente.

#### ***1.4. A Criança e a vivência institucional: alguns retratos***

Na atualidade permanece o desafio de pensar formas alternativas de cuidar das crianças que tiveram os seus direitos violados, sendo a instituição de acolhimento uma das respostas do passado e que permanece no presente das políticas públicas para a infância em risco.

A Lei de proteção de crianças e jovens em perigo (Lei 147/99, de 1 de Setembro) define que uma criança está em perigo quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de fato ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.

A legislação define ainda acolhimento institucional como “a colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamentos de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garanta os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.” (artigo 49.º da Lei 147/ 99).

Todavia, salienta Martins (2004) que a classificação e o estabelecimento de tipos de instituições de acolhimento para crianças e jovens em risco constituem uma missão impossível. Ainda segundo autora, em Portugal, “a dispersão e variedade de arranjos organizacionais, as especificidades funcionais, as diferenças estruturais e de modelos, multiplicadas pela diversidade de critérios de análise deste sector, apenas permitem a justaposição de uma pluralidade de estruturas em função de elementos de caracterização definidos.” (idem, p. 279)

Em Portugal, segundo dados do Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2009 (Plano de Intervenção Imediata, Instituto da Segurança Social), foram identificadas 12.579 crianças e jovens em situação de acolhimento. Destas, 67% encontram-se em Lar de Infância e Juventude (6.395 crianças

e jovens), num claro predomínio das respostas de acolhimento prolongado, situação que também pode ser reveladora de dificuldades para se encontrarem alternativas à institucionalização, conforme demonstra o gráfico a seguir.

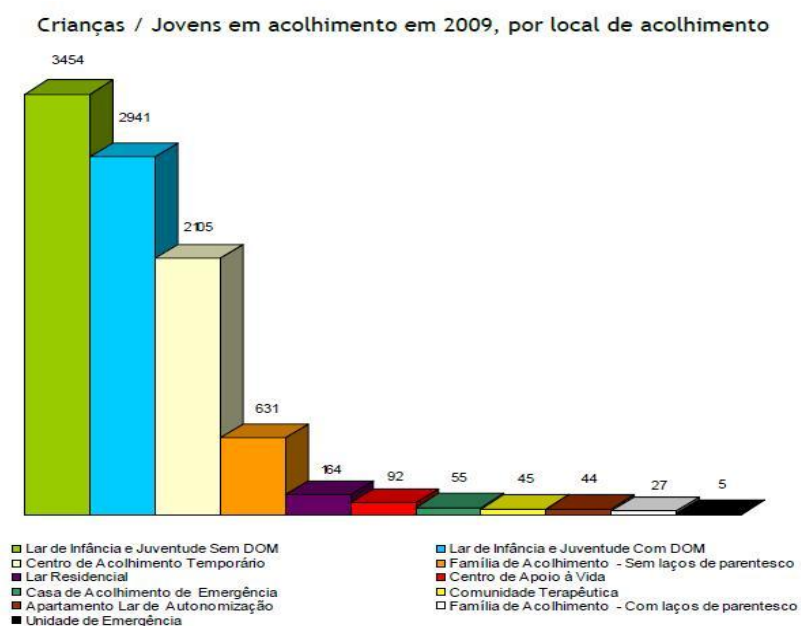


Gráfico nº 1 -Crianças/Jovens em acolhimento em 2009, por local de acolhimento<sup>1</sup>

Em relação ao tempo de permanência das crianças e jovens na instituição, os dados revelam que elas continuam a permanecer acolhidas por um período superior a dois anos. Dos dados que ainda podem ser inferidos do relatório em relação à presente questão, constata-se que as crianças e jovens acolhidos há um ano ou menos assumem um peso de 43%, as crianças e jovens em acolhimento há mais de 4 anos representam 37%. Os restantes 20% dizem respeito a crianças e jovens que se encontram no atual local de acolhimento há 2 ou 3 anos.

Os dados também demonstram a visível probabilidade de um novo panorama que poderá caminhar para um equilíbrio entre as permanências curtas – até 1 ou 2 anos – e as longas estadias em acolhimento – a partir de 4 anos – estas últimas certamente associadas à vivência da adolescência, situação ilustrada no gráfico abaixo:

---

<sup>1</sup> Fonte: Plano de Intervenção Imediata - Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2009, Instituto de Segurança Social, Lisboa (p.28)

Tempos de permanência no local de acolhimento actual (N.º)

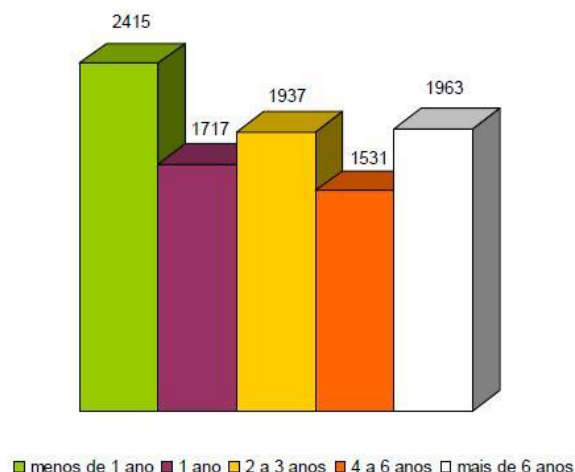


Gráfico nº 2- Tempos de permanência no local de acolhimento actual<sup>2</sup>

Nos anos de 2006, 2007 e 2008 identificaram-se alguns aspetos característicos do sistema de acolhimento em Portugal, nomeadamente: Grande dimensão do universo de crianças e jovens acolhidos; longos períodos de permanência em acolhimento; baixa mobilidade; fluxos de entrada no sistema de acolhimento inferiores aos de saída para meio natural de vida.

No entanto é de referir que os dados do Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2009 (p.15) apresentam algumas alterações ao referido quadro:

- O n.º de crianças e jovens que cessaram o acolhimento é superior ao das que iniciaram acolhimento;
- Das crianças que iniciaram o acolhimento, 1163 têm entre 10 e 18 anos, o que representa 53% do total, significando que o acolhimento institucional se está a dirigir

---

<sup>2</sup> Fonte: Plano de Intervenção Imediata - Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2009, Instituto de Segurança Social, Lisboa. (p.36)

predominantemente para jovens adolescentes, o que representa uma necessidade de readaptação das respostas existentes a esta realidade;

- Verifica-se um decréscimo de 393 crianças e jovens face a 2008 (decrécimo que acentua idêntica tendência já registada no ano anterior), mantendo-se ainda elevado o número de crianças e jovens em situação de acolhimento (9.563 no total);

Estes dados interpelam-nos no que diz respeito à salvaguarda dos direitos mais básicos das crianças e jovens institucionalizados, uma vez que alguns investigadores têm vindo a defender que os efeitos que a institucionalização provoca nas crianças são complexos. A propósito, salienta Cueno (2009, p.427) que as crianças institucionalizadas, por mais de um ano, costumam demonstrar uma carência afetiva muito forte, medo, sofrimento, baixa auto-estima, sentimentos de rejeição e isolamento que costumam ser verificados, justamente, como efeitos da institucionalização prolongada.

Na prática, quando a família não dispõe de condições efetivas para assegurar às crianças os cuidados fundamentais para o seu pleno desenvolvimento pessoal ou viola os direitos da criança, o Estado intervém através de um aparato legal, a fim de cessar a situação de risco que envolve a criança. Do mesmo modo esse cuidado precisa estender-se à instituição de acolhimento para evitar distorções e negligências na aplicação da medida de promoção e proteção e salvaguardar os interesses das crianças que precisam ser vistas como sujeitos de direitos que “para além da proteção, necessita também de margens de ação e intervenção no seu quotidiano [...]” (Fernandes, 2009, p. 48)

As intervenções com crianças que vivem em contexto de instituições de acolhimento não podem preocupar-se somente em afastá-las de uma situação de perigo imediato, devendo, também, preocupar-se com o fato de que é necessário acautelar que o referido procedimento não se apresente como uma medida definitiva nas suas vidas. Não raramente, segundo Fernandes (2009,p.284), as crianças institucionalizadas “vêm depois comprometidas as possibilidades de serem tratadas num registo de identidade, de emoção e de vinculação, em dinâmicas que se regem por escalas de funcionamento da instituição.”

A inserção da criança na instituição deveria zelar pela sua não revitimização, mas a história da institucionalização continuas a dizer-nos que os costumeiros acolhimentos institucionais de longa duração geram angústia e violam os direitos da criança que fica, geralmente, longos anos aguardando uma definição sobre o seu projeto



de vida.

Soma-se ainda a esses fatores, a existência, geralmente, de longos processos judiciais que alimentam a permanência da criança na instituição, além de algumas crianças estarem acolhidas, muitas vezes, num distrito diferente daquele em que reside o seu agregado familiar de referência.

A criança usufrui de um conjunto de leis referentes à sua ampla proteção, nas mais diversas instâncias da sociedade. Todavia, no momento em que a criança é institucionalizada, “essa gama de proteção é meramente simplificada a um tratamento massificado, padronizado, limitando-os e segregando-os da família e da comunidade, ou seja, há uma coletivização de suas vidas, não há um olhar individualizado.” (Fante & Cassab, 2007, p.168)

A institucionalização prolongada diz Cueno (2009), impede a ocorrência de condições favoráveis para o pleno desenvolvimento da criança “por conta da submissão a rotinas rígidas, do convívio restrito às mesmas pessoas, da precariedade de atenção individualizada e da falta de vida em família sem a oportunidade de trocas afectivas emocionalmente significativas” (p.416), além de limitar suas possibilidades e oportunidades de desenvolver relações sociais amplas e diversificadas.

Fernandes (2009) alerta para o fato de que “a prolongada proteção, promotora da dependência e da falta de poder da criança, tem, também, grandes implicações no desenvolvimento da criança.” (p.48)

Para Cueno (2009) o espaço institucional não é o “meio natural” para o favorecimento do desenvolvimento integral da criança que termina por “ser cuidada por pessoas que até então não conhecia e cujos referenciais, muitas vezes, encontram-se dissociados de seu contexto social e familiar. (idem, p.422)”

Já Martins (2005, p.4) considera que a institucionalização supõe riscos objetivos e reais, da seguinte magnitude: regulamentação excessiva da vida quotidiana, invasora da definição do espaço próprio; de que a vivência grupal interfira na organização da intimidade; de que a organização institucional e a permanência prolongada das crianças dificulte a construção da sua autonomia pessoal, na medida em que suspende a construção do projeto de vida; de que o profissionalismo na prestação de cuidados bloqueie o desenvolvimento de vínculos e a expressão dos afectos.

As instituições são concebidas com o objetivo de proporcionarem proteção e apoio à criança num determinado momento de sua vida, entretanto, Alberto (2002)

chama a atenção para os riscos decorrentes do processo de institucionalização que podem causar malefícios à criança e à sua família, tais como: sentimento de punição; demissão ou diminuição da responsabilidade familiar; estigmatização e discriminação social; reprodução das desigualdades sociais.

Portanto, cabe à instituição de acolhimento, mas não somente a esta, o papel de desenvolver ações que permitam a célere e efectiva garantia do supremo interesse da criança compreendendo o acolhimento institucional como transitório. Mas, a realidade que muitas crianças experimentam nestes contextos, demonstra que a instituição de acolhimento se caracteriza “menos como espaço de passagem e mais como lugar de moradia, território de referência para o cotidiano de suas vidas e para a construção de suas identidades.” (Martinez & Soares-Silva, 2008, p.116)

Todavia, Cueno (2009, p. 422) considera que mesmo a instituição atingindo “uma atmosfera de ambiência familiar artificialmente criada, somente uma relação familiar propicia um sentimento de intimidade, cumplicidade e um convívio mais afectuoso, personalizado e individualizado.”

Autores como Fante e Cassab (2007) defendem a necessidade de se criarem alternativas para reduzir o “tempo interminável” de permanência da criança na instituição de acolhimento e propõem para tal “conhecer para combater o que os faz permanecer e quais são os impedimentos traçados que acarretam esse tempo indeterminado (às vezes atinge até a maioridade) na Instituição, comprometendo o seu futuro.” (idem, p.168)

Portanto, o reordenamento institucional precisa direccionar suas ações sempre para o superior interesse da criança, a fim de evitar que o tempo prolongado de afastamento da criança da convivência familiar não se constitua em negação de direitos pelo sistema que se propõe a protegê-la.

## ***1.5. Atendimento institucional: massificação x individualidade***

Prada e Weber (2006) dizem que a investigação tem vindo a apontar para uma uniformidade nas críticas, geralmente relacionadas com a inflexibilidade no funcionamento da instituição de acolhimento, que resulta em “disciplina coercitiva e

massificação do atendimento” às crianças institucionalizadas. As autoras ainda demonstram na sua pesquisa que a massificação é exercida, até mesmo, “através de objetos pessoais, os quais são praticamente proibidos de existirem na instituição, sob o pretexto de que todas as crianças devem ser igualmente tratadas. (idem, p.2)”

O atendimento massificado das crianças em instituições de acolhimento, na opinião de Aquino e Silva (2005, p.190), “tem revelado os custos pessoais que tal situação acarreta: carência afetiva, dificuldade para estabelecimento de vínculos, baixa auto-estima, atrasos no desenvolvimento psicomotor e pouca familiaridade com rotinas familiares. ”

Na concepção de Aquino e Silva (2005), a institucionalização massificada e prolongada da criança é uma violação de direitos que deixa marcas irreversíveis na criança, que poderá não adquirir “sentimento de pertencimento” e ter dificuldades para adaptação e convívio em família e comunidade.

Para Fernandes (2005), caso as instituições de acolhimento permaneçam a funcionar “em sistemas de autarcia e autocracia, fechadas e hierarquicamente tuteladas, sem relações de abertura ou proximidade com os seus clientes-crianças, poderão continuar a apresentar-se às crianças como instituições que geram sentimento de medo e de impotência, características das instituições totais Goffmanianas. (idem, p.232)”

Segundo Mello (2004, p.139), as instituições tidas como “totais” para a criança em risco, visivelmente materializavam-se em construções muito características: prédios enormes; longos corredores; quartos numerosos que reuniam muitas camas; não-identidade individualizada dos espaços. Também previam a realização intramuros de quase todas as atividades atinentes à vida das crianças institucionalizados: consultórios médicos, gabinetes odontológicos, enfermaria, salas de aula, capelas, ginásios.

No horizonte desta discussão, Mello e Silva (2004, p.102) afirmam que as instituições caracterizavam-se pelas condições de isolamento impostas às crianças sob a sua guarda, pois organizavam-se segundo o “modelo de instituições ditas “totais”, nas quais a maior parte das atividades eram realizadas dentro da própria instituição, tais como atenção à saúde, educação, profissionalização e atividades de cultura e lazer.”

Assim, segundo Mello e Silva (2004), as crianças afastadas dos seus familiares passam a viver “em espaços com regulamentos difusos, hierarquia rígida e funcionários que, de maneira geral, se classificavam apenas como “agressores” ou “protectores” - o que nem de longe se parecia com uma vivência residencial e familiar.” (idem, p.102)

Para Alberto (2002, p.235) a regulamentação de espaços e tempos que constituem a rotina da instituição de acolhimento, pode apresentar “uma dimensão positiva (securizante e organizada)” e “uma dimensão negativa”, ao atingirem “os mais íntimos pormenores” da vida das crianças.

Na concepção Mello e Silva (2004, p.102), a rigidez institucional implementada no passado sem maiores questionamentos, cristalizou uma “cultura organizacional” e uma lógica de funcionamento nas instituições de difícil alteração.

Mello e Silva (2004) consideram que a flexibilidade institucional é importante para que se encontre a melhor alternativa para a situação da criança, especialmente nas situações das crianças que possuem vínculos familiares e condições de serem reinseridas no seio da sua família. Todavia, as autoras alertam para o fato de que quando for necessário a inserção de uma criança numa instituição esta deve ocorrer de forma “aberta e promotora de indivíduos cidadãos e que priorize a garantia do direito à convivência familiar e comunitária – o que em muito se contrapõe às práticas vigentes até então.” (p.103)

Para Mello e Silva (2004, p.119), a superação das instituições “totais” passa pela possibilidade da instituição de acolhimento utilizar a rede de atenção e apoio às crianças e outros serviços oferecidos na comunidade, “em medida equivalente à que uma família comum usufrui para o atendimento de suas necessidades.” A instituição de acolhimento precisa representar, de fato, “não mais uma medida de economia – pelo atendimento “padrão” e em larga escala, – nem uma instituição voltada a “(re)formar” indivíduos adequando-os aos padrões considerados desejáveis por uma parcela da sociedade.” (idem)

A presente discussão parece ser um dos pontos centrais no que se refere ao acolhimento de crianças na atualidade, provocando indagações sobre o que, de fato, tem sido realizado no cotidiano destas instituições para “abolir práticas arcaicas, violentas e excludentes do passado e dar conta das singularidades” (Oliveira & Milnitisky-Sapiro, 2005, ¶ 21), das crianças institucionalizadas, de forma a permitir que esses atores sociais possam resignificar as suas experiências de vida.

## ***1.6. A desinstitucionalização da criança: uma intervenção orientada para os seus direitos?***

A institucionalização de crianças é uma das medidas de proteção aos direitos de crianças estabelecidas no artigo Lei 147/99, de 1 de Setembro. Na prática a sua aplicação ocorre por decisão das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e por determinação judicial e implica a suspensão do poder familiar sobre crianças em situação de risco e no seu afastamento temporário do convívio com a família. De início, pode-se afirmar, então, que a criança que vive numa instituição de acolhimento vê o seu direito de convivência familiar e, muitas vezes, comunitário, violado.

Exige-se na aplicação da presente medida (a qual precisa sempre ser vista como excepcional), que a instituição de acolhimento realize esforços no sentido propiciar a desinstitucionalização da criança, a fim de promover o seu retorno a sua família de origem, quando possível, ou sua inserção numa família por via da adoção.

Em Portugal, tem-se assistido nos últimos anos a uma reforma do sistema de institucionalização, que tem subjacente este princípio da desinstitucionalização. Através do Despacho nº 8393/2007, de 23 de Abril de 2007, criou-se o Plano DOM — Desafios, Oportunidades e Mudanças, de âmbito nacional, que tem como objetivo principal a implementação de medidas de qualificação da rede de lares de infância e juventude, incentivadoras de uma melhoria contínua da promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, no sentido da sua educação para a cidadania e desinstitucionalização, em tempo útil.

Com a implantação do Plano DOM pretende-se incentivar a melhoria contínua da promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas nos lares, tendo em conta que a prioridade é o acolhimento provisório e que as elaborações dos projetos de vida das crianças voltam-se ou para a (re) unificação familiar, ou para a adoção, ou para a promoção da autonomia de vida.

O novo formato das instituições de acolhimento previsto pelo plano DOM prevê ocupar a lacuna deixada pelas grandes instituições e enfrentar uma “multiplicidade de dificuldades, agravadas por histórias de violência e pelo elevado uso de drogas que não se registravam no passado.” (Rizzini, 2007, p.34)

O plano DOM exige das instituições de acolhimento mudanças em direção à

superação do enfoque assistencialista, fortemente arraigado nos programas de atendimento destinado a esses atores sociais. Especial ênfase é dada à garantia do direito à convivência familiar, que representa uma das principais privações a que são submetidas às crianças institucionalizadas.

A questão que se coloca na busca de pistas é: a direcção do modelo aqui proposto avança e/ou contempla ações que possam favorecer a participação infantil, com base na noção de cidadania e na visão de criança como sujeito de direitos?

Na área das políticas sociais para a infância, no momento, o sistema público não tem conseguido implementar um projeto promotor de cidadania da infância que na concepção de Sarmiento e Ferreira (2008, p.72), implica:

[...] o preenchimento de condições estruturais, relativas à organização do conjunto da sociedade, para o alargamento dos direitos das crianças, instituições para as crianças que sejam também instituições das crianças e a generalização de uma cultura que permita a inclusão democrática das crianças em todos os domínios da vida social e pessoal.

O momento da desinstitucionalização da criança precisa ser pensado como um eixo que atravessa todas as ações junto destes atores sociais, que devem ser ouvidos e a sua opinião considerada durante todo o percurso de vida na instituição. Não podendo esbarrar em ações geradoras de exclusão da criança pois, conforme salienta Fernandes (2009, p. 70), “pelo simples fato de serem crianças, elas são estrutural e institucionalmente excluídas, afastadas das esferas adultas do poder e da influência, e, apesar de serem membros da comunidade, não são consideradas cidadãos plenos [...]”.

Segundo Martinez e Soares-Silva (2008, p.115), as pesquisas vêm demonstrando que as práticas que regem a complexa realidade que envolve as instituições de acolhimento, poder público e sociedade “não acontecem apenas em função do que propõe a lei”, sendo o afastamento da criança da sua família ainda “um procedimento bastante utilizado pelos órgãos de proteção à infância bem como a permanência de crianças e jovens por longos períodos na instituição” (idem).

A visível existência de um fosso entre a realidade das instituições e o ordenamento jurídico na área vai-se acentuando, nas palavras de Martinez e Soares-Silva (2008, p.116), “quando somada a outros indicadores do uso não provisório desta medida de proteção.” Tal situação torna, também, visível o efeito paradoxal da infância ser um grupo social “com um conjunto de direitos reconhecidos no campo dos

princípios, apesar da sua escassa aplicabilidade nos quotidianos de muitas crianças.” (Fernandes, 2005, p.115)

Portanto, a desinstitucionalização da criança merece atenção, desde a sua entrada na instituição, onde as ações quotidianas devem ser orientadas, conforme defende Martinez e Soares-Silva (2008, p.128), “no sentido de garantir que a criança construa sua autonomia em conexão como seu grupo social.” Para tanto, é imprescindível que a instituição inclua nas suas ações e projeto de atendimento espaços que promovam a participação infantil, pois a inexistência da participação destes atores sociais conduz a ações emergenciais e fragmentárias e não contribui para o exercício da cidadania destas crianças.

A ausência de um trabalho contínuo de gradual preparação para o momento da desinstitucionalização da criança corresponde, na concepção Martinez e Soares-Silva (2008), a “ações restritas” e as “contingências do momento”. Nas palavras das autoras, se a referida questão não for assumida como parte do programa individualizado da criança corre o risco de “constituir-se em torno processos produtores de desigualdade.”

A ambigüidade é uma marca que permeia o discurso da inevitabilidade da institucionalização das crianças, sendo recorrente, inclusive, discussões que procuram traçar diretrizes que garantam o direito à convivência familiar e que favoreçam a desinstitucionalização de crianças, mas pouco avançam as propostas de prevenção que possam, de fato, atenuar ou erradicar a pobreza infantil e o fenómeno da violência intra-familiar contra as crianças.

Os limites que a instituição de acolhimento enfrenta está ligado “ a *desinstitucionalização* dos espaços de acolhimento de crianças (isto é, a sua transformação em contextos estruturados como mundos de vida próximos do meio natural de vida) potencia a sua utilidade social e obstaculiza a que possam ser um espaço maltratante.” (Sarmiento, 2008, aula)

## **CAPÍTULO II**

### **ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO**



## **2. Enquadramento metodológico.**

### ***2.1. A voz da criança na investigação qualitativa: um estudo de caso sobre a criança institucionalizada.***

A investigação com crianças exige uma reflexão intensa e constante ao longo de todo o processo de recolha de informação e da posterior análise, no sentido de respeitar a voz da criança, de a respeitarmos enquanto ator social e sujeito pleno de direitos, devendo, por isso, ser incluída no processo de produção do conhecimento sobre si mesma.

De acordo com Sarmiento (2000, p.7), a Sociologia da Infância "propõe o estabelecimento de uma distinção analítica no seu duplo objeto de estudo: as crianças como atores sociais, nos seus mundos de vida, e a infância, como categoria social do tipo geracional, socialmente construída". Nesta perspectiva, é preciso considerar que as crianças podem participar na busca de alternativas que possam promover quadros de mudanças que as beneficiem, sendo a sua voz relevante na investigação, por trazer elementos capazes de sinalizar quais as melhorias que precisam serem efectivadas para se viver a infância. Torna-se, portanto, essencial desocultar e incluir a voz da criança na investigação, tarefa complexa, na concepção de Fernandes (2005, p.8), por ainda imperarem "os pressupostos clássicos, que não consideram a validade das vozes das crianças na investigação."

Assim, empreender esforços para ouvir as crianças, implica explorar as suas múltiplas linguagens, de forma a registar tudo o que a criança tem a dizer sobre as suas vivências e os seus mundos.

Para Graue e Walsh (2003, p. 118) o processo de investigação é constituído por três níveis: (a) o diaramente observável; (b) a descrição completa; e (c) a explicação teórica, ou seja, alcançar o invisível ou o não observável.

O primeiro nível refere-se ao diaramente observável, que é aquilo imediatamente visível, aquilo que qualquer pessoa que entra num local de investigação veria.

O segundo nível é visível, mas só para o observador atento. Ele vai surgindo à medida que alargamos o nosso conhecimento com os aspetos ínfimos em que estamos envolvidos.

No terceiro nível é que as explicações teóricas “penetram abaixo da superfície em busca do invisível, em busca de um conhecimento do significado das interações da vida humana ao nível mundano e social” (Graue & Walsh, 2003, p.119).

A investigação com crianças, pelos inúmeros desafios que apresenta ao pesquisador da infância, deve ser um processo criativo, situação que exige uma construção contínua para encontrar “maneiras novas e diferentes de ouvir e observar as crianças e de recolher traços físicos das suas vidas.” (Graue & Walsh, 2003, p.120)

Posto isto, importa ainda dizer que um dos aspetos mais importantes na investigação com crianças tem a ver com as relações de poder entre investigador-criança, uma vez que “o pesquisador é portador de um poder expreso por sua condição social, por sua formação, pela hierarquia de idade” (Cruz, 2008, p.198).

A este propósito Soares (2006, p.33) alerta para o fato de o investigador “ser sensível e atento relativamente à vulnerabilidade dos sujeitos envolvidos na investigação e no caso de investigação com crianças tal perceção deverá estar ainda mais presente devido às relações de poder que inevitavelmente se apresentam.”

A investigação que aqui se apresenta é de carácter qualitativo. Martins (2004) define a investigação qualitativa como aquela que “privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise.” (p.289)

Nesta linha de pensamento, Moreira (2007, p.78) considera que na investigação qualitativa os participantes devem ser vistos como colaboradores na construção de conhecimento e, portanto, precisam ser encorajados a falar de si mesmos, devendo as suas considerações pessoais ser valorizadas.

Na presente investigação será utilizado como método para recolha de dados o estudo de caso, que é uma abordagem metodológica de investigação, especialmente adequada quando procuramos estudar acontecimentos e contextos complexos.

Yin (2001) define o estudo de caso como uma “pesquisa empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, em situações em que os limites entre o contexto e o fenómeno não são claramente definidos.” (p. 23)

O estudo de caso é apropriado para investigadores individuais, por possibilitar “que um aspeto de um problema seja estudado em profundidade dentro de um período de tempo limitado.” (Ventura, 2007, p.385)

De acordo com Soares (2001, p. 149), o estudo de caso tem uma importante tradição no estudo dos contextos de vida das crianças e pode ser compreendido como “[...] um formato metodológico no estudo das realidades sociais, com grande utilização sobretudo para a investigação de instituições e organizações [...]” sendo importante acautelar o fato de que o desenvolvimento de estudos de caso com crianças devam incorporar que “a investigação com criança surge como um espaço intersubjetivo, para onde confluem múltiplas formas práticas, conceptuais, imaginárias e empáticas de conhecimento, através de processos partilhados de produção de conhecimento, entre investigadores e investigados.” (Soares, 2006, p.30),

## ***2.2. Os objetivos da investigação.***

A presente investigação tem por objetivo analisar qual o significado que as crianças institucionalizadas atribuem a uma instituição de acolhimento, para refletir sobre a importância da participação das crianças na construção de políticas públicas a elas direcionadas e, assim, promover a visibilidade desta necessidade, além de buscar pistas para pensar no aprimoramento profissional daqueles que atuam com as crianças em instituições de acolhimento.

A preocupação em estudar a presente proposta a partir da voz da criança remete para o pressuposto de que as crianças são atores sociais e sujeitos plenos de direitos que necessitam ser consideradas no processo de produção do conhecimento sobre si mesmas. Tal como Roberts (2005, p. 247) salienta, escutar a criança é algo central para reconhecer e respeitar o seu valor como seres humanos.

A preocupação em estudar a criança que vive numa instituição de acolhimento, a partir da sua própria voz, exige conceber a criança de forma indissociável do seu contexto familiar e comunitário, compreender que as crianças não são fragmentadas, portanto, pensar no seu atendimento humano integral com vista à plena garantia dos seus direitos e ao verdadeiro desenvolvimento social, exigindo, ainda, descortinar conceitos e identificar valores inerentes a esta questão.

A presente investigação teve como fio condutor os seguintes objetivos:

- Caracterizar as representações das crianças institucionalizadas acerca da institucionalização de acolhimento.
- Caracterizar as representações das crianças institucionalizadas acerca das suas vivências na instituição.
- Perceber, a partir das vozes das crianças, as relações que estabelecem com os seus pares e com os adultos.
- Perceber as representações das crianças acerca do seu passado, presente e expectativas de futuro.

### ***2.3. Pressupostos éticos na investigação com crianças***

A dimensão da ética na investigação com crianças é fundamental e precisa ser cuidadosamente vista pelo investigador que deseja estudar a infância e conhecer as crianças.

A ética na investigação com crianças necessita considerar a alteridade e diversidade que definem a infância enquanto grupo social, com especificidades que o distinguem de outros grupos, as quais exigem por isso mesmo, considerações éticas diferenciadas e com singularidades que dentro de uma mesma categoria social (a infância), encerram infindáveis realidades, dependentes de aspetos como a idade, o género, a experiência, o contexto sócio económico, as quais dão origem a múltiplas formas de estar, sentir e agir das crianças e, por isso mesmo, exigem a consideração de cuidados éticos singulares, decorrentes da consideração da diversidade que encerram. (Soares, 2006, p.32)

Portanto, em investigações desta natureza é preciso considerar dinâmicas respeitadoras deste estatuto, que concebam as crianças como atores sociais e informadores de direito próprio (Hendrick, 2005, p.31).

Alderson (1995) considera relevante, para balizar os investigadores quando realizarem pesquisa com crianças, observar os seguintes aspetos:

1. O objetivo da investigação: se as descobertas resultantes da investigação tem o objetivo beneficiar certas crianças, quem são elas e como podem elas beneficiar?

2. Investigando com crianças custos e expectativas de benefícios: Será que existem riscos ou custos tais como o tempo, inconveniência, embaraço, intrusão de privacidade, sentido de falhanço ou coerção, medo de admitir ansiedade?
3. Privacidade e confiabilidade: Quando excertos significativos de entrevistas são citados em relatórios, devem os investigadores verificar primeiramente a citação e o comentário com a criança (ou pai) a que se referem?
4. Seleção, inclusão e exclusão: Será que algumas crianças foram excluídas porque, por exemplo, possuem dificuldades de fala ou de aprendizagem? Será que a exclusão pode ser justificada?
5. Fundos: Será que os fundos de investigação devem ser assegurados apenas por agências que evitam atividades que prejudiquem as crianças?
6. Revisão dos objetivos e métodos de investigação: Será que as crianças ou quem cuida delas ajudaram a planejar ou comentar a investigação?
7. Informação para crianças, pais e outros educadores: Será que as crianças e adultos envolvidos conhecem detalhes sobre o objetivo e natureza da investigação, os métodos e tempo, possíveis benefícios, perigos e resultados?
8. Consentimento: Será que as crianças sabem que, caso recusem ou desistam da investigação, isto não lhes será imputado de qualquer forma? Como é que os investigadores ajudam as crianças a saber isto?
9. Disseminação: Será que curtos relatórios sobre as principais descobertas serão enviados as crianças e adultos envolvidos?
10. Impacto nas crianças: Além dos efeitos da investigação nas crianças envolvidas, como poderão as conclusões afetar grupos maiores de crianças?

A consideração destas dimensões na investigação com crianças auxiliam o investigador a recorrer a estratégias que permitam ouvir a criança como respeito e tomar os cuidados necessários para proteger os seus direitos. Neste aspeto, o consentimento livre e esclarecido da criança constitui-se como um elemento fundamental, pois os investigadores asseguram-se que as crianças estão informadas dos seus direitos, incluindo o de não participar na investigação.

## 2.4. Ferramentas metodológicas utilizadas na investigação com crianças

Algumas correntes que veem as crianças como adultos incompletos estão a ser questionadas, existindo uma nova procura por investigações que perspetivem as crianças como atores, com competências específicas, com direitos reconhecidos que exigem ser aplicados na prática, neste caso, na prática da investigação. (Scott, 2005, p.97).

A realização de um trabalho empírico com crianças exige cuidados éticos e uma série de preocupações específicas em relação às ferramentas metodológicas utilizadas para a recolha e construção da informação pretendida, visto ser importante respeitar as especificidades destes atores sociais.

Para Soares (2006) as ferramentas metodológicas necessitam ser escolhidas através da ponderação de três dimensões: a natureza e questões levantadas pela investigação, o contexto onde a mesma decorre e a diversidade que caracteriza o grupo social da infância, exprimidas em termos sociais, económicos, culturais, mas também etários e de género.

A mesma autora (2006, p. 36-37) apresenta algumas ferramentas metodológicas que resgatam os princípios e aspetos éticos básicos num processo de investigação com crianças, as quais foram elencadas em quatro formatos:

**Ferramentas metodológicas que apelam à oralidade:** Neste conjunto podemos incluir desde as tradicionais entrevistas individuais, aos pequenos grupos de discussão ou aos debates em grande grupo, considerando sempre que o fator de distinção relativamente às formas tradicionais de investigação será a implicação da criança na definição do seu formato, a sua orientação ou ainda a sua duração.

**Ferramentas metodológicas que apelam à criatividade em termos de registo escrito ou gráfico:** Neste conjunto de estratégias podemos incluir diários, ensaios ou registos do quotidiano, onde as crianças que já dominam o registo escrito podem assinalar todos aqueles aspetos que com elas foram definidos relativamente à agenda da investigação.

**Ferramentas metodológicas que apelam à utilização de recursos multimédia:** A utilização de metodologias visuais, tais como a fotografia, o desenho ou o vídeo, entre outras, no sentido de registar as observações que a criança faz relativamente ao seu quotidiano.

**Ferramentas metodológicas que apelam à expressão dramática:** A utilização de técnicas dramáticas, de role-play ou ainda a observação de situações de faz-de-conta, permitem recuperar representações que, por vezes, podem ficar, ocultas ao olhar adulto-centrado do investigador.

As pesquisas qualitativas utilizam um número variado de métodos e instrumentos de coleta de dados, sendo necessário o investigador delimitá-los, partindo do pressuposto de que as crianças são atores sociais competentes para interpretar a realidade social em que se inserem. Partindo deste entendimento, passaremos a apresentar e a fundamentar as metodologias usadas na investigação.

## ***2.5. Os instrumentos utilizados na recolha de dados.***

### **a) Observação Participante**

A observação participante foi a técnica que, na nossa investigação, marcou a entrada em campo. Para tanto, procuramos registar tudo aquilo que era observado, pois segundo Graue e Walsh (2003, p.130), “as observações não registadas não constituem dados. Grande parte do trabalho de campo consiste em tomar notas”. Ainda segundo os autores, existem momentos em que mesmo “um bloco se revela um empecilho e temos de registar tudo na memória até termos oportunidade para fazer o registo com mais segurança.” (idem).

No contexto do trabalho de campo, lançando mão da observação participante, tentamos utilizar um diário de campo como instrumento de registo, mas tal ensaio não se mostrou frutífero, uma vez que era impossível fazer qualquer registo durante o tempo de estadia na instituição. A estratégia encontrada foi aproveitar para registar as observações durante o percurso de volta da instituição até casa, pois as ideias, lembranças e as vivências ainda estavam muito claras, situação que facilitava registá-las.

Para Saramago (2001), o relato das observações permite monitorizar os processos de construção das ferramentas empíricas, na medida em que contribui para reposicionar constantemente os procedimentos nesta área.

A observação participante constitui um elemento fundamental para a pesquisa com enfoque qualitativo, pois está presente desde “a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, colecta, análise e interpretação dos dados”. (Richardson, 1999, p. 203)

Na pesquisa qualitativa há diversos tipos de observação, entre as quais a observação assistemática ou não estruturada, sistemática ou planeada, individual ou em equipa, em campo ou laboratório, vinheta e a observação participante. (Queiroz et al, 2007, p. 277)

Na observação participante é necessário respeitar as tradições e costumes, bem como o significado que lhe é atribuído pelo grupo na compreensão da totalidade da sua vida, expressado por eles próprios.

## **b) Entrevistas-conversa**

A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite “atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo.” (Fraser & Gondim, 2004, p. 140)

A investigação qualitativa pretende, além de conhecer as opiniões das pessoas sobre determinado assunto, entender as motivações, os significados e os valores que sustentam as opiniões e as visões de mundo.

Fraser e Gondim (2004) esclarecem que é necessário, na realização de uma entrevista, dar voz ao outro e compreender de que perspetiva ele fala. Neste sentido, o investigador assume um papel menos diretivo para favorecer o diálogo mais aberto com o entrevistado e fazer emergir novos aspetos significativos sobre o tema em discussão.

Segundo Saramago (2001), a entrevista-conversa é uma técnica que implica um conjunto de preocupações adicionais na sua preparação, desenvolvimento e aplicação. A autora ainda esclarece ser necessário na organização do guião da entrevista-conversa, definir com clareza o bloco temático inicial, o tema central, os temas adjacentes e o seu encadeamento interno, estruturando as questões de cada bloco temático de forma a tornar operacional a intercomunicabilidade dos assuntos.



A partir destas orientações organizamos o guião da entrevista-conversa em três blocos temáticos que procurou, sobretudo, ser flexível e moldar-se aos interesses das crianças:

1. Representações das crianças institucionalizadas acerca das suas vivências na instituição.
2. Representações das crianças sobre as relações que estabelecem com seus pares e com os adultos.
3. Representações das crianças acerca do seu passado, presente e expectativas de futuro.

A condução de uma entrevista-conversa implica um trabalho prévio e cuidado de preparação por parte do investigador que precisa, “por meio de ágeis e sucessivas passagens de núcleo temático para núcleo temático, procurando que a coerência da entrevista nunca seja perdida (Saramago, 2001, p.19).” Neste sentido é possível e comum que durante a realização da entrevista se volte, alternadamente, aos mesmos núcleos temáticos, para tentar explorar todas as questões planeadas para cada um deles.

Durante a realização das entrevistas-conversa, na nossa investigação, foi possível observar que as crianças são bons interlocutores, desde que os temas sejam interessantes para elas, situação que exige criatividade na forma como o investigador aborda os assuntos, para tornar a entrevista um momento interessante para a criança.

As crianças foram, de fato, muito perspicazes, sensíveis, criativas e deram grandes pistas acerca da forma de conduzir essa técnica de maneira que tornasse aquele momento divertido: algumas cantaram, outras fizeram teatro, outras dançaram, outras contaram histórias, algumas brincaram, conforme ilustram os excertos das notas de campos abaixo:

Durante a entrevista-conversa com a Inês esta resolveu brincar de cantar. Fui convidada a cantar com ela, que se propôs a me ensinar a canção da pulga. Depois de um tempo a Inês falou: “basta ouvir” e continuou “tu me pões a rir”. Perguntei-lhe se ela ainda gostaria de retornar a entrevista e ela respondeu que não. Encerramos a entrevista, mas continuamos a brincadeira. (Nota de campo, nº 4, 09.03.2010)

Durante a realização da entrevista-conversa com a Kiara Fimas, esta perguntou “posso cantar?”. Eu falei que sim. Ela voltou a perguntar “ posso? vou cantar

toda.” Falei que ela poderia cantar toda a canção. A Kiara Fimasfalou: “é assim” e em seguida cantou. Quando terminou de cantar disse “já está” e retornamos a entrevista-conversa. (Nota de campo, nº 9, 17.03.2010)

Na concepção de Saramago (2001) a entrevista-conversa é um momento de interação por excelência. Torna-se assim fundamental que a criança olhe para o entrevistador como um interlocutor de conversa e que esta tenha mesmo a oportunidade de colocar algumas questões ao entrevistador, naquilo que se designa por processo de inversão de papéis. Numa situação de entrevista onde o investigador esteja ciente dos objetivos que pretende atingir, as próprias questões que as crianças possam colocar podem ser utilizadas em proveito dos temas a abordar.

Na entrevista-conversa é importante a utilização do gravador que serve para registar as vozes da criança, uma vez que é difícil recordar em momentos posteriores os detalhes que envolvem esse momento.

Segundo Saramago (2001), é preciso naturalizar e desmitificar a utilização do gravador perante a criança. Essa atitude de explicação perante a utilização do gravador, não apenas secundariza a sua presença, como atribui uma importância especial à conversa. Deste modo a criança tende a sentir-se gratificada pelo fato de, naquele momento, a pessoa com quem está a interagir estar francamente interessada em tudo aquilo que a criança possa querer dizer.

Ainda segundo a autora, um modo de familiarizar a criança que tem menos contato com os gravadores é fazer uma pequena sessão inicial de questões mais simples, logo seguida por um período de audição das mesmas, onde as crianças geralmente se divertem bastante a ouvir o registo magnético das suas próprias vozes.

Saramago (2001) ressalta que as entrevistas-conversa se adaptam a um número flexível de entrevistados e podem ser agrupadas em três modalidades:

- a) A entrevista-conversa com uma criança, denominada entrevista-conversa singular.
- b) A entrevista-conversa com duas e até quatro crianças, chamada entrevista-conversa relacional.
- c) A entrevista-conversa com um grupo de crianças de seis a oito elementos, designada entrevista-conversa de grupo.

Na investigação optou-se pela modalidade de entrevista-conversa singular, devido à necessidade de aprofundar as temáticas propostas, que são de foro pessoal, situação que poderia não deixar a criança à vontade para falar na presença dos pares.

### **c) Desenhos**

Os desenhos são compreendidos como reveladores de olhares e concepções das crianças sobre o seu contexto social e cultural.

Para Sarmiento (2006, p.14)) os desenhos das crianças são atos individuais e colectivos e “realizam-se num espaço interacional pré-estruturado pela ordem escolar, nas suas múltiplas esferas de articulação – ordem institucional, ordem pedagógica, ordem interaccional de pares – mas põem em ação desempenhos marcados pela diferença do gesto criativo.”

Segundo Sarmiento (2006), o desenho infantil é uma “[...] produção simbólica, isto é, um ato social onde se exprimem modos específicos de interpretação do mundo.” (idem)

Na nossa investigação ficou combinado, desde o início, que os desenhos produzidos pelas crianças seriam delas e que o investigador poderia utilizá-los como fonte de informação para a investigação, mas teria o compromisso de os devolver às crianças.

“Durante a realização daquela atividade a Ana Carolina chegou a minha beira e disse de forma muito espontânea “olha, os desenhos são nossos.”Escutei atentamente o que a criança estava a falar e informei-a que compreendia e respeitava a sua decisão. Informei ainda a criança que os desenhos seriam utilizados como fonte de informação para a investigação e se ela autorizava tal procedimento ou se queria pensar mais sobre o assunto. Ali mesmo a criança respondeu que autorizava tal procedimento, contando que os seus desenhos fossem devolvidos, posteriormente. No momento, não pude demonstrar a felicidade que fiquei com aquela iniciativa da criança. Aproveitei aquele momento para conversar e tirar dúvidas com o grupo, apesar de tal situação ter sido esclarecida quando apresentei os objetivos da pesquisa e os instrumentos que seriam usados como fonte de recolha de dados. Considerei que valeria a pena falar mais um pouco sobre o assunto para sanar dúvidas ou reconsiderar que algumas crianças poderiam querer mudar de opinião sobre seus desenhos. Após uma breve conversa, as crianças reafirmaram que autorizavam que os seus desenhos fossem usados como fonte de informação para a investigação sob a condição do meu compromisso de lhes devolver os desenhos.” (Nota de Campo, nº 06, 26.01.2010)

No decorrer do emprego desta ferramenta de investigação, as crianças realizaram desenhos sobre as seguintes temáticas:

- 1) O local onde vive. (sugerido pelo investigador)
- 2) A amizade. (sugerido pelas crianças)
- 3) A rotina da criança na instituição durante uma semana. (sugerido pelo investigador)

Para Sarmiento (2006, p.14) o desenho é apropriado para “aceder a formas de expressão de crianças pequenas. Todavia, essas formas só são verdadeiramente acessíveis se forem contextualizadas.”

Os desenhos infantis, em conjugação com a oralidade, são formas privilegiadas de expressão da criança. Inclusive, quando aproximadas, podem gerar “documentos históricos aos quais podemos recorrer ao necessitarmos saber mais e melhor acerca de seu mundo vivido, imaginado, construído, numa atitude investigativa” que busque conhecer parte de suas histórias mediante seus próprios olhares. (Gobbi, 2002, p.74)

#### **d) Registo em vídeo**

Segundo Graue e Walsh (2003), o registo em vídeo de um acontecimento permite que o mesmo seja observado muitas vezes e é particularmente útil ao nível da microanálise. Como qualquer ferramenta de investigação, o vídeo tem vantagens e inconvenientes. A decisão de quando, e se, deve ser utilizado deve assentar no mesmo critério utilizado para tomar decisões acerca de qualquer outra ferramenta de investigação. Para Soares (2006, p.37) a utilização do vídeo em investigação mostra-se como uma forma “alternativas ao registo escrito, o qual, por si só, promove a exclusão de muitas crianças como informantes e investigadoras válidas.”

Na nossa investigação o vídeo foi eleito como uma ferramenta para as crianças apresentarem a instituição de acolhimento sob a sua ótica. Tendo realizado vários ensaios, várias foram as reflexões sobre o uso desta ferramenta que se mostraram reveladoras das relações de poder entre adulto e criança, que atravessam e influenciam a investigação, tal como demonstra a seguinte nota de campo:

“Em seguida, fomos para a sala dos computadores para negociarmos de que forma seria realizada a atividade agendada para aquele dia que seria o registo em vídeo, pelas próprias crianças, referente à apresentação do lar de acolhimento pelas crianças. Na hora não consegui contornar a situação formada pela inclusão da câmara de filmar por ser um elemento novo. Não consegui, sequer, eleger de que forma poderíamos dirigir aquela atividade, pois todos queriam ser primeiro, talvez o único, a usar a câmara de filmar e não aceitavam outra alternativa. Fiquei muito frustrada por não conseguir contornar aquela situação da forma como havia planeado. Faltou da minha parte calcular o impacto da utilização deste recurso. Diante da situação pedi às crianças para serem elas a apresentar o Lar e eu registaria o que elas apresentassem. Contudo as dificuldades não acabaram. As crianças queriam, todas, ficar próximas de mim, o que incluía segurar na minha mão, o que me deixava quase imobilizada para realizar a filmagem. Com muito esforço chegamos ao refeitório e lá as crianças, com muito competência iam mostrando aquele espaço, mas o facto de eu ainda me encontrar quase imobilizada para registar aquele momento, tornou difícil conduzir sozinha aquela situação e antes que eu pudesse pensar noutra alternativa a funcionária Margarida chegou no meio daquela agitação e propôs-se ser ela a filmar e sugeriu que as crianças continuassem a apresentar o lar de acolhimento. A primeira sensação que tive foi de alívio, pois estava numa situação sufocante e desesperadora. A funcionária Margarida chamou as crianças para a entrada do centro social e lá iniciou a filmagem, pois a ideia era apresentar a instituição, desde a porta de entrada. No início, à medida que nós caminhávamos pelo centro social as crianças iam mostrando o que era, para elas, importante. Mas, depois as crianças foram ficando pelo caminho, em parte porque havia chegado o momento de receber as visitas dos seus familiares, em parte porque haviam perdido o interesse, em parte porque a funcionária Margarida exigia que as crianças não fizessem barulho para não comprometer a filmagem. Assim como as crianças, eu também fui perdendo o interesse por aquela atividade, por ter perdido a sua essência, que era justamente as crianças mostrarem a instituição sob sua ótica sem a interferência/condução de um adulto/cuidador da instituição. No final, quando encerramos a atividade do registo em vídeo, confesso que estava muito frustrada e com a sensação de que não sabia fazer investigação com crianças.(Nota de Campo nº11, 24.01.2010)

Este episódio suscita-nos alguma reflexão a propósito do nosso papel e das nossas competências enquanto investigadores.

Uma das reflexões tem a ver com a necessidade de o investigador, na sua planificação, tentar ser exaustivo no sentido de acautelar determinados detalhes, neste caso, acerca da melhor forma de utilizar esta ferramenta. No nosso caso foi notório que não nos preparamos suficientemente para utilizar adequadamente a câmara de filmar com as crianças.

Uma outra reflexão tem a ver com o facto de termos constatado que, por mais que se planeiem determinadas atividades, em investigação desta natureza nem sempre é possível realizá-la da forma que se planeia, mas sim da forma que é possível.

Finalmente, pudemos perceber como são poderosas as relações de poder que estabelecem entre adultos e crianças e como, por vezes, é difícil desconstruí-las. No caso em questão, posteriormente tentei minimizar o impacto do poder adulto, falando abertamente com as crianças, antes de mais para assumir as minhas limitações na realização da atividade, depois para saber da possibilidade de voltarmos a realizar o registo em vídeo a partir da ideia inicial: serem as crianças a realizar os registos em vídeo, tentando acautelar com elas alguns cuidados, para que todos fossem incluídos na atividade, ressaltando a ideia de que a mesma somente teria sentido com a participação das crianças.

Ultrapassada essa fase, que serviu de amadurecimento e mobilização para novos planeamentos acerca da forma como utilizaríamos a ferramenta em destaque (a qual necessitou balizar também a dinâmica e o ritmo interno da instituição), a atividade, a partir destas novas negociações, acabou por se realizar em pequenos grupos, em média com três crianças, as quais se mostraram competentes no manuseio do equipamento de vídeo.

### **e) Triangulação**

Graue e Walsh (2003, p.128) valorizam na investigação qualitativa o princípio da triangulação, pois “um bom registo de dados contém pontos de vista recolhidos de tantas perspetivas quanto possível”. Deste modo torna-se importante a utilização de várias estratégias de recolha de informação para evitar “preconceitos no registo de dados.” (idem)

Para Graue e Walsh (2003), na investigação com crianças, é importante observar de muitos ângulos e muitas maneiras diferentes por fornecer uma descrição mais completa da parte do mundo social que está a ser investigada.

Graue e Walsh (2003) sugerem três modos de triangulação, com base no trabalho de Denzin (1978): (a) o uso de muitas fontes de dados ao longo do tempo, espaço e pessoas; (b) o uso de investigadores diferentes; e (c) o uso de vários métodos, sendo este último modelo o que utilizamos na presente investigação por compartilhar

com o pensamento dos autores acima descritos de que a triangulação fornece-lhes uma via importante para o investigador se monitorar constantemente enquanto procuram compreender as interações observadas.

Quando o investigador se encontra em campo necessita explorar as várias maneiras de gerar dados, pois “lá fora o mundo é muito grande e as pequenas parcelas escolhidas para estudo são extremamente multifacetadas e complexas. Para as entendermos é preciso que olhemos para elas cuidadosamente e de muitas maneiras.”(Graue & Walsh, 2003, p.128)

A triangulação estende-se para além do trabalho de campo, segundo Graue e Walsh (2003), sendo importante a interação com os outros investigadores que estão a trabalhar em linhas de investigação afins. Os autores também enfatizam a ideia de que, na investigação, para construção de uma teoria, a revisão bibliográfica necessita ser entendida como um processo contínuo.

## ***2.6. O caminho da investigação:***

### ***2.6.1. O Contexto da investigação.***

O trabalho de campo realizou-se no período compreendido entre Janeiro e Abril de 2010, num Lar de Crianças e Jovens, que se situa numa instituição de carácter social e religioso, com cerca de 50 anos de existência.

A instituição localiza-se na região norte de Portugal e desenvolve trabalho que abrange sete valências, divididas em dois setores:

- ✓ Infância e Juventude: Creche; Jardim-de-infância; CATL- Centro de Atividades de Tempos Livres; CAT- Centro de Acolhimento Temporário (internato); Lar de Jovens (internato).
- ✓ Terceira Idade: Lar de idosos e Centro de Dia

### ***2.6.2. Razões da escolha: Uma travessia em busca da infância***

A proposta de trabalho da presente investigação está intimamente associada ao exercício profissional de assistente social, que a autora da dissertação desempenha há uma década no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

A atuação do Assistente Social no poder judiciário exige o domínio do conhecimento específico da sua área de saber, para estruturar o seu trabalho nos diversos campos do contexto institucional, a fim de atuar com problemas complexos e variados e ainda ser capaz de descortinar os dilemas, tensões, limites e as possibilidades da ação do assistente social, que no contexto sócio-jurídico é chamado a atuar prioritariamente como perito<sup>3</sup>.

No campo jurídico, os magistrados têm solicitado estudo social com diferentes finalidades nos diversos tipos de processos que envolvem a criança: processos referentes à criança institucionalizada; processos de apuração de ato infracional, a fim de concluir pela aplicação da medida sócio-educativa mais adequada; processos de adoção, guarda, tutela e destituição do poder familiar, de entre outras ações, sendo o assistente social chamado a emitir parecer ou sugestão que auxiliem no encaminhamento da questão.

Assim, o assistente social judiciário deve procurar, de forma contínua, estudar e qualificar cada vez mais a sua prática, buscando, justamente, compreender melhor a sua atuação quando é chamado a participar nos mais diferentes processos.

A experiência de uma década de trabalho com crianças que são encaminhadas pelo Juizado da Infância e Juventude para as instituições de acolhimentos, permitiu-nos observar quão duras são as vivências que estas crianças passam, até cruzarem as portas da instituição, pois, em muitas situações, os seus direitos foram violados por aqueles que deveriam protegê-las. Ou seja, em muitas circunstâncias estas crianças terminam por ser vitimizadas pela violência intra-familiar, no refúgio dos seus lares ou podem,

---

<sup>3</sup> O perito é o especialista, e aquele que detém determinados conhecimentos técnicos e como tal, no caso do judiciário é nomeado para investigação, exame ou vistoria.



ainda, ter experimentado uma rotina de privações extremas que não lhes permitiu viver a infância como uma época de aprendizagem, brincadeira e de constante troca de afetos.

No decorrer destes anos, também pudemos verificar no olhar destas crianças a existência de um mundo para a fantasia, esperança, ternura, vínculos, espaço para os contos de fadas e um desejo inabalável de fazer valer sua voz.

A vivência profissional no contexto sócio-jurídico levou-nos a olhar a realidade das crianças institucionalizadas sob uma perspectiva ética, e lançou inúmeros questionamentos, entre os quais, o de questionar se existiria outra maneira de ler essa realidade, perspectivando e valorizando a voz da criança. Essa inquietação encontrou algum ‘sossego’ nas perspectivas teóricas defendidas pela Sociologia da Infância, que nas palavras de Sarmiento (2004, p.1), diz que “a infância deve ser estudada em si própria”.

Fazer uma travessia, por um lado, mostra ser um processo difícil por ser necessário desprender-se do que é familiar, conhecido e lançar-se para o desconhecido, principalmente, quando neste exercício o investigador se afasta da cultura típica do país de origem, para aprender, escutar e sentir aquilo que o outro manifesta.

Mas, por outro lado, se deixarmos atuar a nossa capacidade inquietante pelas descobertas e o inusitado, desconstrução e reconstruções, do desejo de aprender e partilhar, novos horizontes assumem forma e significado. Foi com esse entusiasmo e perspectivando a infância como construção social e as crianças como atores sociais plenos, competentes, ativos e com voz que a nossa travessia desaguou numa instituição de acolhimento de crianças em Portugal, onde as crianças muito nos ensinaram sobre o viver, o sentir e o pensar sobre o seu quotidiano no contexto de uma instituição através de suas vozes, gestos, silêncios.

Por se tratar da análise das representações sociais de um grupo específico- as crianças -, a nossa investigação somente tomou corpo durante a pesquisa de campo através dos contatos com as crianças, onde a imagem que se formava era de um mundo pouco estudado sob a ótica da criança.

### ***2.6.3. A Entrada no terreno.***

O trabalho de campo realizou-se num Lar de Crianças e Jovens, que tem capacidade para atender um universo de 77 crianças e jovens. No momento da realização da pesquisa havia 55 crianças e jovens institucionalizados. Destes, 21 eram crianças do 1º ciclo do ensino básico, de ambos os sexos, com idade entre os 6 aos 11 anos, grupo que participou da pesquisa empírica por recomendação da direção da instituição e também pela disponibilidade e aceitação destas.

Inicialmente foram explicados os objetivos da investigação à direção da instituição, para então, formalizar um protocolo de colaboração com a mesma, bem como, solicitar o consentimento informado das crianças.

No protocolo de colaboração ficou identificado que o investigador, por sua vez, se comprometia a:

Assegurar as necessárias autorizações legais para a realização da investigação.

A informar as crianças acerca da natureza da investigação e ainda tornar explícito que sua participação no estudo é voluntária e poderá ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo para a criança.

A qualquer momento, tanto as crianças, como a instituição, poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados com este estudo.

Salvaguardar o anonimato das crianças e de todos os envolvidos, através de recurso a pseudónimos no relatório final.

Devolução dos resultados finais do estudo.

### ***2.6.4. O Consentimento informado das crianças***

Reconhecer as crianças como sujeitos e não como objetos de investigação significa aceitar que as crianças podem relatar opiniões e experiências válidas. Isto implica, entre outros aspetos, o respeito pelo seu consentimento informado e voluntário (Alderson, 2005, p.263).

Para que as crianças pudessem optar em dar ou não o seu consentimento informado, houve a necessidade, primeiro, de possuírem informação sobre os objetivos da pesquisa e também sobre a pessoa que iria realizar a investigação, situação que se deu no nosso primeiro encontro.

“Fui à instituição por volta das 14:30h. (...) Da receção até chegar ao refeitório, andei por um corredor. Lá no refeitório estavam as funcionárias Margarida e Eva, ambas funcionárias responsáveis pelo grupo da primária, a Margarida estava a conversar com um casal e informou-me que a Eva iria mostrar a instituição para eles. A Margarida convidou-me para me sentar ali com as crianças que estavam a fazer as suas atividades escolares, uma vez que tinham ido de férias para a casa dos seus familiares e não tinham realizado tal atividade. (...) Foi durante a realização de uma atividade, a construção do chocalho, proposta pela funcionária Margarida, que a mesma disse às crianças que eu iria realizar uma investigação no lar de acolhimento com as crianças da primária que desejassem participar. Na ocasião, as crianças pediram para eu me apresentar. Inicialmente, falei o meu nome, disse que era brasileira, que tinha vindo para Portugal para estudar na Universidade do Minho, para compreender melhor a situação das crianças que vivem em instituições de acolhimento. Em seguida, falei sobre os objetivos da investigação. As crianças ouviram atentamente todas as informações e num movimento corporal, voltando-se para a mesa e para os objetos que iriam fazer o chocalho, deram a entender que aquelas informações eram suficientes para aquele momento.(Nota de Campo nº 01, 10.01.2010)

Num segundo momento, voltei à instituição e apresentei de forma mais detalhada um DVD contendo os objetivos da investigação e também informações sobre o meu trabalho com as crianças no Brasil. Após as crianças terem tirado as suas dúvidas sobre todas as informações até ali apresentadas, foram convidadas a dar o seu consentimento informado.

### ***2.6.5. O lugar do investigador: “senta à minha beira”***

Este aspeto foi também significativo no decorrer da investigação. Qual o espaço do investigador num contexto que não é o dele? Em rotinas quem não são as suas?

Na fase inicial do processo o sentimento de *não ter lugar naquele espaço* foi constante, como pode comprovar-se pela seguinte nota de campo:

“Fica muito visível a falta de lugar, justamente, no momento, em que as crianças realizam as suas refeições, pois no refeitório os adultos ficavam em pé para poderem servir as crianças, que permaneciam sentadas em volta das mesas. Não sei se ajudo ou atrapalho as funcionárias a servir a comida para as crianças, pois a minha presença altera a rotina daquele local: é comum as crianças fazerem perguntas, mais comum ainda é eu não conseguir responder a quase nenhuma, dado o grande volume de perguntas. Também não me posso sentar na mesa com as crianças para poder responder às inúmeras perguntas, pois não fui autorizada por elas.”(Nota de campo, nº12, 18.01.2010)

Até que um dia, ali mesmo no refeitório, o João, uma das crianças do grupo da primária disse-me: “*senta à minha beira*” e nos dias consecutivos aquele episódio, outras crianças também falaram “*senta à minha beira*”. A partir de então, ficou evidente que o lugar do investigador era *à beira das crianças* que, de forma generosa, aceitaram a minha presença e compartilharam momentos singulares de suas vidas.

Era impossível para mim não ser visto como de fato *o outro* naquele espaço, pois era um adulto de outra nacionalidade, que mesmo falando português, a língua materna das crianças com quem compartilhei a experiência da presente pesquisa, para aquele grupo de crianças eu não falava português. Tal situação nunca se mostrou como impedimento ou barreira para estabelecer uma interação com as crianças, que por livre iniciativa se dispuseram a ensinar-me a falar português, sendo as minhas aulas, na maioria das vezes, ali mesmo no refeitório durante o jantar delas.

As aulas consistiam em as crianças dizerem uma palavra e eu repeti-la, porém com o sotaque delas. Mas, ficou evidente com o passar dos dias para todos, que por mais que eu me esforçasse não conseguia falar “português”. Tal situação gerou muitos momentos de descontração, risos e serviu para estabelecer interação com as crianças, além de demonstrar que o investigador estava ali para aprender e dialogar com elas.

#### ***2.6.6. Uma primeira devolução as crianças: “é para ti”***

O percurso de investigação não ocorreu de maneira linear: foi acontecendo, através de três momentos distintos. O primeiro momento foi caracterizado pelas observações participantes. O segundo momento foi marcado por uma variedade no uso

de instrumentos e técnicas na recolha de dados, tais como: desenhos, registo em vídeo, entrevistas-conversa. O terceiro momento foi dedicado a entrevistas com os adultos da instituição e à recolha de informações sobre o processo individual das crianças institucionalizadas.

Todavia, após a conclusão dos dois primeiros momentos que representaram o encerramento das atividades com as crianças, estas foram convidadas a falar sobre o conjunto das atividades da investigação e assistirem, também, a um DvD sobre o registo de todas as atividades que decorreram durante aquele período.

Houve, ainda, um momento de confraternização, despedida e agradecimento às crianças que se mostram verdadeiras parceiras na investigação e, conforme o combinado, foram-lhes devolvidos os seus desenhos. Nessa altura, as reações das crianças voltaram a surpreender a investigadora. Após receberem os seus desenhos, e assim, delimitar e representar que haviam sido retirados da investigação, cada uma das crianças, salvo duas crianças que estavam na casa dos seus familiares, voluntariamente, ali mesmo, me entregaram os seus desenhos e ainda diziam “é para ti” como um ato de quem entregava um presente valioso para uma amiga.

## ***2.6.7. Caraterização do contexto:***

Quadro nº 1: Caraterização do Espaço Físico do Lar de Crianças e Jovens:

Nº de espaços	Designação do espaço
01	Auditório
01	Gabinete da Direção
03	Gabinetes de apoio social (01 psicóloga e 02 técnicas superiores de educação)
01	Sala de visitas
01	Sala de costura
01	Refeitório (comum ao jardim de infância e ao ATL)
01	Capela
01	Sala de reuniões
06	Quarto para funcionárias
01	Lavandaria
01	Despensa
01	Câmara frigorífica
03	Salas de convívio
01	Enfermaria
01	Pátio ao ar livre

03	Armazéns
01	Oficina
01	Dormitório para as crianças dos 3 aos 5 anos
18	Quartos com casa de banho
07	Quartos sem casa de banho
08	Quartos para as funcionárias internas
01	Farmácia (de apoio à instituição)
01	Gabinete Médico

A instituição possui um espaço físico amplo que se divide em: um auditório, um gabinete da Direção, três gabinetes de apoio social, uma sala de visitas, uma sala de costura, um refeitório, uma capela, uma sala de reuniões, seis quartos para funcionárias, uma lavandaria, uma despensa, uma câmara frigorífica, três salas de convívio, uma enfermaria, um pátio ao ar livre, três armazéns, uma oficina, um dormitório para crianças dos 3 aos 5 anos, dezoito quartos com casa de banho, sete quartos sem casa de banho, oito quartos para as funcionárias internas, uma farmácia (de apoio a instituição) e um gabinete médico.

A instituição foi construída para receber 150 crianças. Na atualidade a sua capacidade é para receber 70 crianças, onde as repostas da instituição para a criança em risco, se voltam para dois tipos de acolhimentos: lar de jovens para os casos mais prolongados e um centro de acolhimento temporário que faz o acolhimento provisório.

#### Quadro nº2: Caraterização da Equipa Educativa do Lar de Crianças e Jovens e CAT

Nº	Função desempenhada
01	Coordenadora Pedagógica
02	Educadoras Sociais
07	Ajudantes de Ação Educativa

A instituição de acolhimento, onde se realizou a investigação, tem por missão receber, apoiar e garantir os direitos e necessidades das crianças e jovens de forma integral e personalizada. A Equipa Educativa que é formada por uma coordenadora pedagógica, dois educadores sociais e sete ajudantes de ação educativa busca na sua rotina de trabalho seguir estes princípios orientadores no desempenho de suas ações.

### Quadro nº 3: Caraterização da Equipa Técnica do Lar de Crianças e Jovens e CAT

Nº	Função desempenhada
01	Diretor Técnico
03	Psicólogos
01	Encarregada de Serviços Gerais
02	Educadoras Sociais
02	Assistentes Sociais
01	Terapeuta da Fala
01	Médico Pediatra
01	Médico
01	Enfermeira

A Equipa Técnica da instituição é formada por um diretor técnico, três psicólogos, uma encarregada de serviços gerais, duas educadoras, duas assistentes sociais, um terapeuta da fala, um médico pediatra e uma enfermeira que desenvolvem suas ações com base na política de qualidade da instituição que visa:

Reconhecer e valorizar o empenho e dedicação dos colaboradores promovendo o trabalho de equipa;

Fomentar a satisfação plena dos utentes e seus familiares;

Promover a melhoria contínua de qualidade da prestação de serviços;

Promover um futuro pessoal e social saudável aos utentes; Manter os utentes integrados na sociedade criando parcerias com o exterior;

Promover a humanidade e solidariedade social; Ser um agente promotor e dinâmico no desenvolvimento da comunidade.

#### ***2.6.8. Caraterização das crianças***

Do levantamento dos dados obtidos através da grelha de informações sobre o processo individual das crianças, foi possível recolher alguns elementos que a seguir se apresentam.

## Género

■ Rapazes ■ Raparigas

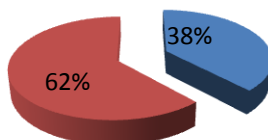


Gráfico nº 3 – Caracterização das crianças em termos de género

Os dados demonstram que das 21 crianças que participaram da investigação, 38% são meninos e 62% são meninas. Vale a pena lembrar a importância de que se reveste o cuidado em não separar as fratrias em situações de institucionalização. A instituição em causa tenta salvaguardar este aspeto, contribuindo assim para a salvaguarda de uma identidade familiar destas crianças e facilitando, também, a integração das crianças na instituição e a minimização do impacto das separações, indo de encontro ao que é defendido no artº 20 da Convenção sobre os Direitos das Crianças, no qual se assegura que a criança temporária ou definitivamente privada do seu ambiente familiar ou que, no seu interesse superior, não possa ser deixada em tal ambiente, tem direito à proteção e assistência especiais do Estado.

A Lei garante a toda criança o direito a uma vida digna e salva de qualquer forma de violência. No entanto, a força da lei não tem sido suficiente para impedir que a criança tenha os seus direitos violados, a sua vida ameaçada, os seus sonhos interrompidos por aqueles que têm a responsabilidade de protegê-la, a família



### Caracterização das crianças em termos etários

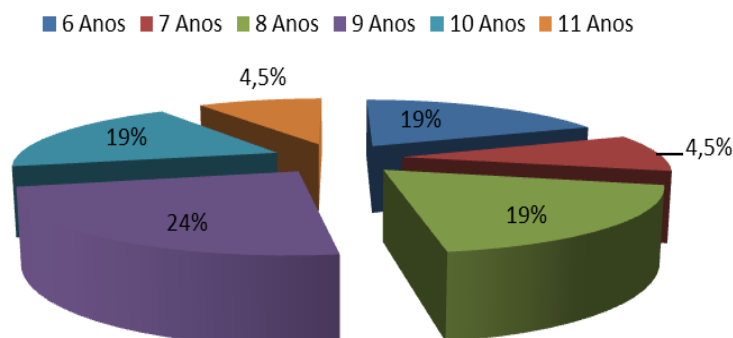


Gráfico nº4 – Caracterização das crianças em termos etários.

Em relação à idade das crianças que participaram da investigação, os dados revelam que das 21 crianças, 19% delas tem 6 anos; 4,5% tem 7 anos, 19% tem 8 anos; 24% tem 9 anos; 19% tem 10 anos; 4,5% tem 11 anos.

A institucionalização de crianças, seja qual for a idade, deve ser compreendida como um recurso a ser utilizado em situação de extrema necessidade para salvaguardar os seus interesses, pois o seu afastamento do contexto familiar traz profundas implicações para ela, devendo recorrer-se a esta medida apenas quando representar o melhor interesse da criança.

No que diz respeito à faixa etária de atendimento à infância em instituição de acolhimento, é recomendável que esse tipo de serviço ocorra sob a forma do chamado “agrupamento vertical”, onde se propicia o convívio entre crianças de diferentes idades, situação que facilita o acolhimento de grupos de irmãos.

### Tempo de Permanência na Instituição

■ Até 1 ano ■ 1 a 2 anos ■ 2 a 3 anos  
■ 3 a 4 anos ■ 4 a 5 anos ■ 5 a 6 anos

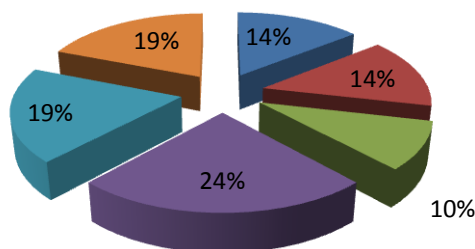


Gráfico nº 5 – O tempo de permanência da criança na instituição.

No que se refere ao tempo de permanência da criança na instituição de acolhimento, os dados demonstram que 14% das crianças estão há cerca de 1 ano na instituição; 14% das crianças estão entre 1 a 2 anos; 10% das crianças estão entre 2 a 3 anos; 24% das crianças estão entre 3 a 4 anos; 19% das crianças estão de 4 a 5 anos; 19% das crianças estão de 5 a 6 anos.

Constatamos que acerca de 63% destas crianças permanecem há mais de 3 anos e por limite até 6 anos institucionalizadas, situação considerada por alguns especialistas como institucionalização prolongada, como geradora de prejuízos para o desenvolvimento global da criança.

A institucionalização de crianças, conforme os princípios estabelecidos pela Convenção das Nações Unidas, é uma medida excecional, provisória e transitória, não pode ter um fim em si mesma, pois a substituição da família pela instituição de acolhimento e das figuras parentais por funcionários coloca outros referenciais para a construção da identidade da criança.

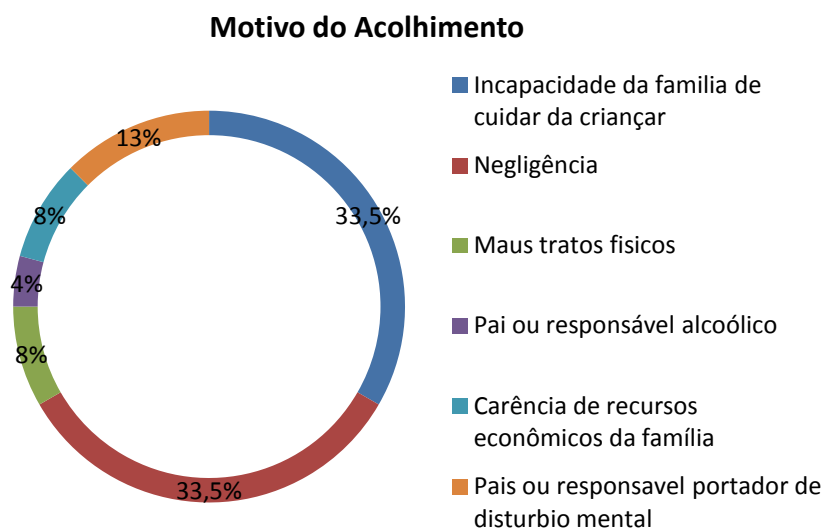


Gráfico nº 6 – Motivo do acolhimento

São múltiplas as razões do encaminhamento da criança para a instituição de acolhimento, sendo apontados mais de um motivo para a sua institucionalização.

Os motivos identificados foram: Incapacidade da família cuidar da criança 33,5%; Negligência 33,5 %, Maus tratos físicos (8%), Pai ou responsável alcoólico (4%), Carência de recursos económicos da família (8%), Pais ou responsável portador de distúrbio mental (13%).

O gráfico revela que não são homogêneos os motivos da institucionalização das crianças, portanto, é preciso considerar a diversidade das suas experiências pessoais e também suas condições de vida no momento de planejar o seu projeto de vida.

Neste sentido, a qualidade da oferta dos serviços prestados a este público infantil precisa responder às exigências colocadas a cada criança, de forma a construir com ela competências que lhe permitam enfrentar situações de exclusão e construir percursos de cidadania activa.

### Medidas de promoção e proteção anteriores

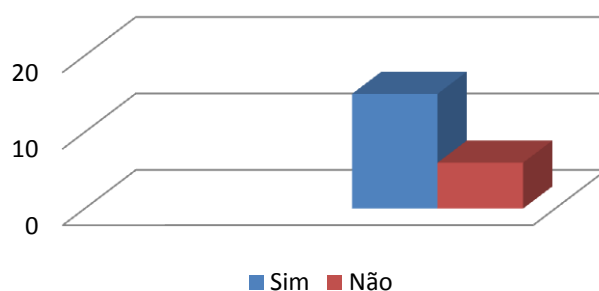


Gráfico nº 7 - Medidas de promoção e proteção

Conforme o gráfico acima demonstra, 29% crianças não tinham ainda tido qualquer tipo de intervenção social antes da sua institucionalização, enquanto 71% das crianças já tinham sido alvo de medidas de promoção e proteção antes de serem institucionalizadas.

O encaminhamento da criança para uma instituição de acolhimento faz parte de um conjunto de medidas de proteção e a sua aplicação deve ocorrer somente quando as demais medidas já tenham sido esgotadas, pois a retirada de uma criança da sua família, ainda que essa seja a motivadora da violação dos direitos da criança, é aflitiva e causadora de sofrimento para a criança.

### Medidas de promoção e proteção tomadas anteriormente

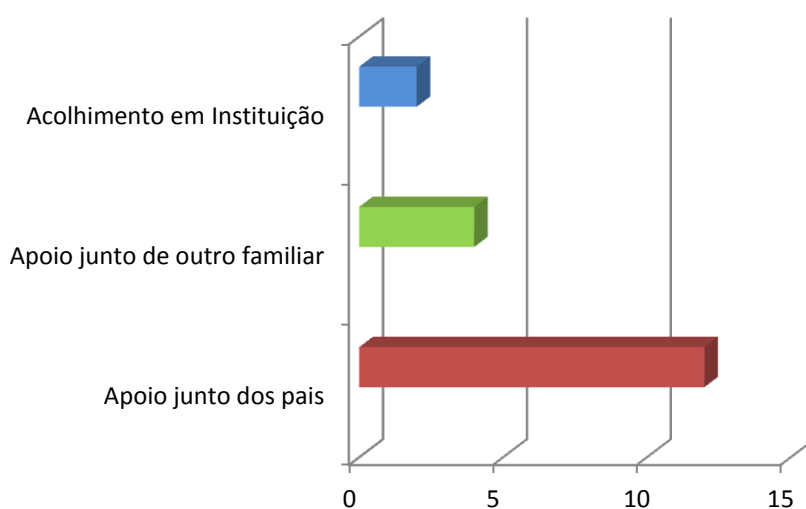


Gráfico nº 8 – Medidas de promoção e proteção tomadas anteriormente

De entre as medidas, constata-se que 80% se refere ao apoio junto dos pais; 27% ao apoio junto de outro familiar e 13% ao acolhimento em instituição. Denota-se assim, que existe uma conjugação de esforços que foca o apoio junto dos pais, como resposta de intervenção mais aplicada, mas isso não significa que tal empenho tenha evitado a institucionalização da criança.

As medidas de promoção dos direitos e de proteção de crianças e jovens visam:

Afastar o perigo em que estes se encontram;

Proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral;

Garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso. (Art. 34.º Lei de Proteção de crianças e jovens em perigo, n.º 147/99.)

As medidas de promoção e proteção são as seguintes:

Apoio junto dos pais;

Apoio junto de outro familiar;

Confiança a pessoa idónea;

Apoio para a autonomia de vida;

Acolhimento familiar;

Acolhimento em instituição. (Art. 35.º, Lei de Proteção de crianças e jovens em perigo, n.º 147/99.)

### Com quem vivia a criança antes da institucionalização

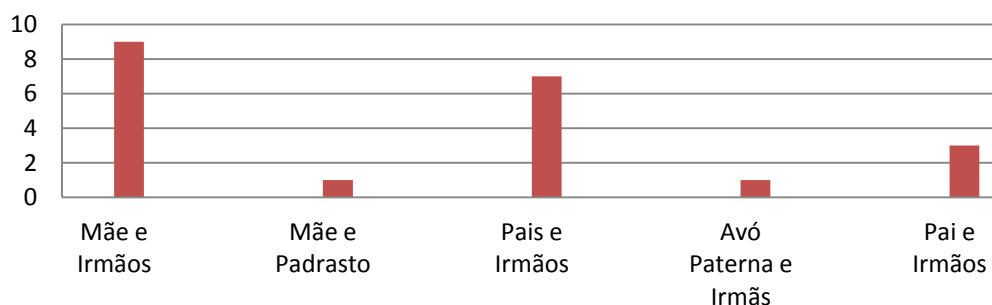


Gráfico nº 9 – Com quem vivia a criança antes da sua institucionalização.

De acordo com os dados dos processos individuais das crianças, antes da institucionalização, 43% das crianças moravam com a Mãe e Irmãos; 5% Mãe e Padrasto; 33% Pais e Irmãos, 5% Avó Paterna e Irmãs; e 14% morava com Pai e Irmãos.

Na sua grande maioria as crianças provêm de família monoparental feminina. Este aspeto assume ainda maior importância se considerarmos um estudo realizado sobre as medidas políticas relativas à pobreza infantil (UNICEF (2005). “Pobreza Infantil nos Países Ricos”), o qual revelou que na União Europeia 13% das crianças vivem apenas com um dos seus progenitores. Entre estas crianças, uma em cada três vive em situação de risco de pobreza. Em 90% dos casos, é a mãe a chefe de família, mas as causas principais que levam à constituição de famílias monoparentais variam de um país para outro.

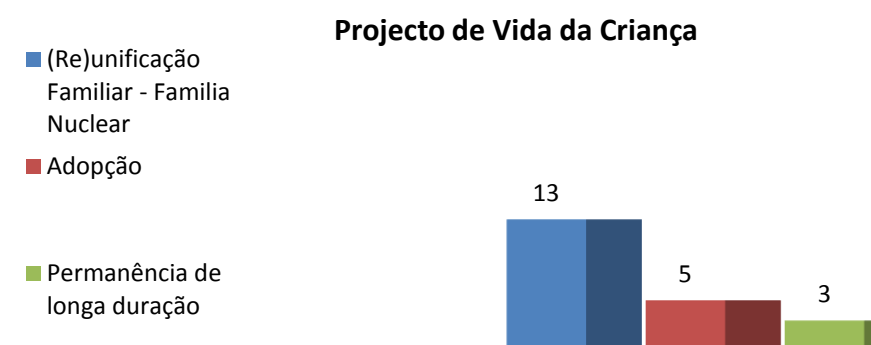


Gráfico nº 10 - Projeto de vida da criança

O conceito de projeto de vida da criança institucionalizada constitui, segundo a orientação técnica da Direcção-Geral da Ação Social (1996, p. 11), um plano de intervenção que, não só é definido para a criança ou jovem, mas abrange, igual e necessariamente, a sua família, sempre que possível; pressupõe ainda o dever de ser feito o acompanhamento e a avaliação sistemática de cada situação de modo a permitir encontrar-se em cada momento a resposta mais adequada. Para cada criança/jovem deve existir um processo individual devidamente organizado contendo todos os dados relativos à sua situação pessoal, familiar e social.

Em relação ao projeto de vida das crianças, está definida a medida de (re)unificação Familiar - Familiar Nuclear para 62% das crianças; a adopção para 24%

das crianças; e a permanência de longa duração para 14% das crianças.

Sendo que cerca de 62% das crianças têm como projeto de vida o retorno à sua família, observa-se a necessidade de realizar esforços para manter o convívio da criança com a sua família nuclear ou extensa, nos seus diversos arranjos, a fim de garantir a sua desinstitucionalização de forma célere e segura. Para tanto é necessário que se promova o fortalecimento, a emancipação e a inclusão social das famílias, por meio do acesso às políticas públicas que possam potencializar as condições de oferecer à criança um ambiente seguro de convivência.

#### Quadro nº 4: A criança e o seu grupo de irmãos

Crianças	Com irmãos	Quantos	Onde vive
Rui	Sim	1	Na mesma Instituição
Rui II	Sim	1	Na mesma Instituição
Alexandra	Sim	2	Na mesma Instituição
Cristiano Ronaldo	Sim	2	Na mesma Instituição
Ana	Sim	2	Na mesma Instituição
Raquel	Sim	4	Na mesma Instituição
João	Sim	4	Na mesma Instituição
Rui III	Sim	4	Na mesma Instituição
Mafalda	Sim	3	Na mesma Instituição
		2	Outra Instituição
		1	Outra Instituição
Margarida	Sim	2	Na mesma Instituição
		1	Cuidados da Mãe
Clara	Sim	2	Na mesma Instituição
		1	Cuidados da Mãe
Margarida II	Sim	4	Na mesma Instituição
		3	Outra Instituição
Leonor	Sim	4	Na mesma Instituição
		3	Outra Instituição
Raquel II	Sim	4	Na mesma Instituição
		3	Outra Instituição
Carlos	Sim	1	Na mesma Instituição
Pedro	Sim	1	Na mesma Instituição
Ana Carolina	Sim	1	Na mesma Instituição
Ines	Sim	1	Na mesma Instituição
Kiara Fimas	Sim	2	Na mesma Instituição
Pedro II	Sim	3	Na mesma Instituição
		1	Outra Instituição
Diana Sofia	Sim	1	Cuidados da Mãe

O quadro acima demonstra que a separação do grupo de irmãos é uma realidade para algumas crianças que participaram da investigação, situação geradora de sofrimento para a criança.

O não-desmembramento de grupos de irmãos necessita, na nossa opinião, ser um dos princípios orientadores para qualquer instituição de acolhimento, pois a separação entre o grupo de irmãos pode agravar a sensação de abandono e rompimento das suas famílias.

Todos os esforços devem ser realizados para preservar e fortalecer vínculos familiares das crianças institucionalizadas, que devem ser realizados nas ações quotidianas da instituição de acolhimento, uma vez que esses vínculos são fundamentais para as crianças.

Portanto, as crianças com vínculos de parentesco, não devem ser separadas ao serem encaminhados para uma instituição de acolhimento, salvo se isso for contrário ao seu interesse ou se houver claro risco de violência.



## **CAPÍTULO III**

### **Análise dos dados**

#### **Os contornos dos caminhos das crianças institucionalizadas**

# **1. Em busca da infância institucionalizada: o processo de análise dos dados.**

Na infância “tecem-se os fios da identidade, a memória das coisas, das oportunidades abertas ou fechadas” (Guará, 2006, p.67), das lembranças, que, muitas vezes, traduzem uma história marcada por situações difíceis que envolvem violência, exclusão social, morte dos pais ou abandono. Todavia, não adianta silenciar tal história, pois ela faz parte da vida de algumas crianças, sendo necessário encontrar um meio de a expressar, nomeadamente através da realização de investigações com elas, para conseguir compreender essas problemáticas a partir delas próprias.

No caso das crianças institucionalizadas torna-se importante resgatar o passado para poder compreender e intervir com mais critério no presente, aspeto que, por vezes, se apresenta como um desafio, uma vez que para muitas crianças não é possível expressar em palavras os seus sentimentos e vivências ligadas ao passado, tornando-se imperioso observar e também respeitar os seus silêncios. A esse respeito Giddens (2008, p.84) refere que:

A interação social depende de uma relação subtil entre aquilo que expressamos por palavras e o que queremos transmitir através de numerosas formas de comunicação não-verbal – a troca de informações e sentidos através da expressão facial, de gestos ou movimentos corporais.

O presente para muitas crianças que viram os seus direitos violados pode retratar um período de dor e solidão. Tempo no qual as crianças, muitas vezes, vivem uma espera pelo regresso à família ou o encaminhamento para uma família adotiva, tempo esse que para muitas crianças é um tempo de renovação das suas esperanças, mas também das suas desilusões.

No entanto, o presente necessita ser vivido como parte da história de cada ator social, o que, no caso das crianças institucionalizadas, implica que no presente se vença o desafio de, quotidianamente, fazer da permanência na instituição um tempo de vida da sua infância.

A instituição de acolhimento também se constitui como lugar do imprevisto da vida. Assim, o que pensar para o futuro? Para todos o futuro é sempre tão incerto, sejam

adultos ou crianças, no entanto, sonhos, planos e projetos de vida são fundamentais e precisam ser estimulados.

A instituição de acolhimento precisa ser um ambiente que preserve, resgate e possibilite espaços que permitam ouvir a voz das crianças, para que estas se encontrem com a sua própria história e acreditem na sua própria capacidade de opinar sobre a construção de um novo projeto de vida, com mais participação e autonomia.

Na nossa investigação procurámos, no quotidiano destas crianças, interrogar os contornos que a infância assume numa instituição de acolhimento, tendo utilizado um conjunto de dispositivos metodológicos como a observação participante, a entrevistas-conversa, registo em vídeo e desenhos. Numa fase posterior os dados recolhidos foram tratados através da análise de conteúdo, que pode ser definida como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Bardin, 2008, p. 38). Desse processo resultaram categorias de análise, que a seguir se apresentam sob a forma de subcapítulos.

O processo de categorização e as suas subcategorias serão de seguida apresentados:

### ***3. 1. A representação do lugar onde vive: significado e vivência***

#### ***3.1.1. A relação da criança com o espaço da instituição de acolhimento: “Um colégio”***

A relação entre as pessoas e os espaços, segundo Mello (2004, p.137), “especialmente o espaço de moradia, vai além da estrita utilidade: o significado da habitação para o ser humano extrapola a função de simples meio de proteção física.”

Neste sentido, procurámos compreender como é que as crianças representam o espaço da instituição que as acolhe.

Alguns desenhos das crianças que participaram da investigação dão conta, justamente, do aspeto exterior da instituição que foi aqui representada como um colégio, um lugar grande e com muita gente.



Desenho nº 1

Margarida Segunda: Fiz o lado de fora do centro social. O centro é muito grande, tem o ATL, o Lar e tem a parte dos idosos.

Wídia : O que é o centro social?

Margarida Segunda : O centro é um colégio interno privado  
(Margarida Segunda, 10 anos)



Desenho nº 2

Wídia: E como é o centro?

Alexandra: É muito grande vai até lá abaixo, e aqui em cima tem uma coisa com uma estrela, como eu não sei fazer estrelas, não fiz.

(Alexandra, 11 anos)

Outras crianças também desenharam a parte externa da instituição, que se apresenta como uma marca muito presente nas suas vidas.



Desenho nº 3

A criança não fez comentário acerca do seu desenho. (Raquel, 7 anos)



Desenho nº 4

É o Centro Social. (Kiara Fimas, 9 anos)

No tocante aos aspetos do exterior da construção de uma instituição de acolhimento, Mello (2004) assinala, justamente, a importância que as características de inserção da instituição no contexto da comunidade desempenham, porque o local de

moradia representa o “lugar do indivíduo no mundo” e, especialmente, na comunidade em que vive, sendo uma extensão da sua identidade. Por tal motivo, as instituições de acolhimento não se devem destacar das residências ao seu redor, e sim, possibilitar a interação com a comunidade circundante e a utilização da rede de serviços existentes.

Entretanto, salienta Mello (2004, p.142), deve, ainda, ser dado destaque à semelhança com um ambiente residencial nos moldes recomendados pelas directrizes em vigor das políticas de atenção a crianças, a edificação resultante “não seria exactamente uma residência comum, mas uma instituição de pequeno porte”, mas tal mudança seria importante para permitir a transição das instituições de um modelo para o outro.

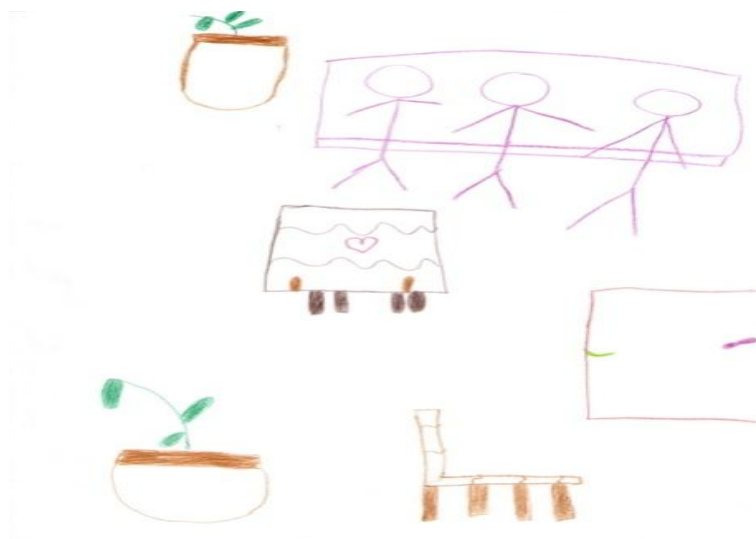
Em relação ao espaço interno da instituição, outras crianças desenharam o local onde elas desenvolvem as suas atividades quotidianas.

Os desenhos abaixo revelam que, no espaço da instituição, a criança reinventa o seu lugar, conforme observamos nos desenhos sobre o esconderijo, que é um espaço eleito e usado pelas crianças para conversarem e realizarem as suas brincadeiras sem a supervisão dos adultos.



Desenho nº5

“Aqui temos o nosso sítio secreto, ultra secreto, onde temos, uma mesa, uma cadeira, uma porta, as jarras, faltaram as janelas.”(Raquel Primeira, 9 anos)



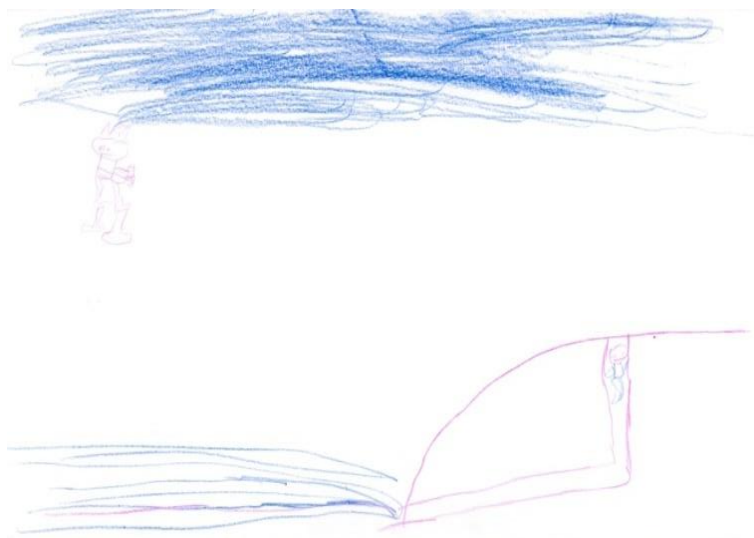
Desenho nº 6

“ É o esconderijo.” (Leonor, 9 anos )

Aqui a criança estabelece uma fronteira que delimita que aquele espaço, o esconderijo, funciona como local reservado para a sua intimidade, onde com os seus pares preservam a intimidade das conversas, brincadeiras, jogos e assuntos ligados à sua vida quotidiana. Portanto, a criança demonstra desta forma a sua capacidade de autoregulação daquele espaço, fora dos olhares adultos num contexto estruturado pelos adultos.

Na investigação ficou evidente que, quando as crianças reinventam espaços secretos, estão através das suas formas peculiares de se relacionarem com o mundo, a atribuir significados e a delinearem estratégias para lidarem com o real da instituição que as acolhem.

Outras crianças desenharam os espaços destinados às brincadeiras e ao lazer, tais como: a piscina, parque, e aspetos da natureza, mas é muito ténue a representação da criança nos desenhos.



Desenho nº 7

Gosto da piscina. (Cristiano Ronaldo, 9 anos)



Desenho nº 8

A criança não fez comentário acerca do seu desenho. (João, 8 anos)

Os desenhos demonstram uma adequação da criança à realidade vivida, onde os aspetos concretos da vida quotidiana aqui representados se constituem em necessidade e dificuldade para a criança se integrar na vida da instituição.



A imagem da instituição de acolhimento como um espaço destinado para a proteção da criança, vigente no discurso daqueles que actuam na defesa dos direitos da criança, é, na realidade, conforme revelam os desenhos das crianças, também, um espaço que recebe a influência das crianças que as acolhem.

A arquitetura dos edifícios e dos espaços internos e externos das instituições têm mostrado atenção à composição estética dos espaços e dos “habitats”, que tanto contribuem para os padrões de comportamento e atitudes das crianças. (Sarmiento, 2000, p. 27). Neste sentido, defendemos que as discussões atuais com vista a promover o reordenamento das instituições de acolhimento, necessitam considerar duas perspectivas: o aspeto externo e a configuração interna dos seus espaços. No tocante aos aspetos do exterior da construção de uma instituição de acolhimento, deve assemelhar-se a uma residência da comunidade para que as crianças não sejam estigmatizadas. Já os espaços internos devem, também, assemelhar-se aos de uma residência, evitando-se, “os imensos dormitórios e refeitórios, bem como cozinhas e lavandarias industriais, inacessíveis às crianças (Mello, 2004, p.141)”.

A instituição é compreendida pela criança como um espaço que garante a sua sobrevivência e resguarda o seu bem-estar, até à solução dos problemas que levaram à sua institucionalização. Todavia, a criança não reconhece o espaço da instituição como um lar, pois as diferenças existentes entre a sua casa e a instituição estão ligadas com o espaço físico e com as relações que são estabelecidas no contexto da instituição.

## ***3.2. O Quotidiano: vivendo em contexto de instituição.***

### ***3.2.1. A Rotina: o toque da campainha.***

Segundo Pais (2002, p.31) o que ocorre no quotidiano é rotina e “expressa o hábito de fazer as coisas sempre da mesma maneira, por recurso a práticas constantemente adversas à inovação.”

A rotina da instituição em que realizámos a nossa investigação, é, em grande parte, dirigida pelo som do toque da campainha, que, de forma cronometrada, delimita o horário para se realizarem as atividades naquele contexto e delimita, assim, a forma

como as crianças (não) gerem a organização do seu quotidiano, conforme demonstram alguns excertos de notas de campo.

“Tocou a campainha. É pra jantar.”

(Nota de campo, nº 13, 17.01.2010)

“Estás a ouvir. Agora é para ir a capela.”

(Nota de campo, nº 8, 25.01.2010)

“Sempre que toca a criança precisa fazer coisas.”

(Nota de campo, nº 6, 06.02.2010)

A criança reconhece a existência das regras que regulam a rotina da instituição de acolhimento, para facilitar a organização da vida quotidiana dos sujeitos institucionalizados naquele contexto. As narrativas das crianças demonstram a forma como vivenciam a rotina da instituição:

A criança vai de manhã para a escola. Depois, volta. Depois, é de noite e tem que jantar, fazer as tarefas da escola, tomar banho e ir dormir.

(nota de campo, nº 12, 12.01.2010)

“Dia de domingo, fazemos a cama, alguns serviços, passamos a televisão e vamos a missa. Voltamos a sala da televisão, e vamos estar ainda, até comer, quem tem visitas vai a sala de visitas”.

(Margarida Segunda, 10 anos)

“Todas as noites as crianças vão pra Capela. Sábado e domingo também. Nós não vamos logo a seguir do jantar, temos um bocadinho a brincar, enquanto as funcionarias estão a jantar, nós brincamos e ficamos a ver televisão. Enquanto elas acabam de comer. Depois vamos pra Capela”.

(Alexandra, 11 anos)

Na opinião de alguns adultos que trabalham na instituição, a rotina da instituição de acolhimento é ter horário para tudo, sendo cada dia programado com atribuições, obrigações, momento para as refeições, oração, estudos, brincadeiras, sendo, no entanto,

grande parte do tempo da criança tomado pela escola, conforme se pode verificar no excerto a seguir:

“O dia começa, para eles, por volta das sete menos um quarto, sete horas, como a casa é muito grande, muita gente, temos que começar cedo para tudo dá certo (...). Eles levantam-se, fazem a higiene pessoal, cada um ajudar a arrumar o quarto, cada um faz a sua cama juntamente connosco as funcionárias, e por volta das sete, sete e vinte e cinco da manhã há o toque da campainha, que é o chamamento para nos encontrarmos na capela, vamos a capela temos a oração da manhã. Depois vamos ao refeitório onde há o pequeno-almoço por volta das sete e meia, tomam o pequeno-almoço (...). Por volta das oito e cinco, oito e dez, há o toque novamente da campainha, elas vão buscar as mochilas, as saquinhas de lanche, passam por nós e vão para escola primária. (...) Estão durante o dia lá, almoçam lá também, na hora do almoço é na escola não é cá na instituição. Por volta das cinco e meia, seis horas, regressam a instituição onde vão as salas de estudo, os que tem trabalhos de casa ficam na sala de estudo, os que não tem vão para o campo de futebol, na sala de televisão, estão por ali. Depois por volta das sete e meia, oito menos um quarto, é o jantar, há novamente o toque da campainha. Eles vêm jantar, depois do jantar oito, oito e um quarto, oito e meia, vão brincar, ou ver televisão, andar de bicicleta que eles adoram. Depois, por volta das nove menos um quarto, voltamos à capela para oração da noite e vão para cama a recolher, por volta das nove, nove e um quarto, é o recolher para eles. E passam assim, o dia durante a semana, durante a semana é assim o dia deles.” (Margarida, ajudante de ação educativa)

No interior da instituição de acolhimento, observa-se que a rotina é regrada por um grande número de atividades, com horários a serem cumpridos de forma rigorosa: horário para acordar, realizar as refeições, organizar os espaços, horário para sair, para chegar, horário para tomar banho, falar ao telefone e até horário para se relacionar, ou seja, receber visitas, as quais só ocorrem dentro de horários e lugares determinados pelas normas da instituição. Para Oliveira e Milnitsky-Sapiro (2005) o excesso de normas, muitas vezes configura uma rotina de práticas quotidianas desprovidas de sentido e significado para a criança. O ambiente da instituição configura-se, nestas condições, como um lugar extremamente controlador, que dita o padrão de comportamento e as regras de conduta para todos que ali vivem.

A submissão a rotinas rígidas e o convívio restrito às mesmas pessoas, comprometem o desenvolvimento da criança, além de limitar as suas possibilidades e oportunidades de desenvolver relações sociais amplas e diversificadas (Cueno (2009), Silva & Aquino (2005), Rizzini (2003)). Por mais que a instituição tente organizar uma

atmosfera familiar, as potencialidades biopsicossociais da criança ficam restritas à dinâmica institucional e condicionadas às rotinas e disciplinas rígidas. Oliveira e Milnitisky-Sapiro (2005) relatam que nestas instituições não existe espaço para a diferenciação, para uma escuta atenta das necessidades das crianças acolhidas. De facto, o que existe, na opinião das autoras, é uma necessidade constante de regularidade e ordem e cabe à criança adequar-se ao padrão de atendimento prestado no contexto da instituição, sendo comum que as suas necessidades individuais sejam relegadas, pela própria dinâmica da rotina institucional, a um plano secundário.

A necessidade de estabelecer certas regras e horários para que um ambiente não se torne caótico é legítimo. Mas é preciso questionar, entretanto, a forma como essas regras se efetivam na prática e qual o impacto que têm sobre a vida da criança. Dito de outra forma, é preciso analisar se estas práticas são executadas de maneira automática ou violenta, de forma explícita ou implícita nas rotinas, e como têm afetado o desenvolvimento e (im)possibilitado margens da participação infantil.

### ***3.2.2. As Ajudantes de ação educativa: o cuidador direto da criança.***

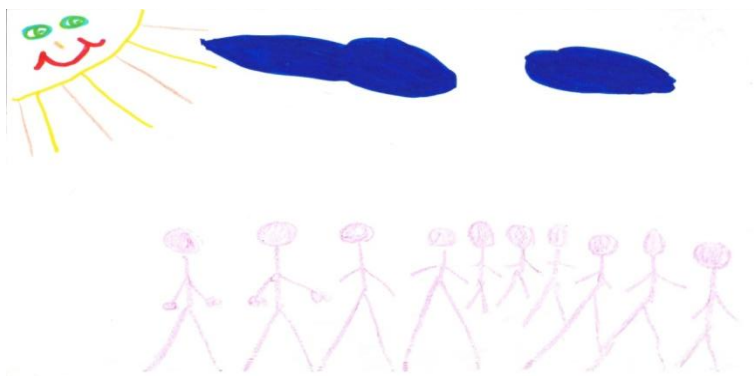
O acolhimento institucional é uma medida de proteção que representa uma alternativa para a criança afastada da convivência familiar, sendo necessário que as instituições tenham profissionais comprometidos com o bem-estar da criança para dar respostas efetivas aos seus direitos.

No contexto da instituição de acolhimento o adulto exerce o papel de cuidador da criança, assegurando os seus cuidados básicos, que vão desde a sua alimentação, à higiene pessoal, ao desempenho escolar e à sua segurança.

As ajudantes de ação educativa são as funcionárias responsáveis pelo cuidado quotidiano das crianças institucionalizadas são, portanto, os adultos da instituição que mais contacto têm com as crianças, seja, por partilharem o quotidiano, quer de dia e noite, ou por exercerem a função diária de cuidador direto da criança. Assim, as ajudantes de ação educativa acabam por assumir um papel importante no atendimento

realizado no interior da instituição e ainda desempenham o papel na prestação de informações sobre a situação diária das crianças com a direção e equipa técnica.

Neste cenário, para as crianças, o adulto que assume o papel de cuidador é também aquele que protege a criança, conforme revelam os desenhos seguintes:



Desenho nº 9

“As crianças gostam de estar no meio dos adultos. Os adultos protegerem os mais pequeninos.” (Raquel Primeira, 9 anos).



Desenho nº 10

São as funcionárias. As funcionárias cuidam das crianças. (Mafalda, 10 anos)



Desenho nº11-

Ontem estava doente. A funcionária falou para não sair da cama.” (Cristiano Ronaldo, 9 anos).

O significado atribuído à figura das ajudantes de ação educativa pela criança é, no entanto, contraditório. As falas abaixo exemplificam o relacionamento de uma criança de onze anos e de uma outra com oito anos com as ajudantes de ação educativa. Os relatos deixam clara a posição das ajudantes de ação educativa como funcionários da instituição.

Wídia: Quem vos diz o que têm de fazer?

Alexandra: Elas é que escrevem, e depois dizem os serviços.

Wídia: Quem escreve?

Alexandra: As funcionárias.

(Alexandra, 11 anos)

Wídia: Quando as crianças estão no parque tem algum adulto cuidando?

Rui Primeiro: Sim, a funcionária.

Wídia: Os adultos têm que cuidar das crianças por quê?

Rui Primeiro: Para não se perderem.

(Rui Primeiro, 8 anos)

Nas seguintes notas de campo é possível, ainda, verificarmos a posição de algumas crianças relativamente à sua relação com as ajudantes de ação educativa:

Tu precisas comer toda a comida se não vou chamar a funcionária. É preciso comer tudo. Não deixes nada. A funcionária vai-te obrigar a comer tudo. Tu sabes.

(Nota de campo, nº 18, 24.01.2010)

As funcionárias cuidam das crianças. Elas são amigas.

(Nota de campo, nº 7, 26.01.2010)

A criança tem necessidade de manter um relacionamento constante e ininterrupto, caracterizado por trocas afetivas e estimulação por parte de um adulto que lhe seja emocionalmente significativo. Todavia, os relacionamentos estabelecidos entre a criança institucionalizada e os seus cuidadores podem não ser “rígido o suficiente para fornecer à criança a segurança da elaboração de vínculos afetivos estáveis, constantes e ininterruptos, em razão do ciclo de substituições dos funcionários.” (Cueno, 2009, p.428)

Na investigação ficou evidente que os relacionamentos estabelecidos entre as crianças e as ajudantes de ação educativa são permeados de sentimentos ambíguos no relacionamento diário, ora compreendidos como positivos quando estabelecidos com uma funcionária considerada amiga; ora compreendidos como negativos quando esta mesma funcionária desempenha uma posição de representante da instituição, impondo ordens e mantendo a disciplina.

### ***3.2.3. As crianças e a normativização: “eu disse sim.”***

Segundo Pais (2002, p. 136) os contextos dos indivíduos estão ligados a normas que podem ser entendidas como “as diversas maneiras de agir consolidadas pelo uso, pelos costumes. Tomada como tipo, uma norma não se reconhece apenas pelo seu uso habitual, mas pelo seu uso quase obrigatório.”

Na nossa investigação, as crianças demonstram reconhecer que as normas são criadas e determinadas pelos adultos, conforme se observa na narrativa da criança a seguir:

Wídia: Como fazes para ser ouvida?

Pedro Primeiro: Os meus pais falam com o Tribunal. O Tribunal fala com a Dra. Carolina, e os meus pais falam com a Dra. Carolina. A Dra. Carolina vai dizer para os meus pais levar-me.

Wídia : Você já conversou com a Dra. Carolina?

Pedro Primeiro: Sim.

Wídia : Ela falou o quê?

Pedro Primeiro: Disse que na sexta eu vou embora.

Wídia : Você está feliz?

Pedro Primeiro: Sim.

Wídia : Você já foi no Tribunal?

Pedro Primeiro: Sim.

Pedro Primeiro: Disse se eu podia ir pró São Caetano, eu disse que sim.”

(Pedro Primeiro, 6 anos)

Embora a criança tenha sido ouvida, inevitavelmente, a sua saída da instituição dependerá dos pais, do juiz, das normas da própria instituição; de que alguma coisa ao nível familiar se acerte para que ocorra a sua desinstitucionalização.

Geralmente, as crianças institucionalizadas têm poucas oportunidades de fazer ouvir a sua voz, concordando com Roberts quando refere que as suas vozes, mesmo ouvidas, não são escutadas. (idem, 2005, p.247)

No interior da instituição onde se realizou a investigação, observa-se uma lógica normatizadora de comportamentos vividos no quotidiano das crianças, conforme nos revela a voz da criança:

“Se eu quiser sair, só posso ir aos dezoitos anos, ou se os meus pais concordarem os dois em me vir buscar, e se eu não quiser ir, tipo, anda aqui uma menina que tinha vinte anos, que aos dezoito ela podia sair sem avisar e ir de fim de semana para onde quiser. E assim ia porque ela era cantora. Então, ela ia. E depois aos vinte anos, ela teve aqui vinte anos, aqui no colégio. Foi no dia que ela fez vinte anos que foi embora.”

(Margarida Segunda, 10 anos)

O testemunho desta criança traduz a imagem de infância subjugada pelas normas sociais vigentes na sociedade, onde continua a persistir a ideia, de que as crianças são “irracionais e incapazes de fazer escolhas informadas em assuntos que lhe dizem respeito; no fundo que a criança é vulnerável e precisa de proteção, protelando-se assim o exercício da sua autonomia a participação.” (Fernandes, 2002, p.2)

Compreender que o respeito pelo estatuto da criança enquanto ator social não diminui as responsabilidades do adulto para com esta, coloca novas responsabilidades para o adulto, no sentido deste estruturar o ambiente para que a criança possa participar, especialmente nas questões que afetam as suas vidas. (Woodhead & Dorothy, 2005,



p.23). Para Fernandes (2009, p.49), independente do contexto social que a criança se encontra inserida, “o enfoque da intervenção, seja ela familiar ou institucional, deverá considerar que os tempos de provisão e proteção são tão importantes como os tempos de participação.”

Em Portugal a proteção à infância tem conduzido à alteração de leis e à implementação de novas metodologias de trabalho nas instituições de acolhimento. As mudanças têm ocorrido, entretanto, sem a auscultação dos principais sujeitos: as crianças.

A infância tem sido silenciada através dos séculos nas mais diversas instituições, sendo que mesmo as práticas destinadas a elas são, na maioria das vezes, realizadas sem uma preocupação de compreender como a própria criança representa o seu universo.

### ***3.2.4. O espaço da brincadeira na rotina da instituição: “vamos brincar”.***

Para Sarmiento (2004, p.15) “as crianças brincam, contínua e abnegadamente. Contrariamente aos adultos, e entre brincar e fazer coisas sérias não há distinção, sendo o brincar muito do que as crianças fazem de mais sério.”

No contexto da instituição, as crianças brincam e inventam as suas formas de brincar, sendo que nas brincadeiras as crianças recriam “(...) no mundo da ordem, outra ordem, alternativa, entendida pelo adulto como desordem, barulho, bagunça.” (Prado, 2007, p.105)

Na nossa investigação foi muito comum ouvir a frase “*vamos brincar*” e também observar que a brincadeira gera felicidade para a criança, conforme mostram as suas narrativas:

Wídia: O que deixa o Rui Primeiro feliz?

Rui Primeiro: Brincar.

(Rui Primeiro, 8 anos)

Observei que, tanto nas ocasiões que as crianças se encontravam sozinhas, como quando se encontravam com os adultos, elas brincam, escolhendo jogos, a nível também virtual pelo acesso que tem ao computador.

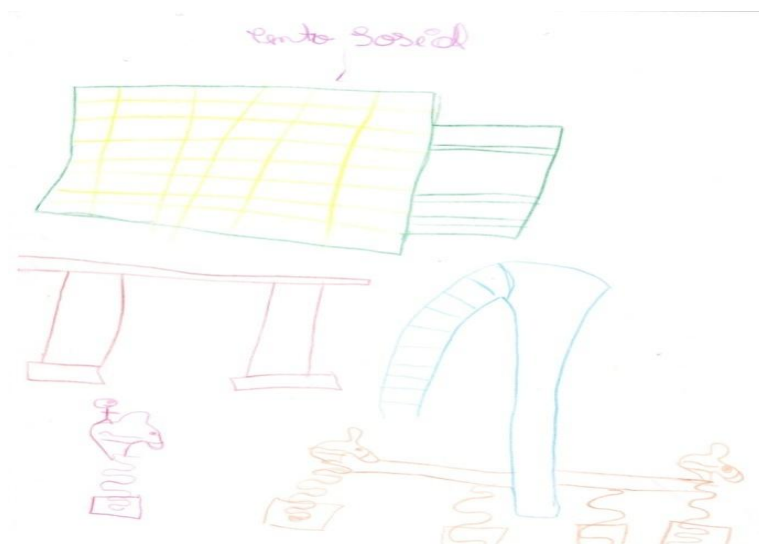
“Margarida Segunda: Depois tive na sala da televisão a jogar o Magalhães. Todos, passou a vez, todos.

Widia: Qual o jogo que jogaram no Magalhães?

Margarida Segunda: Super Tux”

(Margarida Segunda, 10 anos)

Nos seus quotidianos as crianças brincam, sendo comum escolher os seus pares e serem escolhidas por eles. Nos espaços comuns e compartilhados da instituição, tais como: galpão, refeitórios, parque, sala dos computadores, sala de tv, campo de jogos, as crianças brincam sucessivamente, conforme mostra a fala das crianças:



Desenho n° 12(Ana Carolina, 10 anos)

Ana Carolina: Gosto, é a parte onde nos divertimos a metade do tempo, dar cambalhotas. Aqui os baloiços, que esqueci-me de fazer as perninhas pra amarrar, aqui tem dois cavalos e o menino, só que este cavalo aqui está ao contrário, e depois aqui há o escorrega.



Desenho nº 13

Wídia: As crianças brincam de quê no parque?

Rui Primeiro: As caçadinhas, as escondidinhas, homem de gelo. (Rui Primeiro, 8 anos)

Nos espaços temporariamente modificados nos dias de festas, observava-se que as crianças inventam novos jeitos de brincarem com novos confrontos e descobertas, como, por exemplo, ocorreu durante a festa do carnaval, onde o espaço do refeitório se transformou num local para se brincar e festejar o carnaval com a supervisão dos adultos que direcionavam algumas brincadeiras.

Naquele mesmo espaço, algumas crianças passaram a brincar e inventar as suas próprias brincadeiras, como também entravam e saíam de uma brincadeira para outra, conforme mostra a seguinte nota de campo, onde as crianças utilizam a imaginação e as próprias mãos, sendo que na brincadeira não são mãos e sim uma máquina de lavar roupa:

“Abre a máquina. Agora coloca a roupa. Fecha a máquina. Abre a máquina. Tire a roupa. Abre a máquina de novo. Ficou uma cueca.”

(Nota de campo, nº 12, 16.02.2010)

A referida brincadeira gerava muitas risadas e as crianças divertiam-se repetindo a mesma brincadeira com outras crianças, não importando o facto de a criança já conhecer a brincadeira e todas as suas fases, bem como o resultado. O que de facto importa para a criança é a diversão que a referida brincadeira promove, onde “o que é verdadeiro e o que é imaginário se confundem estrategicamente para que a brincadeira valha mesmo a pena” (Sarmiento, 2002, p.12).

As crianças que vivem em contexto de instituição de acolhimento vivenciam o brincar na sua rotina, um mundo lúdico no qual a criança consegue navegar e produzir novos significados com os seus pares.

### ***3.3 - As relações que as crianças estabelecem com os seus pares.***

#### ***3.3.1 - A amizade: um importante elo de solidariedade.***

Na instituição de acolhimento, distante da família e amigos, a criança aos poucos faz novas amizades, novos vínculos afetivos são estabelecidos no contexto da instituição.

Uma criança, ao chegar a uma instituição, encontra não só pessoas que lhes são estranhas como também um universo institucional desconhecido que gera, no início, incertezas e temores.

Segundo Pereira (2006, p.101), “compreender a vida interna da instituição, suas regras, o padrão de conduta aceitável, as expectativas de comportamentos pelos quais serão cobrados, exige da criança uma aproximação vital com o outro.” Portanto, quanto mais facilidade a criança tiver de fazer amigos, mais rápida será a sua aceitação pelos pares, que nem sempre estão dispostos a “abrir-se a novos elementos, visto tantas perdas já sofridas, tantos novos amigos que já se foram na rotina massificante de um entra e sai de crianças” institucionalizadas. (idem)

Um dos aspetos interessantes que nos foi possível observar durante o tempo que permanecemos na instituição foram as relações de amizade entre as crianças.

A convivência da criança com os seus pares seja “através da realização de atividades e rotinas, permite-lhes exorcizar medos, representar fantasias e cenas do quotidiano, que assim funcionam como terapias para lidar com experiências negativas.”(Sarmiento, 2004,p.14)

A amizade para as crianças com quem trabalhamos na nossa investigação assume facetas que oscilam entre o zelo pelo bem-estar do outro e a solidariedade que se estabelece entre elas.

A propósito do primeiro, o zelo pelo bem-estar, podemos perceber através do testemunho da Alexandra, essa preocupação:

“Vai a beira dela e tenta conversar com ela. E pergunta. Por exemplo, eu ontem estava um bocadinho triste, e depois uma amiga minha veio-me perguntar o que se passava comigo, depois eu estive a falar com ela, e animei-me.”

(Alexandra, 10 anos)

Durante a realização das atividades escolares era visível a solidariedade entre as crianças, que, de forma espontânea e autónoma, se ajudam umas às outras.

“Sentada a beira da Inês, esta pediu para eu a ajudar numa atividade escolar da língua portuguesa. A atividade consistia em escrever repetidas vezes uma letra do alfabeto e depois fazer diversas frases a partir de palavras já fornecidas pela sua professora. No decorrer da presente atividade a Inês perguntou de que forma poderia fazer uma frase com uma das palavras. Convidei-a a pensarmos juntas numa frase, mas não fui muito feliz na sugestão, pois sugeri uma palavra com ‘ch’ e imediatamente a Ana, uma das crianças que estava ao lado, falou que a Inês ainda “não sabia fazer frases com ch” e a mesma criança sugeriu uma frase que auxiliou a Inês a elaborar a sua frase com base no exemplo dado por uma criança, que de forma solidária mostrou muita competência para resolver aquela situação.” (Nota de campo, nº 8, 11.01.2010)

As crianças que participaram da investigação relataram sentimentos positivos no tocante aos seus relacionamentos de amizade, sendo constantes as suas trocas de experiências, interagindo e evidenciando satisfações pessoais, com manifestações de autonomia relativamente a pequenos conflitos. A esse respeito, no decorrer das observações foram registados momentos de impasse e conflito, que as crianças procuraram solucionar em grupo, como pode ser visto a seguir:

“Margarida Primeira ficou responsável neste dia por distribuir os rebuçados entre as crianças. Eu disse que somente poderiam ser 3 rebuçados por criança, pois era a quantidade disponível para aquele dia. Margarida Primeira distribuiu com muita habilidade os rebuçados e ainda voltou com 1 rebuçado que havia sobrado para me entregar, pois na opinião das crianças seria injusto dá-lo a uma criança, a qual ficaria com um rebuçado a mais do que o restante do grupo. Após tal decisão do grupo Margarida Primeira ficou uma dúvida perguntando-me “é para quem esse rebuçado?” De imediato a própria criança respondeu “é para ti”. Eu respondi que sim. Em seguida o João e outras

três crianças abordaram-me, cada uma com fortes argumentos de que eu lhes deveria entregar o rebuçado. Mantive-me firme para respeitar a decisão do grupo, de que aquele rebuçado não poderia ser entregue a nenhuma criança. Por fim, estas crianças aceitaram a decisão tomada pelo grupo.”(Nota de campo, nº 5, 02.02.2010)

As crianças demonstram um senso de justiça e respeitam o que consideram justo nas relações de amizade. Nestas circunstâncias, as crianças respeitam as decisões do grupo. O referido episódio marcado pela forma de as crianças se posicionarem livremente frente a uma situação do quotidiano, mostrou o quanto elas são capazes de emitir opiniões acerca dos seus interesses, quando lhes é dada a oportunidade de expressar a sua voz.

Na nossa investigação verificou-se que a rotina da instituição, quase sempre regida por atividades de forma coletiva, como a hora da refeição, do banho, do brincar, do dormir, acaba por favorecer um relacionamento social intenso e a criação de novas amizades e da formação de novos grupos de pares.

Todavia, as relações de amizade, ao mesmo tempo em que amenizam as perdas sofridas com o rompimento familiar e comunitário, tendem a tornar-se num novo problema a ser enfrentado pela criança com a eminente possibilidade de novas perdas, com a saída de algum educador ou com as desinstitucionalizações e transferências da criança de uma instituição para outra.

### ***3.3.2. Entre a proteção e a autoridade: “vou chamar a minha irmã” (irmã mais velha).***

Num estudo realizado com crianças institucionalizadas por Fernandes (2005, p.271), foram identificadas “estratégias de organização da ordem social destas crianças, relativamente à proteção, que configuram redes alargadas, onde a solidariedade se constrói através do envolvimento de múltiplos parceiros.” Nesta rede de proteção “o irmão é assim, não um protector directo, mas alguém que assegura a existência de outros mecanismos de proteção, quando ele está ausente.” (idem)

Pereira (2006, p. 102) na sua pesquisa sobre crianças que vivem em contexto de instituição de acolhimento, cita o resultado de uma investigação, cujo objetivo era

identificar a relação de afetividade entre crianças institucionalizadas, entre os principais resultados, observou, a existência de uma interação significativa entre as meninas mais velhas com os meninos mais novos, comportamento este semelhante ao apresentado pelas mães em relação aos filhos. Na sua própria pesquisa sobre crianças institucionalizadas, constatou ainda que “os irmãos mais velhos demonstraram-se responsivos às solicitações de afeto e cuidado em relação aos irmãos mais novos” (Pereira, 2006, p. 110). Para a autora, a presença dos irmãos, “unidos em um momento de intensa vulnerabilidade, favorece o estabelecimento de uma identidade compartilhada e de uma forte união em busca de um mesmo ideal. Essa união cria um compromisso fraterno, compartilhando cautelas e esperanças.” (idem, p.109)

De acordo com o excerto da nota de campo abaixo pode-se perceber que a irmã mais velha é aquela que defende, mas, também, que reprime, os irmãos menores, reproduzindo, muitas vezes, formas violentas de interação:

“Era dia de filme, uma atividade sugerida pelas crianças. O local era o auditório e estavam as crianças da primária e também outras crianças da instituição que desejaram assistir o filme. Inicialmente, o que parecia uma agressão verbal entre duas crianças, uma do grupo da primária e outra do grupo das pequenas, rapidamente evoluiu para agressões físicas. A irmã mais velha desta última criança decidiu intervir para cessar as agressões, para tanto, falou alto e depois, retirou-a do local.”

(Nota de campo, 27.02.2010)

A irmã mais velha também pode dar ou não autorização para outras crianças da instituição baterem nos irmãos mais novos, quando avaliam que tal ação é indicada para a solução do conflito ali instalado:

(...) Pode bater. Pode bater. Era a irmã mais velha autorizando outra criança a bater em seu irmão mais novo.

(Nota de campo, 06.02.2010)

A irmã mais velha também é chamada a defender os interesses dos irmãos mais novos quando estes se encontram confrontados com situações de agressões físicas e verbais, que não conseguem defender-se sozinhos:

As crianças estavam brincando na quadra. Um menino passou a dizer, repetidas vezes, que uma menina era “cigana suja”. Esta, por sua vez, tentou revidar aquela situação dizendo que ela não era suja, mas o menino intensificou as agressões verbais e a menina resolveu pedir ajuda a irmã mais velha. Esta última que, era maior em estatura física do que os dois envolvidos na discussão, falou para o menino “nunca mais fale que ela é uma cigana suja” e ameaçou em batê-lo, caso tal situação voltasse a se repetir.

(Nota de campo, n.11, 02.03.2010)

As irmãs mais velhas são chamadas pelo grupo das crianças para resolverem situações de conflito que envolvem os irmãos mais novos. A figura da irmã mais velha surge, assim, como uma figura de autoridade relativamente aos mais novos. Mas, na dinâmica das relações com as funcionárias, a irmã mais velha é vista e tratada sem distinção das demais crianças.

### ***3.4. O tempo de permanência na instituição: a criança como objeto de controlo?***

#### ***3.4.1. A criança e a institucionalização prolongada: “Nunca vou embora na vida.”***

Antônio Lancetti (2003, p. 109) diz que a institucionalização de criança é “uma forma anti-anropológica de convivência” do ser humano.

As consequências da vida institucional de crianças são conhecidas e, apesar do conhecimento acumulado, ainda permanece, conforme assevera Fachinetto (2009, p.71), no imaginário colectivo a cultura da institucionalização de crianças, fruto de uma prática social e governamental muito difundida ao longo da história, que serve “muito mais aos interesses dos adultos envolvidos do que para proteger as crianças”.

Na concepção de Aquino e Silva (2005, p.190), a institucionalização prolongada da criança é uma violação de direitos que deixa “marcas irreversíveis” na criança que poderá não adquirir “sentimento de pertença” e ter dificuldades para adaptação e convívio em família e comunidade.



Os efeitos negativos do período de longa vivência numa instituição para a criança podem ser contabilizados através das consequências para o seu “desenvolvimento neuro-físico-psicológico” (Fachinetto, p. 70, 2009).

Para Cueno (2009), a vivência no espaço institucional, quando não transitória e breve, além de violar o direito fundamental à convivência familiar, pode causar à criança graves consequências, se não elaboradas adequadamente, em especial no campo psíquico e emocional, com reflexos na vida adulta.

O diálogo abaixo, realizado por três crianças durante a atividade do registo em vídeo sobre a instituição de acolhimento, demonstra o desalento gerado pela institucionalização prolongada nas suas vidas.

“Margarida Primeira: Olá, eu chamo-me Margarida Primeira, tenho onze anos, e eu já estive neste centro, depois voltei outra vez pra cá, vim dia vinte e oito de Setembro. Estou a brincar com meus colegas: aqui é um parque para brincar, são os baloiços, o escorrega e temos lá dentro um pátio.

Rui Segundo: Aqui é o Rui Segundo, tenho sete anos, e quando cheguei aqui eu ia passar uns dias (pausa). Agora nunca vou embora na vida, e nunca vou a sala de visitas, e não gosto deste centro.

Margarida Primeira: Ah... não sei o quê que vou falar. Pronto, eu gosto mais ou menos de estar a viver aqui nesse centro, é fixe. Mas, quase nunca, a partir de não sei quando minha mãe não vem, quero ir embora deste centro.

Rui Segundo: Rui Primeiro. Fala.

Rui Primeiro: Eu sou o Rui Primeiro, tenho oito anos, quem me dera sair deste centro, quem me dera que este centro fosse disponível, por que assim nós poderíamos sair sempre. Já tá. Já está tudo.”

O tempo de permanência da criança na instituição reflete um período vivido com ausência da família, sendo propenso ocorrer o enfraquecimento dos vínculos familiares a medida que o tempo avança.

Algumas investigações na área da psicologia têm vindo a demonstrar que crianças institucionalizadas há mais de um ano costumam apresentar reações psicossomáticas, como reflexo de distúrbios de origem emocional, tais como: manutenção ou repetição de doenças físicas tornar-se crónica nessas crianças e os sintomas perduram, em geral, até a sua desinstitucionalização.

Segundo Cueno (2009), a criança por não conseguir suportar, no plano psíquico, situações stressantes, termina por produzir ou mesmo agravar sintomas e

doenças que se manifestam no corpo, como distúrbios de sono, diarreias e enurese. As doenças físicas vêm à tona como uma resposta a um stress psicossocial desencadeado ou agravado por fatores particularmente significativos para a criança que desencadeia forma de expressar sua dor por meios não verbal.

De acordo com a autora acima citada, o medo, a ansiedade, a frustração e a depressão são fatores apontados como sensações muito presentes na vida das crianças institucionalizadas por mais de um ano. Além da baixa auto-estima, sentimentos de rejeição e isolamento costumam ser verificados como efeitos da institucionalização prolongada para crianças, são sentimentos que causam sofrimento em graus variados.

A partir da nossa investigação conseguimos, através das narrativas das crianças, caracterizar os modos como são vivenciadas as situações de ansiedade e de expectativa sobre o momento da sua desinstitucionalização, que tarda ou muitas vezes não se concretiza, conforme demonstra o excerto da nota de campo a seguir:

“Rui Terceiro: Há quanto tempo eu tou aqui? Tu tens que adivinhar quanto tempo tem que estou aqui.

Wídia: Três anos?

Rui Terceiro: Oh, três anos. E não é pouco, três anos.

Wídia: Tu queria sair logo daqui?

Rui Terceiro: Queria, logo que entrei queria sair.”

(Rui Terceiro, 6 anos)

Na investigação constatou-se que a institucionalização prolongada não favorece a auscultação da criança e a sua participação no processo de construção do seu projeto de vida no contexto da instituição, reafirmando assim, “a imagem da criança como objeto de regulação e controlo” (Fernandes, 2005, p.19).

A institucionalização prolongada cria, para a criança, um quadro de referências que permeia a sua vida cognitiva, afectiva e emocional, e que norteia as suas relações com os pares e com os adultos sob o prisma do “enfoque paternalista, profundamente cerceador das possibilidades da criança participar na construção dos seus mundos sociais e culturais. (Fernandes, 2005, p.23)

Recentemente, as condições de vida das crianças que vivem em instituição de acolhimento têm levado à revisão das práticas de cunho assistencialistas. Desta reforma, renovamos a nossa esperança de que sejam, de facto, realizadas ruturas em relação às velhas concepções e práticas institucionalizastes.

Espera-se assim que os interesses e as opiniões das crianças sejam considerados, a fim de, conforme defende Fernandes (2005, p.38), “refletir-se necessariamente na forma como as instituições tratam e respeitam a criança.”

Espera-se ainda que ocorram mudanças do olhar e do fazer, das políticas públicas voltadas para a infância e sua família, onde a criança seja visualizada e tratada como sujeito de direitos e, portanto, detentor do direito de participar nas decisões que afectam as suas vidas.

### ***3. 5. O Direito à convivência familiar: Uma alternativa para a desinstitucionalização da criança?***

#### ***3. 5.1 . O direito a receber e (não) ter visitas da família: “Tu querias ter essa sorte”***

Para Aquino e Silva (2005, p.186), embora a atribuição de promover o direito à convivência familiar não seja exclusiva das instituições de acolhimento, mas compartilhada por toda a rede de atendimento à criança em situação de risco, essas instituições têm um importante papel na área. Isso requer que, enquanto durar a aplicação da medida, a instituição precisa contribuir com os demais atores da rede de atendimento no sentido de manter os vínculos familiares das crianças institucionalizadas, através das visitas, e de apoiar as famílias a receber os seus filhos de volta, quando for viável para a criança, e a exercer de forma adequada as suas funções parentais no cuidado e supervisão dos filhos.

Na realidade da instituição de acolhimento onde foi realizada a presente investigação, podemos encontrar duas possibilidades no que se refere às visitas dos familiares. Há um grupo de crianças que recebem a visita da família aos fins de semana e convivem com a expectativa de voltar para casa e há um grupo de crianças que não têm contato com os pais e aguardam a oportunidade de adopção.



Desenho nº14

Wídia: E as crianças estão sentadas a fazer o quê?

Rui Primeiro: A trabalhar.

Wídia: A trabalhar fazendo o quê?

Rui Primeiro: Estão a falar do dia do pai.

Wídia: Como foi para ti fazer esta atividade?

Rui Primeiro: Foi difícil.”

(Rui Primeiro, 8 anos)

O Rui Primeiro é uma criança que se encontra na instituição a aguardar o momento da sua inserção numa família, por via da adoção.

O aspeto mais pernicioso do prolongamento da espera da criança que vive numa instituição de acolhimento, por uma família adotiva, diz respeito ao período em que ela permanece em situação jurídica e familiar indefinida. Os desafios são grandes para reduzir a distância entre os que desejam um filho por via da adoção e as muitas crianças que buscam uma família.

Para as crianças que vivem diariamente à espera da sua inserção numa família através da adoção a solidão parece ter um peso ainda maior, mas estas não estão sozinhas na incerteza sobre seu futuro.

A verdade é que as crianças sonham e falam do desejo de conviver numa família, conforme podemos verificar na fala a seguir:

Rui Segundo : Eu não queria estar nesse centro. Sabes, é porque os meus pais nunca vem me visitar, nunca vem me buscar pra eu ir embora. E eu fico aqui sozinho.

Wídia : Como te sentes quando ficas aqui sozinho?

Rui Segundo : Fico triste, não gosto disto sempre.

Wídia : O que querias fazer?

Rui Segundo: Queria ir pra minha casa.

Wídia : Faz tempo que não vais a casa?

Rui Segundo: Sim, os outros vão todos, menos eu e o Rui Primeiro. Acho que é sorte, não é? Tu querias ter essa sorte?

(Rui Segundo, 6 anos)

As crianças que recebem visitas da família agarram-se à esperança de que a sua permanência na instituição seja provisória, pois percebe-se que não romperam completamente com os vínculos familiares e que têm um ponto de referência fora da instituição.

Para algumas crianças que recebem visitas dos seus familiares, a medida de institucionalização representa um difícil atalho para a reestruturação das suas famílias, situação que implica tempo e a sonegação do seu direito de conviver em família. Conforme mostra a fala da criança, a seguir:

Wídia : Gostas de receber visitas?

Margarida Segunda: Gosto.

Wídia : Gostas de receber visitas de quem?

Margarida Segunda: Papá e mamã.

Wídia: Eles vêm sempre aqui?

Margarida Segunda: A minha mãe costuma vir, ou vem à sexta ou vem à quinta; o meu pai vem sempre quando está de folga. Por exemplo, neste sábado eu fui passar o dia com minha mãe. Só no sábado, domingo não. Essa semana vou passar sábado e domingo com meu pai, depois o outro, só o sábado com minha mãe. É assim, com a minha mãe eu passo só o sábado, e com meu pai eu passo os dois dias.”

São vários os dilemas que contribuem para que as crianças sejam afastadas de suas famílias, vizinhos e amigos, ao serem encaminhadas para uma instituição de acolhimento, onde, dependendo das características pessoais e familiares, permanecerão por longos períodos, ou até o final da sua infância, experimentando rupturas de laços constantes, quer seja com relação aos colegas que ingressam ou saem, dos funcionários e muitas vezes dos próprios irmãos.

A fala das crianças revela que algumas já perderam os vínculos familiares e outras demonstram que esses vínculos estão muito frágeis, o que torna difícil uma reintegração familiar mais imediata, situação que exige uma dedicação maior e uma actuação mais presente e eficaz da equipa técnica que atua na instituição para promover o fortalecimento dos vínculos afectivos e familiares para possibilitar a reinserção familiar daqueles que estão institucionalizados.

### ***3.5.2. A realidade vivida pelos grupos de irmãos: uma separação não consentida pela criança.***

Para Sarmento (aula, 2009) a família é um “espaço de relações inter e intrageracionais, adultos com adultos e crianças com crianças, onde as relações integradoras entre irmãos (biológicos ou afectivos) são uma condição de bem-estar e felicidade.” Portanto, o direito à família não pode ser visto apenas como “o direito a convivência com o pai ou à mãe, nem pode ignorar as relações de fratria.” (idem)

A garantia da manutenção do vínculo familiar com a preservação do grupo de irmãos proporciona à criança institucionalizada “benefícios psicossociais altamente positivos. Basta o convívio entre dois ou mais irmãos para manterem a unidade familiar e o sentimento de pertinência.” (Pereira, 2006, p. 108)

Assim, “o sentimento de não estar sozinho, de manter consigo um outro significativo, garante a sensação de união, fortalecendo os vínculos de fraternidade entre o grupo de irmãos que pelo processo de institucionalização” foram afastados dos demais familiares. (idem, 2006, p.109)

As transferências de crianças de uma instituição para outra e a separação de crianças de uma mesma família são situações causadoras de sofrimento e de rompimentos de laços afectivos, muitas vezes motivados por fatores organizacionais como os limites máximos e mínimos de idade, a exclusividade no atendimento por sexo ou ainda a não-aceitação por determinadas características, tal como se pode comprovar pelo seguinte testemunho da criança:

Margarida Segunda: Nós somos sete, comigo oito. Mas, aqui estão cinco raparigas e no São Caetano três rapazes.

Wídia: Não tinha jeito de ficarem todos juntos?

Margarida Segunda: Não. Aqui é um colégio onde só podem entrar raparigas, só entram rapazes até sete anos depois vão para o São Caetano.

Margarida Segunda: Eles estão em Braga, pronto, e nós estamos aqui. Só nos vemos nas férias

Margarida Segunda: Por exemplo, este final de semana que vem, as raparigas vai ficar com o pai e os rapazes com a mãe. A mãe é que vai buscá-los ao colégio, só a eles. A mãe vai lá onze e tal e leva-os, vai pra casa. Vai lá busca-los quando quiser e vai pra casa. E meu pai vem a que horas quiser buscar-nos, não vamos juntos.”

(Margarida Segunda, 10 anos)

Atualmente, segundo Fernandes (2005, p.115), “a infância é um grupo social com um conjunto de direitos reconhecidos no campo dos princípios, apesar da sua escassa aplicabilidade nos quotidianos de muitas crianças”, situação que pode ser observada no quotidiano de algumas crianças que participaram da investigação, conforme nos revela suas vozes:

Wídia: Tem uma irmã sua também aqui no lar?

Pedro Primeiro: Sim. E depois eu não a vou ter mais, porque vou pro São Caetano, que é onde é que estão os meus irmãos. É um colégio, outro colégio que é diferente deste.”

(Pedro Primeiro, 6 anos)

Wídia: São quantas irmãs?

Diana Sofia: Somos três.

Wídia: E onde estão as tuas irmãs?

Diana Sofia: Uma está em Braga no colégio e outra em casa com a mãe, e outra aqui neste colégio.

(Diana Sofia, 11 anos)

A vivência em contexto de instituição de acolhimento não se deveria constituir em fator de rutura para os grupos de irmãos. Para tanto, é necessário que a instituição incorpore nas suas ações um atendimento que evite a transferência da criança de uma entidade para outra evitando o desmembramento de grupos de irmãos.

Mello e Silva (2004, p.103) alertam para o facto de que quando for necessária a inserção de uma criança numa instituição esta ocorra de forma “aberta e promotora de

indivíduos cidadãos e que priorize a garantia do direito à convivência familiar e comunitária – o que em muito se contrapõe às práticas vigentes até então.”

As autoras recomendam, ainda, que, no que diz respeito à faixa etária de atendimento, que as instituições possam propiciar o convívio entre crianças de diferentes faixas etárias, situação que asseguraria e facilitaria o acolhimento de grupos de irmãos, além de permitir a convivência de rapazes e raparigas de várias idades.

Portanto, as instituições de acolhimento destinadas à proteção da infância precisam atender em “carácter universal qualquer criança que necessite desse serviço, sendo que as especificidades das crianças deverão apenas orientar o atendimento personalizado e a própria organização da instituição, mas não limitar o acesso ou a permanência” da criança. (Mello & Silva, 2004, p.86)

### ***3.5.3. O Direito a conviver com a família de origem: De onde se vem. Para onde se vai?***

Na atualidade a tendência na esfera das políticas sociais e económicas internacionais é a de ressaltar a centralidade do papel da família no cuidado, formação e educação da criança. (Rizzini, 2007, p.14).

Neste sentido, o Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas tem estimulado países e instituições a formular uma normativa internacional – na forma de Directrizes Internacionais para a proteção e o cuidado alternativo de crianças privadas de cuidados parentais. (Sutton, 2007, p.13)

Para Fachinetto a convivência familiar, antes de ser um direito fundamental, é uma necessidade. Neste sentido assevera o autor ser “na família, como primeiro agrupamento de inserção do indivíduo, que se estabelece a primeira relação de afeto, sobre a qual se apoia todo o desenvolvimento posterior do indivíduo, dando unidade à sua personalidade” . (Fachinetto, 2009, p. 57)

O resgate e valorização do direito à convivência familiar, como direito fundamental, “pressupõe que a família – não apenas na sua concepção estritamente



jurídica – deve ser vista como local ideal de criação dos filhos”, mas também como uma “cruzada pela desinstitucionalização de crianças” (idem)

O desenho a seguir expressa, justamente, o desejo da criança sair da instituição e retornar para sua família.



Desenho nº 15

“Desenhei eu fora do centro, indo para minha casa.” (Rui Segundo, 6 anos)

A criança é detentora do direito de ser criada numa família, o qual deve ser protegido e assegurado pela sociedade e pelo Estado. Todavia, nas situações de rutura dos vínculos familiares, o Estado é o responsável, não somente pela proteção das crianças, como também pela promoção de estratégias que possam levar à constituição de novos vínculos familiares, a fim de respeitar o direito da criança de conviver numa família.

Na conceção de Fonte e Cassab (2007, p.162), um Estado e uma sociedade comprometidos com a importância dos vínculos familiares, enquanto condição de desenvolvimento pleno para os seus membros, devem envolver-se com a criação de possibilidades para a reconstrução ou resgate de famílias que necessitam da intervenção social.

A família sofre diretamente os impactos das ações das políticas do Estado. Portanto, “cada lei criada, cada política social implementada reflecte directamente nas dinâmicas familiares e em suas formas de respostas e sobrevivência à questão social que

lhe é imposta”(Pereira, 2006, p.26).O desenvolvimento socioeconómico do país e a ação do Estado geram manifestações diversas que interferem na própria dinâmica familiar e essa, por sua vez, cria demandas políticas para que possam dar conta das novas carências e necessidades a que são submetidas. (idem)

Nessa perspectiva, salvaguardando situações em que o ambiente familiar se torna um espaço destrutivo para a formação humana, devido à vivência da violência intra-familiar, independentemente do tipo de composição familiar e situação socioeconómica, a família constitui-se como espaço privilegiado de socialização e desenvolvimento da criança.

Na nossa investigação a voz da criança revelou um grande desejo de voltar a conviver com a sua família de origem, conforme se observa nos relatos a seguir:

“Eu gostaria de estar em casa (pausa). Estou com falta da minha família. Estou sem a minha família, isso é verdade.”

(Raquel Primeira, 9 anos)

“Disse, quando eu passasse para o quinto ano, ia embora de vez, eu estou no quarto ano, agora se eu passar, se eu passar para o quinto ano, eu vou embora de vez.”

(Diana Sofia, 11 anos)

Para estas crianças, a família também é representada pelo espaço concreto do lar, de moradia, necessário para a convivência familiar, conforme verificamos no desenho seguinte:



**Desenho nº 16**

Wídia : O que é que gostaste mais no desenho?

Pedro Primeiro: As quatro casas.

Wídia : Moras nalguma dessas casas?

Pedro Primeiro: Aqui.

Wídia : Nessa casa. Quem mora mais nessa casa aqui?

Pedro Primeiro: A minha família.”  
(Pedro Primeiro, 6 anos)

Na concepção de Pereira, a família precisa ser compreendida no seu “locus e em sua diversidade”, condições imprescindíveis para prover o bem-estar da criança, pois “diferentes atores sociais mantêm representações sociais diversas sobre família, representações essas construídas pelas experiências pessoais vivenciadas e influência do socialmente constituído.” (idem, 2006, p. 36)

Isso é demonstrado claramente no desenho a seguir, pois o facto de a criança integrar uma família é revelador de um sentimento de pertença a um grupo específico.



Desenho nº 17

“ É assim, o meu desenho tem algumas palavras. Tem aqui a minha mãe, o meu pai, meus tios, minhas tias, meus avós, o céu, tá a ver? (Inês, 6 anos)

Atualmente, o afeto ganhou o status de principal ingrediente da família moderna, a qual passa a ser concebida como fonte primordial de afeto e referencial de significado para o desenvolvimento da criança.

Na investigação percebe-se que os sentimentos de afeto se intensificam quando se referem à figura materna e que a imagem da família aparece representada principalmente pela mãe, conforme se verifica na nota de campo a seguir:

“ A Diana Sofia disse-me que não queria mais viver ali no lar de acolhimento, pois tem muitas saudades da sua irmã que convive com a mãe. Ela referiu que não sabia porque é que permanecia na instituição enquanto a sua irmã vivia com sua mãe. Disse que estava “farta” de viver no lar e que o seu desejo era voltar a conviver com sua mãe e irmã. Para

justificar a sua estadia no Lar, a Diana Sofia refere que” inventaram coisas sobre sua mãe” no Tribunal e ela (criança) foi para o lar de acolhimento, lugar onde já está há muito tempo, mas ela acredita que vai sair e viver com a mãe e irmã, pois não se justifica ela viver no lar enquanto sua irmã convive com a mãe. À conversa juntaram-se mais duas crianças, como se tal assunto fosse muito discutido entre elas, quando não estão sob a supervisão de um adulto. (Embora eu fosse uma adulta, fui autorizada a compartilhar daquela conversa) . A Mafalda e a irmã mais velha também falaram do desejo que têm de saírem do lar e voltar a conviver com sua mãe de quem sentem muita falta. Disseram ainda que estão há muito tempo na instituição e que sonham com o momento de saírem do lar e voltar a conviver com a mãe.” (Notas de Campo, nº 12, 24.01.2010)

As manifestações das crianças refletem a procura pela mãe biológica. Pode-se perceber que as crianças alimentam a expectativa de voltar para a família de origem. Nos seus discursos não aparecem componentes emocionais, como o ressentimento e a culpa pelo facto de viverem numa instituição de acolhimento, mas alimentam o desejo do momento de voltar para o seio de sua família.

As crianças institucionalizadas são sujeitos plenos de direitos, que, por inúmeras as razões, tiveram os seus direitos violados, sendo histórias e trajetos diversos, mas que têm sempre famílias que lhes serviram de referência, situação que não pode ser desconsiderada, visto que os vínculos afetivos são não diluídos quando a criança atravessa a porta da instituição, a qual necessita realizar um conjunto de ações para preservação desses vínculos entre a criança e os seus familiares.

O direito a ter uma família é um dos direitos fundamentais da criança, pois a família é tida como o núcleo básico de criação e manutenção de laços afetivos. Tal direito, não significa apenas o simples facto de nascer e viver numa família, indo muito além disso, uma vez que deve expressar o direito a manter relações familiares e sociais, nas quais a criança vai construindo a sua identidade.

## ***CONSIDERAÇÕES FINAIS***

No remate deste trabalho, onde procurámos dar visibilidade às vozes das crianças institucionalizadas, apresentaremos algumas perspectivas resultantes deste trabalho de investigação, as quais, mais do que para concluir, poderão servir como indicadores de pautas de discussão em torno da temática para superar os desafios que continuam a permear a institucionalização da criança.

Assim, o conhecimento adquirido a partir da voz da criança constituiu-se um suporte indispensável para aprofundar a discussão científica sobre a temática aqui estudada e também serve de contributo para uma contínua reflexão sobre as várias infâncias que convivem em contexto de instituição de acolhimento, tal como é registado pelos testemunhos das crianças que participaram na investigação.

As vozes das crianças que participaram da investigação revelaram que as suas vidas não se limitam ao período que vivem no contexto da instituição. Elas são afetadas pelos seus percursos de vida anteriores à sua institucionalização e, portanto, na nossa opinião, revela-se como fundamental a necessidade de compreender a criança como sujeito de direitos, competente, activo e com voz que precisa ser convocado a participar nas decisões que afectam as suas vidas.

Neste sentido, Fernandes (2002) alerta que, para além da proteção, a criança precisa também de margens de ação e intervenção no seu quotidiano. Ou seja, se as crianças nunca forem autorizadas a tomar decisões o processo de tomada de decisões não se iniciará e a criança continuará a ser vista como vulnerável e, consequentemente, precisa da proteção do adulto, “protelando-se assim o exercício da sua autonomia a participação” (idem).

Na nossa investigação foi possível verificar que a própria configuração interna do atendimento da instituição não permite que as crianças desenvolvam as suas atividades quotidianas de forma participativa e autónoma, reforçando o discurso protetor nas relações entre adultos e crianças, o qual, na nossa opinião, necessita ser combatido no sentido de perceber que as crianças não têm somente necessidades, mas também tem direitos e competências para fazer escolhas a favor do seu melhor interesse.

Todas as decisões a respeito de crianças institucionalizadas devem garantir o direito de ter a sua opinião considerada. Desta forma deve-se assegurar o direito à escuta da criança nas diversas decisões que puderem repercutir sobre o seu projeto de

vida. Para tanto, é importante que a instituição possa propiciar a organização de espaços de escuta e construção de soluções coletivas com a participação das crianças.

A violação dos direitos da criança apresenta-se como uma das contingências com que se confrontam muitas crianças no seio da sua própria família e também na sua vivência institucional, pois ainda se assiste às rotineiras transferências de crianças de uma instituição para outra. De destacar a percepção das crianças sobre algumas condições da instituição que afetam o seu bem-estar, especificamente, no caso dos grupos de irmãos, onde a separação de crianças de uma mesma família são motivadas por fatores organizacionais como os limites máximos e mínimos de idade e a exclusividade no atendimento por sexo.

Crianças com vínculos de parentesco, irmãos, primos, etc., não devem ser separados ao serem encaminhados para uma instituição de acolhimento, salvo se isso for contrário a seu desejo ou interesses ou se houver risco dos seus direitos serem violados.

Para estas crianças, que já se encontram afastadas do convívio familiar, é fulcral preservar e fortalecer os seus vínculos fraternos e de parentesco, o que pode contribuir para a formação das suas identidades, preservação da história de vida e referência familiar. De modo que é necessário que a instituição de acolhimento esteja organizada de forma a possibilitar atendimento conjunto a grupos de irmãos ou de crianças com outros vínculos de parentesco, que podem ter faixas etárias distintas e ambos os sexos.

As vozes das crianças mostraram que a instituição de acolhimento precisa ser entendida como uma medida de proteção de caráter excepcional e provisório, devendo a passagem da criança pela instituição caracterizar-se por uma travessia breve, que não represente a negação do seu direito de conviver numa família.

Quando o afastamento do convívio familiar for a medida mais adequada para se garantir a proteção da criança em determinado momento no percurso da sua vida, esforços devem ser empreendidos para viabilizar, no menor tempo possível, o seu retorno seguro ao convívio familiar, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, o seu encaminhamento para adoção. Portanto, todos os esforços devem ser empreendidos para que seja viabilizada a reintegração familiar – para família nuclear ou extensa, em seus diversos arranjos – ou, na sua impossibilidade, viabilizar a sua adoção.

Nas situações em que se mostrar particularmente difícil garantir o direito à convivência familiar, torna-se necessário o esforço na busca do fortalecimento da

autonomia e das redes sociais de apoio das crianças e em nenhuma situação, a perspectiva de um acolhimento de longa permanência deve acarretar a desistência pela busca de alternativas para se garantir à criança seu direito de conviver numa família.

A preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários das crianças atendidas pelas instituições de acolhimento são fundamentais, nessa etapa do desenvolvimento humano, para a formação de sua identidade e a sua constituição como sujeito de direitos.

Nesse sentido, é importante que esse fortalecimento ocorra nas ações quotidianas da instituição através das visitas e encontros com as famílias e também com as pessoas de referências da comunidade da criança. Assim, salvo determinação judicial em contrário, esforços devem ser empreendidos para manter a criança o mais próximo possível de seu contexto de origem, a fim de facilitar o contato com a família. Também é desejável que a criança frequente a mesma escola em que estudava antes da institucionalização, de modo a preservar vínculos pré-existentes, salvaguardando, as mudanças necessárias para sua proteção e segurança.

As instituições de acolhimento devem adotar medidas para evitar prejuízo a convivência da criança com a comunidade, espaços públicos e instituições, para tanto, precisam evitar nassuas dependências equipamentos destinados à oferta de serviços, tais como: atendimento médico, odontológico, educação infantil. Também não deverão concentrar espaços de lazer geralmente não disponibilizados em unidades residenciais.

A garantia de acesso e respeito à diversidade precisam ser incorporados na organização da instituição de acolhimento, a fim de possibilitar a oferta de um atendimento inclusivo e evitar quaisquer formas de restrição às crianças baseadas em condição socioeconómica, arranjo familiar, etnia, religião, género, orientação sexual, ou, ainda, por serem pessoas com necessidades especiais em decorrência de deficiência física ou mental, outras necessidades específicas de saúde.

Consideramos, ainda, a partir dos testemunhos das crianças, a necessidade de que o atendimento seja oferecido para um pequeno grupo de crianças com a garantia de espaços privados, objetos pessoais, pois a organização de condições que favoreçam a formação da identidade da criança implica o respeito pela sua individualidade e história de vida.

A prática de institucionalizar as crianças tem afetado o seu direito de conviver em família, e pelo que as crianças nos disseram ao longo da investigação, a negação

deste direito não pode mais ficar silenciado, por ser uma reivindicação persistente das mesmas, evidenciando a necessidade de reposicionar esse direito na vida da criança para evitar o seu afastamento do contexto familiar. Procurar a superação dos motivos que estiveram na origem da violação dos seus direitos ou do conflito que gerou a sua institucionalização através de medidas de prevenção que envolvem investimento em políticas públicas direccionadas à família, é um caminho a ser percorrido pelo respeito ao direito das crianças à convivência familiar.

A esse propósito Rizzini e Rizzini (2004, p.82) dizem que esta questão não será resolvida focando apenas o atendimento institucional, pois a institucionalização da criança “está ligada a circunstâncias macroeconómicas e políticas que precisam ser paralelamente enfrentadas” para que as instituições deixem de constituir uma opção atraente para os casos que os “pais não encontram saída para as dificuldades em manter seus filhos.” (idem)

As situações de risco que envolvem a criança na família e na sociedade podem levar à violação dos seus direitos, sendo necessário, então, refletir sobre as situações caracterizadas como violação de direitos que afetam a infância no contexto familiar, tanto quanto no esforço para sua superação.

Neste aspeto, cabe convocar a sociedade, a família e o Estado, a reconhecer a ameaça ou violação destes direitos e intervir para assegurá-los. Para tanto, é preciso que ocorra uma difusão de uma cultura de direitos, em que as famílias e as instituições conheçam, valorizem e respeitem os direitos da criança.

A *engenharia* legal erguida no decorrer da história para proteger as crianças das situações de riscos, favoreceu a sua institucionalização prolongada em instituições totais, sob o argumento ideológico de que as famílias são incapazes de criar seus filhos, instigando o Estado a desenvolver políticas paternalistas voltadas para o controle e a contenção social das famílias e das crianças.

A voz da criança, na nossa investigação, desocultou a necessidade de evitar o tempo prolongado da sua permanência numa instituição de acolhimento, pois apesar de evidentes os aspetos desfavoráveis para a construção da sua identidade, o quotidiano destas crianças revela que, algumas delas permanecem durante longos anos aguardando uma definição sobre o momento da sua desinstitucionalização, sem saber se será reintegrada à família de origem, se irá para adoção ou mesmo se permanecerá na instituição sem perspectivas de acolhimento familiar.



Aliada à institucionalização prolongada ainda existe a contradição que algumas crianças precisam lidar que é o facto de terem família, mas não viverem com ela. Sabe-se, inclusive, que quanto mais tempo demorar para definir o projeto de vida da criança, menores serão as suas possibilidades de encontrar uma nova família, quando o seu retorno para a família de origem não for a medida indicada.

Assim, as crianças que passam por um longo processo de institucionalização acabam por ser invisíveis aos olhos da sociedade e sem voz perante os programas oficiais que deveriam existir para dar resposta aos seus direitos e esquecidas pelo Estado.

A instituição de acolhimento precisa, tanto nos casos de reintegração na família de origem, quanto nos casos de encaminhamento para adoção, promover um processo de desligamento gradativo, com a preparação da criança possibilitando-lhe espaço para expressar o que sente a respeito desse momento. Além disso, atenção especial deve ser dada à preparação nos casos de desligamento de crianças que permaneceram na instituição por um longo período, situação que requer uma articulação permanente com a Justiça para garantir um planeamento conjunto do processo de desinstitucionalização para avaliação o momento mais adequado juntamente com a criança para a ocorrência da sua desinstitucionalização que não deve ser observada como resultado de um processo contínuo sobre o acompanhamento da situação de cada criança.

A voz da criança lançou pistas sobre os caminhos a serem navegados pelas instituições, como uma das medidas protetoras previstas na Lei, na retaguarda dos seus direitos, que mostrou ser o reordenamento das instituições uma saída para a mudança do olhar e do fazer da assistência prestada a infância em risco que são mudanças estratégicas para eliminar e/ou reduzir a violação dos seus direitos.

A necessidade de um novo olhar em relação à criança institucionalizada, a partir da sua própria voz, tornou urgente que as instituições se constituam como uma medida de carácter provisório e excecional, além de substituir a tendência assistencialista de atendimento à infância por ações de carácter participativo, direccionar os esforços para a prevenção das situações que desencadeiam a institucionalização de crianças.

Com a conclusão desta investigação, verificamos que muitos caminhos ainda há para serem navegados até que novas medidas possam ser adotadas para evitar a institucionalização prolongada de crianças que, se revelou um enorme abismo que

separa o aparato jurídico de garantias expressas nos textos legais das vivências experimentadas por essas crianças.

Concluimos também com a compreensão de que, para a complexidade que envolve o cotidiano de uma instituição de acolhimento não existem respostas exatas, mas que urge a necessidade de convocar a voz da criança neste contexto, pois por muitos séculos a sua voz permaneceu silenciada, e sabemos hoje, pelas narrativas das crianças institucionalizadas que participaram nesta investigação, o quão importantes e criteriosas são as suas próprias representações sobre a instituição de acolhimento.

Que os resultados deste estudo possam contribuir para a construção de melhores respostas para o bem-estar da criança que vive em instituição de acolhimento e também possa ajudar na busca de alternativas para prevenir a violação dos direitos das crianças que resultam na sua institucionalização.

Gostaria de concluir esta investigação, sem a intenção de encerrar as suas inúmeras possibilidades de estudo e investigação, mas com a expectativa de que sua realização possibilite enriquecer e fazer avançar os debates que permeiam a institucionalização de crianças. Para isso, navegar é preciso, em busca de ouvir os contornos que a infância vai assumindo através da voz dos seus atores – as crianças – que melhor do que ninguém podem denunciar a violação dos seus direitos e propor formas renovadas para que os seus mundos de vida revalorizem o significado da infância.

## ***REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS***

### **A**

- Alberto, I. (2002). "Como pássaros em gaiolas?" Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In C. Machado e R. Gonçalves (orgs.), *Violência e Vítimas de Crimes*. Coimbra: Edição Quarteto, vol. 2., 223-244.
- Alexandre, D. T.; Vieira, M. L. (2004). "Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo". Maringá: *Psicologia em Estudo*, v. 9, n. 2, 207-217.
- Alderson, P. (2005). "Crianças como investigadoras: Os efeitos dos direitos da participação na metodologia de investigação". In Pia Christensen e Allison James (orgs.), *Investigação com crianças: Perspectivas e práticas*. Porto: Paula Frassinetti, 261-280.
- Alderson, P. (1995). *Listening to children: children, ethics and social research*, Barkingside: Barnardo's.
- Almeida, A. N. (2009). *Para uma sociologia da infância: jogos de olhares, pistas para investigação*. Lisboa: ICS.
- Almeida, A. N.; André, I. M.; Almeida, H. N. (1999). "Sombras e marcas, os mastratos às crianças na família". *Análise Social*, nº 150, 91-121.
- Alves-Mazzotti, A. J. (2006). Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 129, set./dez.
- Alves, E.M. (2002). *Infância e Juventude: Um breve olhar sobre as Políticas Públicas no Brasil*. Centro de Ciências da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. 1-19.
- Aquino, L. M. C.; Silva, E. R. A. (2005). "Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária". In *Políticas sociais – acompanhamento e análise*. IPEA, (11), ago, 186-193.
- Aquino, L. M. C.; Mello, S. G.; Silva, E. R. A. (2004). "Os abrigos para crianças e adolescentes e a promoção do direito à convivência familiar e comunitária". In Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.), *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA. 209-242.
- Áries, P. (1981). *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara.

Azevedo, M. A.; Guerra, V. N. de A. (2006). “Violência doméstica contra crianças e adolescentes: Um cenário em (des)construção. Direitos Negados: A violência contra a criança e o adolescente no Brasil. Brasília:UNICEF, 2ª edição. 15-27.

Azevedo, M. A.; Guerra, V. N. de A. (2000). Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. 3ª Ed., São Paulo: Cortez.

Azevedo, M. A.; Guerra, V. N. de A. (2000). Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira de Azevedo (org.). 2ª. ed., São Paulo: Iglu.

## **B**

Bandinter, Elisabeth (1985). Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. Lisboa: edições 70.

Bazílio, L. C.; Kramer, S. (2003). Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez.

Berger, P.L.; Luckmann, T. (1999). A construção social da realidade. Tradução Ernesto de Carvalho. Lisboa: Dinalivro.

## **C**

Cavalcante, L.I.C. et al (2007). Abrigo para criança de 0 a 6 anos: Um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. Revista mal-estar e subjetividade, Fortaleza, Vol. 2, set., 329-352.

Capucha, L. et all (2000). Cidadania, integração, globalização. José Manuel Leite Viegas; Eduardo Costa Dias (orgs.). Oeiras: celta editora LDA.

Cabral, M. V. (1997). Cidadania política e equidade social em Portugal. Oeiras: celta editora LDA.

Carreirão, U. L. (2004). “Modalidades de abrigo e a busca pelo direito à convivência familiar e comunitária”. In o direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.).Brasília: IPEA/CONANDA. 303-324.

Costa, N. R. A.; Rossetti-Ferreira, M. C. (2009). Acolhimento Familiar: Uma Alternativa de Proteção para Crianças e Adolescentes. Universidade de São Paulo, Psicologia: Reflexão e Crítica, 22(1), 111-118.

Costa, M.C.O. et al. (2007). O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. *Ciência & saúde coletiva*. 12 (5), 1129-1141.

Cueno, M.R. (2009). “Abrigamento prolongado: Os filhos do esquecimento”. In Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Censo da população infanto-juvenil abrigada no Estado do Rio de Janeiro. 415-432.

Christensen, P.; James, A. (2005). “Pesquisando as crianças e a infância: culturas de comunicação”, In Pia Christensen e Allison James (orgs.). *Investigação com crianças: Perspectivas e práticas*. Porto: Paula Frassinetti, 13-20.

Cunha, S. (2005). *Todos juntos para sempre: representações e expectativas sobre a família e a adoção em crianças e jovens institucionalizados*. Tese de licenciatura em sociologia. Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.

## **D**

Delgado, P. (2006). *Os direitos da criança, da participação à responsabilidade: o sistema de proteção e educação das crianças e jovens*. Profedições.

Durand, G. ([1964] 1993). *A imaginação simbólica*. Tradução Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Edições 70.

## **F**

Fachinetto, N. J. (2009). *O direito à convivência familiar e comunitária: contextualizando com as políticas públicas (in)existentes*. Porto Alegre: livraria do advogado.

Fachinetto, N. J. (2004). *Medida Protetiva de abrigo: análise dialética e sua transformação social*. Porto Alegre: FESMP.

Fante, A.P.; Cassab, L. A. (2007). *Convivência familiar: um direito à criança e ao adolescente institucionalizado*. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, 154-174. jan./jun.

Fernandes, N. (2009). *Infância, Direitos e participação: Representações, Práticas e Poderes*. Porto: Edições Afrontamento.

Fernandes, N. (2007). *O centro e a margem: infância, proteção e acolhimento institucional*. In M. J. Sarmiento e V. M. R. de Vasconcelos (org.). *Infância (in)visível*. Araraquara, Junqueira & Marin editores.

Ferreira, M.M. (2000). Salvar Corpos, forjar a razão: Contributo para uma análise crítica da criança e da infância como construção social em Portugal 1880-1940. Lisboa: Instituto de inovação educacional. Colecção Memórias da educação 7.

Ferreira, K.M.M. (2002). “Violência doméstica/intra-familiar contra crianças e o adolescentes – nossa realidade”, In Lygia Maria Pereira da Silva. Violência doméstica contra crianças e adolescentes. Recife: EDUPE. 17-44.

Fitoussi, J.; Rosanvallon, P. (1997). A nova era das desigualdades. Tradução Miguel Serras Pereira. Oeiras: Celta editora LDA.

Filho, L. S. (1999). Adoção: origem, segredo e revelação. Recife: Bagaço.

Filho, L. S. (1998). Compreendendo o filho adotivo. 3ª edição, Recife: Bagaço.

Filho, L. S. (1998). Compreendendo os pais adotivos. Recife: Bagaço.

Fonseca, A.; Perdião, A. (1999). Guia dos direitos da criança. 2ª edição, revista atualizada, Lisboa.

Fonte, T. A. (2005). No limiar da honra e da pobreza: A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924), Imprensa Ofilto - Areosa.

Foucault, M. (2004). Vigiar e punir: o nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete, 29ª Edição, Editora Vozes, Petrópolis.

Fraser, M. T. D.; Gondim, S. M. G. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Universidade Federal da Bahia. 139 – 152.

## G

Gaskell, G. (2002). “Entrevistas individuais e de grupos”. In M.W. Bauer e G. Gaskell (orgs.), Pesquisa qualitativa com texto, imagem, e som. Um manual prático. Petrópolis: Vozes. 64-89.

Goffman, E. (1993 [1959]). A apresentação do eu na vida de todos os dias. Tradução: Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio d’água.

Goffman, E. (1996 [1961]). Manicômios, prisões e conventos. Tradução: Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora perspectiva.

Goffman, E. (1988 [1963]). Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Tradução: Mathias Lambert. Rio de Janeiro: Guanabara.

- Gobbi, M. (2007). “Desenho infantil e oralidade”. In Ana Lúcia Goulart de Faria, Patrícia Dias Prado, Zelia de Brito Fabri Damartini (orgs.). Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças. Editora autores associados. 69-92.
- Gontijo, D.T.; Medeiros M. (2007). “Crianças e adolescentes em processo de exclusão social.” Estudos. Goiânia, v.34, n.1,119-133.
- Giddens, A. (2008). Sociologia. Tradução Alexandra Figueiredo et al. 6ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, A. (1998). As consequências da modernidade. Tradução Fernandes Luís Machado e Maria Manuela Rocha. 4ª ed., Oeiras: Celta editora LDA.
- Graue, M. E.; Walsh, D.J. (2003). Investigação etnográfica com criança: teorias, métodos e éticas. Tradução Ana Maria Chaves, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Grubits, S.; Noriega, J. A. V. (2004). Metodologia qualitativa: epistemologia, complementariedades e campos de aplicação. Sônia Grubits, José Angel Vera Noriega (Orgs). São Paulo: Vetor Editora.
- Guará, I.M.F.R. (2006). “Abrigo: Comunidade de acolhida e socioeducação”. In Myrian Veras Baptista (coord.). Abrigo: Comunidade de acolhida e socioeducação. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, Coletânea abrigar I, 63-71.
- Guerra, V. N. de A. (2006). Como organizar redes de combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes? Administração para Organizações do Terceiro Setor. Módulo III, jul., Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.
- Guerra, V. N. de A. (2001). Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada. 4ª Ed., revista e ampliada. São Paulo: Cortez.
- Guimarães, V. (2007). “Carta aos novos pequenos mártires”, In Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira Azevedo (orgs.). Guia prático do telecurso de especialização em violência doméstica contra a crianças e adolescentes. Laboratório de Estudos da Criança – LACRI, Universidade de São Paulo (USP),59-60.

## **H**

- Hendrick, H. (2005). “A criança como ator social em fontes históricas: problemas de identificação e interpretação”, In Pia Christensen e Allison James (orgs.). Investigação com crianças: Perspectivas e práticas. Porto: Paula Frassinetti, 29-54.

## **J**

Jovchelovitch, S.; Bauer, M.W. (2002). “Entrevista narrativa”. In M.W. Bauer e G. Gaskell (orgs.), Pesquisa qualitativa com texto, imagem, e som. Um manual prático. Petrópolis: Vozes. 90-113.

## **K**

Klug, A. (2006). O desenho infantil sob a ótica do contexto gerador do ato gráfico. Florianópolis: DAPesquisa, v. 1.

## **L**

Lancetti, A. (2003). “Adoção e a cidade: os ensinamentos”. In Márcia Regina Porto Ferreira e Sônia Regina Carvalho (orgs). 1º Guia de adoção: novos caminhos, dificuldades e possíveis soluções. São Paulo: Weners Editorial. 108-111.

Langberg, D. M. (2002). Abuso sexual: aconselhando vítimas. Tradução Werner Fuchs. Curitiba: editora evangélica esperança.

Leide Proteção de crianças e jovens em perigo, n.º 147/99. Diário da República – I série - A, nº 204, 1 de setembro de 1999.

## **M**

Mayall, B. (2005). “Conversas com crianças: trabalhando com problemas geracionais”, In Pia Christensen e Allison James (orgs.) Investigação com crianças: Perspectivas e práticas. Porto: Paula Frassinetti, 123-141.

Martinez, A.L.M.; Soares-Silva, A.P.(2008). “O momento da saída do abrigo por causa da maioridade: a voz dos adolescentes”. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 113 -132.

Martins, P. C. (2004). Proteção de crianças e jovens em itinerários de risco: representações sociais, modos e espaços. Tese de doutoramento em estudos da criança. Braga: Universidade do Minho.

Martins, E. (2002). As Reformas Sociais e a Proteção da Criança Marginalizada (Estudo Histórico do Século XIX a Meados do Século XX). Infância e Juventude.

Martins, E.; Szymanski, H. (2004). Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. São Paulo: Estudos de Psicologia, 177-187.

Martins, H. T. S. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, 289-300, maio/ago.



Mello, S. G.; Silva, E. R. A. (2004). "Um retrato dos abrigos para crianças e adolescentes da Rede SAC: características institucionais, forma de organização e serviços ofertados". In Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil.. Brasília: IPEA/CONANDA. 71-98.

Mello, S. G.; Silva, E. R. A. (2004). "Quem cuida? O quadro de recursos humanos nos abrigos". In Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil.. Brasília: IPEA/CONANDA. 99-134.

Mello, S. G. (2004). "O ambiente físico no qual vivem crianças e adolescentes em situação de abrigo". In Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil.. Brasília: IPEA/CONANDA. 135-168.

Morais, N. A. et al (2004). Notas sobre a experiência de vida num internato: Aspectos positivos e negativos para o desenvolvimento dos internos. Psicologia em Estudo, 3, 379-387.

Motta, M. A. P. (2001). Mães abandonadas: A entrega de um filho em adoção. São Paulo: Cortez.

Minuchin, P. et al. (1999). Trabalhando com famílias pobres. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed editora.

Mishra, R. (1995). O Estado-providência na sociedade capitalista. Estudo comparativo das políticas públicas na Europa, América do norte e Austrália. Tradução Ana Barradas. Oeiras: Celta editora LDA.

## N

Neto, J. C. S. (2001). Criança e adolescentes abandonados: estratégias de sobrevivência. São Paulo: expressão e arte editora.

## O

Oliveira, A. P. G.; Milnitsky-Sapiro, C. (2005). Abrigos para adolescentes: função de lar - transitório? In: Simpósio internacional do adolescente, São Paulo. Pagina consultada em 12 de Março de 2011, <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000082005000200060&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200060&lng=en&nrm=abn)>

Oliveira, S. D.(2004). “O Judiciário e a medidade abrigo no âmbito da proteção integral: a experiência do Rio de Janeiro”. In Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). *Odireito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA. 367-378.

Oriente, I. (2008). A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas. In Silvia Helena Vieira Cruz (org.). São Paulo: Cortez. (p.360-363).

Oriente, I.; Souza, S. M. G (2007). Viver em abrigo: com a palavra, a criança. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, Mar./Ago., 106-129.

Orientação técnica da Direção-geral da Ação Social. Maria Amélia Fernandes e Maria Graciete Palma da Silva (orgs). Lisboa, 1996.

O serviço social e o sistema sociojurídico (2004). Conselho Regional de Serviço Social 7ª região (org.). Rio de Janeiro: CRESS 7ª região

## **P**

Pais, J. M. (2002). *Sociologia da vida quotidiana: Teorias, métodos e estudos de caso*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais - ICS

Parreira, S. M. C. P.; Justo J. S. (2005). A criança abrigada: Considerações acerca do sentido da filiação. *Psicologia em Estudo*, 2, 175-180.

Pereira, O. B. et al (2006). *Infância: Violência, instituições e políticas públicas*. João Clemente de Souza Neto e Maria Letícia Nascimento (orgs). São Paulo: Expressão & arte.

Pereira, E. V. (2006). *A voz da criança institucionalizada: representações sociais de família e abrigo*. Tese de doutorado em Serviço Social não publicada, Universidade da UNESP – Campus de Franca, Franca.

Pinto, M. (1997). A infância como construção social. In M. Pinto, & M. Sarmiento (Coords.). *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Centro de Estudos da Criança – U.M.

Plano DOM — Desafios, Oportunidades e Mudanças. Despacho n. 8393/2007. Diário da República, 2.ª série—N. 90—10 de Maio de 2007

Prado, P.D. (2007). “Quer brincar comigo? Pesquisa, brincadeira e educação infantil”. In Ana Lúcia Goulart de Faria, Patrícia Dias Prado, Zelia de Brito Fabri Damartini (orgs.). *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. Editora autores associados. 93-111.

## Q

Queiroz, D. T. et al (2007). Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. Rio de Janeiro, universidade Estadual do Rio de Janeiro, 276-283, abr/jun.

## R

Roberts, H. (2005). “Ouvindo as crianças: e escutando-as”, In Pia Christensen e Allison James (orgs.) Investigação com crianças: Perspectivas e práticas. Porto: Paula Frassinetti, 243-260.

Richards, M. P.M. (1983). A integração da criança no mundo social. Tradução Maria do Rosário Gomes da Silva. Lisboa: Livros horizontes, LDA.

Richardson R. J. (1999). Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo:Atlas.

Ribeiro, A. et al (1998). Repensar a cidadania: Nos 50 anos da declaração universal dos direitos humanos. Coleção mercado das idéias. Lisboa: Editorial notícias.

Rios, T.A. (2006). “As pessoas que a gente não vê”. In Myrian Veras Baptista (coord.). Abrigo: Comunidade de acolhida e socioeducação. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, Coletânea abrigar I, 11-19.

Rizzini, I.; Pilotti, F. (2009). A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. In Francisco Pilotti e Irene Rizzini (orgs.). 2ª edição, São Paulo: Cortez.

Rizzini, I. (2008). O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil . 2ª edição, São Paulo: Cortez.

Rizzini, I. et al (2007). Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. 2ª edição, São Paulo: Cortez

Rizzini, Irene; Rizzini, Irma (2004). A institucionalização de crianças no Brasil: percursos históricos e desafios do presente. São Paulo: Loyola.

Rizzini, I. (1993). Assistência à infância no Brasil. Uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula.

Rigaard, N. P. (2006). A criança abandonada: guia de tratamento das perturbações da vinculação. Lisboa: climepsi editores.

## S

- Santos, G. M. A. A. B. (2002). A Assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar: Os expostos – 1799-1823. Tomar: Visualarte.
- Saramago, S.S.S. (2001). Metodologias de pesquisa empírica com crianças. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 35, Oeiras, 9-29.
- Sarmiento, M. J. (2008). Os olhares da sociedade Portuguesa sobre a criança (dimensão sociológica), in Alarcão, Isabel (dir). *Educação dos 0 aos 12 anos*. Lisboa, Conselho Nacional de Educação.
- Sarmiento, M. J.; Fernandes, N. e Tomás, C. (2007). Políticas públicas e participação infantil. *Educação, Sociedade e Cultura*, nº 25: 183-206.
- Sarmiento, M. J. (2004). As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da 2ª modernidade, In M. J. Sarmiento e A. B. Cerisara (Org.), *Crianças e Miúdos: Perspectives Sociopedagógicas de Infância e Educação*. Porto: Asa, 9-34.
- Sarmiento, M. J. (2004). Essa criança que se desdobra...pátio-educação infantil. (publicação quadrimestral – Artmed editores, Porto Alegre, Brasil). Ano II, nº 6: 14-17.
- Sarmiento, M. J. (2003). Imaginário e culturas da infância. *Cadernos de educação* (revista da Fac. Educação da universidade de Pelotas, RS, Brasil) ano 12, nº 21: 51-69.
- Sarmiento, M. J. (2003), “O que cabe na mão...” Proposições para uma política integrada da infância, in David Rodrigues (org.), *Perspectivas sobre a inclusão, da Educação à Sociedade*. Porto: Porto Editora: 73-85.
- Sarmiento, M. J. (2001). Infância, Exclusão Social e Educação para a Cidadania Activa. *Movimento* (Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brasil), nº3, Maio: 53-74.
- Sarmiento, M. J. (2000). Sociologia da Infância: correntes e confluências. *Cadernos do Noroeste. Série Sociologia*. v. 13, n. 2. Braga: IEC/Universidade do Minho.
- Sarmiento, M. J. (2000). Desafios à gestão de instituições para a infância. As crianças e as organizações. *Cidade solidária, Revista nº 04*, 1º semestre.
- Sarti, Cynthia Andersen (2007). A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. 4ª. ed., São Paulo: Cortez
- Segurança Social, (2010). Relatório de Caracterização das crianças e jovens em situação de acolhimento em 2009. Lisboa.

Scott, J. (2005). “Crianças enquanto inquiridas: O desafio dos métodos quantitativos”, In Pia Christensen e Allison James (orgs.) *Investigação com crianças: Perspectivas e práticas*. Porto: Paula Frassinetti, 97-121.

Soares, N. F. (2006). A investigação participativa no grupo social da infância. *Currículo sem Fronteiras*, v.6, n.1, pp.25-40, Jan/Jun.

Soares, N. (2005). *Infância e Direitos: participação das crianças nos contextos de vida – Representações, Práticas e Poderes*. Tese de Doutoramento. Braga: IEC.

Soares, N. F. (2002). Os direitos das crianças nas encruzilhadas da proteção e da participação. I encontro nacional sobre maus tratos, negligência e risco, na infância e na adolescência, organizado pela ASAS que correu entre 14 e 16 nov.: Maia.

Soares, N. F. (2001). *Outras Infâncias: a situação social das crianças atendidas numa comissão de proteção de menores*. Coleção infans. Braga: Centro de Estudos da Criança – U.M.

Soares, N. F.; Sani, A. I. (1999). A criança e a justiça. In M. Pinto, e M. Sarmento (Coords.). *Saberes sobre as crianças: para uma bibliografia sobre a infância e as crianças em Portugal (1974-1998)*. Braga: Centro de Estudos da Criança – U.M.

Silva, D. B., Paiva, W. S. M. (2007). “Uma reflexão da prática do serviço social do fórum de Ariqueemes”, In: XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Foz do Iguaçu.

Silva, E.R.A.; Aquino, L.M.C. (2005). Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária. IPEA. Políticas sociais - acompanhamento e análise. 186-193.

Silva, E. R. A. (2004). “O financiamento dos abrigos para crianças e adolescentes no Brasil”. In Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA. 169-194.

Silva, E. R. A. (2004). “O Estatuto da Criança e do Adolescente e a percepção das instituições de abrigo”. In Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA. 195-208.

Silva, R. (2004). “A construção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil”. In Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). *O direito à convivência familiar e*

comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA. 287-302.

Silva, M. P. da; Carvalho, C. H. de (2004). Infância e modernidade: redimensionando o ser criança. Cadernos da fucamp, v. 3, n. 3, p. 37-60.

Silva, R. (1997). Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. São Paulo: Ática.

Siqueira, A.C. (2009). Crianças, adolescentes e transições ecológicas: Instituição de abrigo e família como contexto de desenvolvimento. Tese de doutorado em psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sirota, R. (2001). Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nº 112, 7-31, mar.

Sutton, A. (2007). “Prefácio”, In Irene Rizzini, Irma Rizzini, Luciene Naiff, Rachel Baptista (coords.). Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do Direito à convivência familiar e comunitária. 2ª edição, São Paulo: Cortez. 11-13.

## **T**

Teixeira, Paulo (2008). Maus tratos infantis. Rio Tinto: Artescrita.

## **U**

UNICEF (2009). Situação mundial da infância: Celebrando 20 anos da Convenção sobre os direitos da criança. Edição especial.

UNICEF (2006). Direitos Negados: A violência contra a criança e o adolescente no Brasil. Brasília: UNICEF, 2ª edição.

UNICEF (2005). “Pobreza Infantil nos Países Ricos, 2005”, Innocenti Report Card N° 6, Centro de Pesquisa Innocenti da UNICEF, Florença.

UNICEF (2002). Abuso sexual doméstico: Atendimento às vítimas e responsabilização do agressor. Organização CRAMI – centro regional aos maus tratos na infância. Série fazer valer os direitos, v.1, Brasília: UNICEF.

## **V**

Vidigal, L. (2005). “Para uma história da infância”, In Luis Vidigal e Rogério Fernandes (coord.). Infância et Puerita. Introdução a história da infância em Portugal. Escola superior de educação de Santarém. Gráfica central de Almeirim, Lda. 15-24.

## **W**

Weber, L. N. D.; Prada, C. G. (2006). O abrigo: análise de relatos de crianças vítimas de violência doméstica que vivem em instituições. *Revista de Psicologia da UNESP*, 5(1), 1-12.

Weber, L.N.D. (2005). Abandono, institucionalização e adoção no Brasil: problemas e soluções. *O Social em Questão*, 14, 53-70.

Weber, L. N. D. (2000). Os filhos de ninguém: abandono e institucionalização de crianças no Brasil. *Revista Conjuntura social*, Rio de Janeiro, n. 4, 30-36.

Weber, L. N. D. (1999). *Laços de Ternura: pesquisas e histórias de adoção*. Curitiba: Juruá.

Woodhead, M., Faulkner, D. (2005), “Sujeitos, objetos ou participantes? Dilemas da investigação psicológica com crianças”, In Pia Christensen e Allison James (orgs.) *Investigação com crianças: Perspectivas e práticas*. Porto: Paula Frassinetti, 1-28.

## **Y**

Yin, Robert K. (2001). *Estudo de caso – planejamento e métodos*. 2ª edição, Porto Alegre: Bookman.

## **X**

Xiberras, Martine (1993). *As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*. Tradução: José Gabriel Rego. Instituto Piaget, Lisboa.

## **Z**

Zem-Mascarenhas, S.H.; Dumas, G. (2001). “Conhecendo a experiência de crianças institucionalizadas.” *Revista Escola de Enfermagem, São Paulo: USP*, vol. 35(4), 413-419.

## **ANEXOS**



## ***Protocolo de Colaboração***

Eu, Wídia Suerlândia Marinho Paiva, estudante do Mestrado de Sociologia da Infância do Instituto de Estudos da Criança, da Universidade do Minho, pretendo desenvolver uma pesquisa cujo título é “*Institucionalização e infância: vivências e representações das crianças*”.

A proposta de investigação tem por objetivo analisar qual o significado que as crianças atribuem a uma instituição de acolhimento, para refletir sobre a importância da participação das crianças na construção de políticas públicas a elas direccionadas e, assim, promover a visibilidade desta necessidade, além de buscar pistas para pensar no aprimoramento profissional daqueles que actuam com as crianças em instituições de acolhimento.

A presente investigação pretende, assim, desenvolver um diálogo com as crianças que vivem em situação de institucionalização acerca das vivências que envolvem a sua infância, os seus mundos, os que o faz mover e aquilo que lhes é significativo.

A investigação é de carácter qualitativo e recolherá informações através da observação, da análise de documentos que regulam a organização e o funcionamento da instituição e ainda de conversa-entrevista com as crianças; realizará ainda entrevistas com a equipa técnica.

Para viabilizar o levantamento de informações utilizaremos os seguintes instrumentos de pesquisa: observação, diário de campo, entrevistas, registro áudio, fotográfico, vídeo e desenhos.

Tendo em conta estes pressupostos, torna-se necessário explicar os modos de colaboração da instituição:

1. Autorizar a participação, na presente pesquisa, de 21 crianças, meninos e meninas, no grupo etário de 6 à 11 anos, sendo que a escolha destes atores sociais será acautelada por princípios éticos.
2. Permitir que durante os meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2010 o investigador possa participar das atividades quotidianas das crianças;
3. Facultar o acesso aos processos relativos às crianças participantes da investigação, sempre que seja pertinente para a investigação;

4. Autorizar a realização e gravação de entrevistas com as crianças;
5. Autorizar a utilização dos desenhos das crianças envolvidas na pesquisa, enquanto fonte de informação;
6. Autorizar o registro fotográfico e vídeo das atividades desenvolvidas com as crianças envolvidas na pesquisa.

O investigador, por sua vez, compromete-se:

1. Assegurar as necessárias autorizações legais para a realização da investigação.
2. A informar as crianças acerca da natureza da investigação e ainda tornar explícito que sua participação no estudo é voluntária e poderá ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo para a criança.
3. A qualquer momento, tanto as crianças, como a instituição, poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados com este estudo.
4. Salvar o anonimato das crianças e de todos os envolvidos, através de recurso a pseudónimos no relatório final.
5. Devolução dos resultados finais do estudo.

Braga, 20 de janeiro de 2010

---

Orientadora

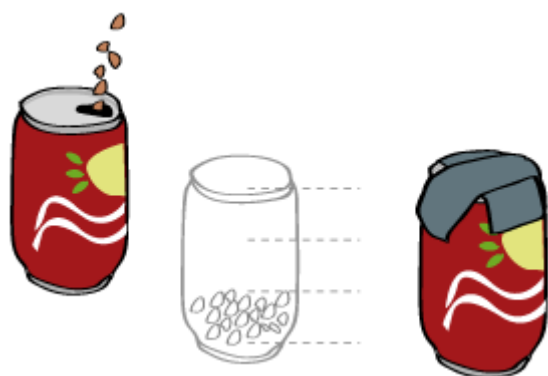
---

Aluna

## ***Consentimento Informado***

Eu \_\_\_\_\_,  
quero participar neste trabalho, fazer desenhos, conversar, tirar fotografias e quero  
chamar-me \_\_\_\_\_.

Quem aceitar pinte o chocalho com sua cor favorita.



## ***Guião de Entrevista (crianças)***

1. O que costumavas fazer?  
Nas férias  
Ao fim de semana  
Durante a semana
2. Como é viver numa instituição de acolhimento?
3. Gostaria de falar sobre seus desenhos?
4. Qual é teu maior sonho?

Obrigada pela colaboração!

## ***Guião de Entrevista (Director Técnico)***

1. Quando e porque surge o Centro Social?
2. Quem são as crianças acolhidas no lar de jovens?
3. Como se dá o acolhimento destas crianças?
4. Quem recebe a criança? Que informação lhe é dada sobre a sua situação?
5. Que tipo de respostas implica o acolhimento destas crianças?
6. Quais as expectativas da instituição em relação às crianças que acolhe?
7. Qual o papel específico da instituição na definição e execução do Projeto de Vida da criança?
8. Qual a participação da criança na definição do seu Projeto de Vida?
9. Como a instituição trabalha a promoção da autonomia da criança?
10. Quais as demandas e desafios gerados pelo plano DOM no quotidiano da instituição?
11. O Plano DOM prevê que os lares de Infância e Juventude devem aproveitar as potencialidades do espaço institucional para a estimulação das competências parentais com vista à (re)integração da criança. Quais os resultados até aqui alcançados pela instituição? São satisfatórios? Se sim porquê? Se não porquê?
12. O plano DOM define que o acolhimento é desejavelmente provisório. Na sua opinião quais os fatores que podem contribuir para a efectivação desta medida?
13. As directrizes para reordenamento dos lares para jovens recomendam que as instituições busquem garantir atenção individualizada, centrada nas necessidades de valorização, estabilidade e afecto da criança. Como esse processo tem ocorrido na instituição?

Obrigada pela colaboração!

## ***Guião de Entrevista (Ajudante de ação educativa)***

1. Quem são as crianças com quem você trabalha?
2. Fale sobre a rotina das crianças.
3. Fale sobre o tempo da criança na escola.
4. Fale sobre o tempo livre das crianças.
5. No seu exercício profissional como você contribui para promoção da autonomia da criança?
6. Na sua opinião o que é que as crianças desejam para o seu presente e futuro?

Obrigada pela colaboração!

## ***Grelha de Recolha de Informações***

14. Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: F ( ) M ( )

15. Data de acolhimento da criança na instituição: \_\_\_\_\_

16. Naturalidade: \_\_\_\_\_

17. Meio de origem da família da criança: Urbano ( ) Rural ( )

18. Escolaridade: 1 ano ( ) 2 ano ( ) 3 ano ( ) 4 ano ( )

19. Situação familiar atual:

Com família e com vínculo ( )

Com família e sem vínculo ( )

Impedimento judicial ( )

Família desaparecida ( )

Sem família ( )

20. Tipo de arranjo familiar:

Família nuclear ( )

Família monoparental Feminina ( )

Família monoparental Masculina ( )

Família Recompоста ( )

Outro: \_\_\_\_\_

21. Situação profissional dos pais ou responsáveis:

Pai e mãe trabalham ( )

Pai e mãe desempregados ( )

Pai e mãe reformados ( )

Somente o pai trabalha ( )

Somente a mãe trabalha ( )

Pai e mãe mortos ( )

Outro: \_\_\_\_\_

22. Profissão *dos* pais:

Pai: \_\_\_\_\_

Mãe: \_\_\_\_\_

Não dispõe da informação ( )

23. Nível de escolaridade dos pais:

Pai: \_\_\_\_\_

Mãe: \_\_\_\_\_

Não dispõe da informação ( )

24. Motivos do acolhimento da criança:

Carência de recursos económico da família/responsável( )

Órfão ( )

Abandono ( )

Violência física doméstica ( )

Violência sexual doméstica ( )

Violência psicológica doméstica ( )

Negligência ( ) Qual tipo? \_\_\_\_\_

Pais ou responsáveis toxicodependentes( )

Pais ou responsáveis alcoólicos ( )

Pais ou responsáveis portadores de distúrbio mental ( )

Incapacidade da família para tomar conta da criança ( )

Outros: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

25. Quem encaminhou a criança?

\_\_\_\_\_



26. A criança já esteve anteriormente institucionalizada? Sim ( ) Não ( ) Qual o motivo? Tempo de permanência?

---

---

---

---

27. A criança já tinha sido alvo de medida de promoção e proteção anteriormente? Não ( ) Sim ( ) Qual/quais?

Apoio junto dos pais ( )

Apoio junto de outro familiar ( )

Confiança a pessoa idónea ( )

Apoio para a autonomia de vida ( )

Acolhimento familiar ( )

Confiança a pessoa para adoção ( )

Confiança a instituição para futura adoção ( )

Acolhimento em instituição ( )

28. Com quem vivia a criança antes da institucionalização?

---

---

29. A criança tem irmãos? Não ( ) Sim ( ) Quantos? Onde vivem os seus irmãos?

---

---

---

---

---

30. Acesso aos cuidados com a saúde:

- 30.1. Na instituição: Não ( ) Sim ( )
- 30.2. No Sistema Público de Saúde: Não ( ) Sim ( )
- Tem médico de família? Não ( ) Sim ( )
- 30.3. No Sistema Particular de Saúde: Não ( ) Sim ( )

31. Contatos com a família ou outras pessoas com quem tenham vínculo afectivo

31.1. Deslocações da criança a casa  
Não ( ) Sim ( ) Periodicidade: \_\_\_\_\_

31.2. Telefone: Não ( ) Sim ( )

31.3. Correspondência : Não ( ) Sim ( )

31.4. Visitas de familiares ao Lar de Acolhimento  
Não ( ) Sim ( ) Periodicidade: \_\_\_\_\_

32. Qual é o projeto de vida da criança?

19.1. (re)unificação familiar ( )

Família nuclear ( )

Família alargada( )

19.2. Promoção da autonomia de vida ( )

19.3. Adopção ( )

19.4. Outro ( ) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_